UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS DA ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

APARECIDA NATIA PINTO DE ARRUDA

MULHERES E VIOLÊNCIA:
MEMÓRIAS E LUTAS NA CIDADE DE NITERÓI

NITERÓI

2005

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

APARECIDA NATIA PINTO DE ARRUDA

MULHERES E VIOLÊNCIA: MEMÓRIAS E LUTAS NA CIDADE DE NITERÓI

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção de Grau de Mestre.

Orientadora: Profª. Drª. RITA DE CÁSSIA SANTOS FREITAS

Niterói

2005

APARECIDA NATIA PINTO DE ARRUDA

MULHERES E VIOLÊNCIA: MEMÓRIAS E LUTAS NA CIDADE DE NITERÓI

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção de Grau de Mestre.

Aprovada em março de 2005.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Rita de Cássia Santos Freitas
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. João Bosco Hora Góis
Universidade Federal Fluminense

Prof.ª Dr.ª Maria Euchares de Senna Motta
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Niterói
2005

A meus pais, Elina e José; a meu filho, Bruno; a meu irmão, Luiz César; e a minha nora, Daniela.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela graça da vida que me possibilitou trilhar este caminho.

A minha mãe, Elina, ao meu pai, José da Lapa, ao meu irmão, Luiz César, ao meu filho, Bruno, e a minha nora, Daniela, que muito me estimularam e apoiaram nesta caminhada.

À Capes, fundamental para que houvesse uma dedicação mais profunda nesta elaboração.

Aos professores do Curso de Mestrado pelas informações fornecidas que possibilitaram a construção deste trabalho.

Às Coordenadoras do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social, à Professora Cenira Duarte Braga e à Professora Rita de Cássia Santos Freitas e demais colegas participantes do Núcleo, pelas atenções prestadas.

Desejo representar todos os demais agradecimentos – pessoais e profissionais – na homenagem dedicada às mulheres que fazem parte deste trabalho, cuja história de vida é a principal protagonista.

À Professora Rita de Cássia Santos Freitas dedico especial gratidão, pelo solidário envolvimento neste projeto. A ela deixo registrado o reconhecimento pela confiança nos meus propósitos.

À Professora Suely Gomes Costa, pela receptividade na trajetória deste trabalho, com profícuas considerações, críticas construtivas e valiosas.

À Professora Nivia Valença Barros e a Jacques Sochaczewski, pela amizade e apoio nesta missão.

À amiga Ana Paula Rangel, pela carinhosa demonstração de amizade neste processo da minha vida.

A Lúcia, secretária da Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, pelo apoio neste percurso.

Às amigas Mariza Gaspary, Rosely Rocha e Elisângela Silva Sousa pelo acolhimento afetuoso na cidade de Niterói.

A todas as colegas da primeira turma de Mestrado desta instituição, pela convivência saudável que tivemos ao longo do curso.

É oportuno e essencial destacar neste espaço merecedores agradecimentos a Marina e seus filhos, a minhas crianças, a Leo, Nadir e Lucimar e a todos que me ajudaram direta e indiretamente nesse processo.

Aos professores da banca final, que atenderam à minha solicitação para participar desta.

RESUMO

Este estudo trata do processo da criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em Niterói, buscando registrar a história recente que se desdobrou e desdobra na política de proteção à mulher vítima de violência nos dias atuais. A pesquisa recorre, na maioria das vezes, à fonte oral, ou seja, à memória das personagens representativas da época de criação das Deams, na segunda metade dos anos 1980. Buscamos registrar as diversas experiências tecidas a todo o momento nos encontros e desencontros vividos pelas mulheres envolvidas com a questão na cidade. Este estudo pode subsidiar análises e avaliações da política de proteção à mulher, que se entrelaça às articulações dos movimentos feministas e entidades da sociedade civil. Logo, ao pensar o contexto municipal, este figura como representativo do cenário nacional de importante momento histórico conjuntural. As Deams, oriundas de uma política de segurança pública, devem ser vistas também como uma instituição que não pode caminhar isolada, sem o suporte da sociedade em geral.

Palavras-chave: mulher - violência – proteção – políticas sociais - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher.

ABSTRACT

This study is focus on the process that developed the Police Department for Women Assistance (DEAM-Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher) in Niterói - RJ. The goal of the study is to trace the recent history of the policies applied toward the protection of women victims of violence in our days. The research, in the majority of the cases used interviews, i.e., was based on a memory of the persons who reflected the foundation of the DEAM, during the late 80's. We intended to capture the distinct experiences of those women involved with this process in the city of Niteroi. This study was able to subsidize the analysis and the evaluation of the policy towards women protections in midst of the feminist and civil rights movement. Considering the context of the city, this process featured as one which was quite representative, considering the historical relevance of the scenario at national level. The DEAMs, originated based on a policy of national public security, represent an institution that cannot exist by itself, without the support of the society.

Keywords: women - violence - protection - social policies - Police Department for Women Assistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **4**

1 MEMÓRIAS, FALAS E LUTAS - OS PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS **12**

1.1 Memórias e Lutas: quando o privado se torna político **19**

1.2 O movimento de mulheres no contexto dos movimentos feministas em Niterói: história e antecedentes **23**

2 ASCENSÃO E ESVAZIAMENTO DAS INICIATIVAS DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NA CIDADE DE NITERÓI (1986-1995) **49**

2.1 As lutas pela criação da Deam/Niterói: quando as personagens entraram em cena **49**

2.2 Avanços e recuos dos movimentos feministas e de mulheres **61**

3 AS DEAMS E OS DILEMAS DOS NOVOS TEMPOS **69**

3.1 A segurança da mulher hoje: o contexto do Estado **69**

3.2 A segurança da mulher hoje: o município de Niterói **79**

4 CONCLUSÃO **84**

5 BIBLIOGRAFIA **84**

INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta Dissertação de Mestrado deriva de minha aproximação e convivência junto à equipe do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social, coordenado pela Profa. Dra. Rita de Cássia Santos Freitas – também orientadora desta Dissertação de Mestrado em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Antes mesmo de ser aluna regular do curso, já participava ativamente deste Núcleo, bem como dos projetos ali desenvolvidos. Primeiramente, do projeto "Famílias e Maternidades em Constituição", que estava em fase de conclusão. Por este motivo, minha inserção foi intensificada mais diretamente com o projeto de pesquisa e extensão "Niterói – Cidade das Mulheres", que se destina à criação de fontes para a pesquisa e para a contextualização da história da cidade, a partir da ótica e vivência femininas.

No âmbito desta pesquisa, meu foco de estudo foi retratar o processo da criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher em Niterói (Deam/Niterói), em 1986. Procurei não me aprofundar na discussão acerca das diferentes visões sobre a violência contra a mulher, tema cujos conceitos são discutidos por vasta literatura. Em nosso entender, este estudo se justifica porque, ao registrarmos essa memória, estaremos re-vivendo uma história recente, que se desdobrou e se desdobra na política de proteção à mulher vítima de violência.

A história do tempo presente requer, na maioria das vezes, o recurso à fonte oral. Assim, ao aprofundarmos o contexto geral desse processo, buscamos registrar as diversas experiências tecidas a todo o momento nos encontros e desencontros vividos pelas diferentes mulheres envolvidas com essa questão na cidade de Niterói. Esse estudo tem como proposta gerar subsídios para analisar e avaliar a política de proteção à mulher, política que se entrelaça às articulações dos movimentos feministas e entidades

da sociedade civil. Neste sentido, compreendemos que a Deam deve ser apreendida não só como oriunda de uma política de segurança pública, mas sim como uma instituição que não pode caminhar isolada, sem o suporte da sociedade de uma forma geral.

Quanto ao foco central da pesquisa, nosso interesse voltou-se para a discussão dos processos implicados na experiência da criação da Deam/Niterói, o que nos levou a uma aproximação com as personagens niteroienses que se moviam nesse universo. Embora a década de 1980 fique em evidência, fomos pegar o "fio da meada" da história um pouco antes, para melhor compreender este processo. Central também em um estudo desse porte é não perder de vista o contexto macro onde esses acontecimentos se desenrolaram. Isso significa que, ao pensar Niterói, temos como pressuposto a necessária visão desta cidade em suas relações com o cenário estadual, nacional e internacional.

A pesquisa suscitou algumas indagações: quais foram essas mulheres que contribuíram para o fortalecimento de ações em defesa da mulher, o que acabou por se materializar na criação de uma Deam em Niterói? Que posições essas mulheres ocupavam no cenário sócio-político da cidade? Que forças essas organizações de mulheres tinham no momento de reabertura política, que permitiram e asseguraram uma interlocução fértil com o Estado? Quais os pontos de convergências, divergências e as ambigüidades que emergem dessas lutas femininas e feministas na região pesquisada? Como se deu o processo de esvaziamento desses movimentos? Enfim, o que dessas experiências pode nos ajudar a pensar em como elaborar uma política eficaz e efetiva de proteção à mulher, articulada às demais políticas sociais de atendimento às mulheres, em níveis municipal, estadual e nacional? É certo que não temos a pretensão de responder a todas essas indagações, mas vemos este espaço como fundamental para dar início a essas discussões e visibilidade às reflexões (e práticas) criadas a partir do encontro (e desencontro) dessas mulheres.

Esta dissertação de mestrado foi organizada em três capítulos.

1) O *primeiro capítulo* se debruça sobre o processo de organização do movimento de mulheres e do movimento feminista no contexto histórico da cidade de Niterói, e suas implicações no desdobramento da criação da Deam.

Contamos com a participação de algumas mulheres, de variadas posições e concepções políticas, cujos relatos formaram um panorama do movimento estudado. O capítulo toma as experiências anteriores que ajudaram a engrossar a caminhada que

desembocou na criação da Deam/Niterói. Entendemos esse espaço como lugar em que se formam processos de lutas plurais e contraditórias, visto que nele se expressam as diferenças entre as mulheres, em diferentes momentos. Esta pluralidade e esta diversidade desvendadas pelos novos paradigmas de orientação dos feminismos ajudam a superar a perspectiva dos estudos que em geral tomam os movimentos de mulheres e feministas como homogêneos, acabando por ocultar muito da sua dinâmica e singularidades.

A escolha desse grupo de mulheres niteroienses, tão heterogêneo e ao mesmo tempo com algumas questões tão semelhantes, levou em conta que suas especificidades e diferenças seriam matérias de grande relevância para serem estudadas e analisadas, diante da grande representatividade dessas pessoas neste processo. Acreditamos que todas elas, com suas maneiras diferentes de atuação, de organização, em diferentes momentos, forneceram elementos que ajudaram, de certo modo, a dar formatação própria a esse movimento. Sem perder de vista as suas particularidades, essas mulheres contribuíram para uma formação coletiva que impulsionou na década de 1980 a promoção de manifestações realizadas em prol da luta contra a violência, até a criação da Deam/Niterói em 30 de dezembro de 1986.

Partindo de seus relatos, pretendemos recuperar em parte as contradições, as ambigüidades, as negociações e as ações desenvolvidas por estas mulheres no enfrentamento das questões que envolvem a violência e outras relacionadas aos seus direitos, "como também teremos respostas não apenas sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas" (LORIGA, 1998, p.247).

Grupos feministas e movimentos de mulheres multiplicaram-se durante os anos 1970 e início dos 1980. Neste período, uma parcela destes movimentos, no Brasil, nasceu dos grupos de vizinhança nas periferias dos grandes centros urbanos. Outra parcela foi constituída a partir das trabalhadoras urbanas e rurais, assim como de grupos de camadas médias, como é o caso de Niterói. O Dia Internacional da Mulher, criado em 1975, foi um momento-chave para a organização de fóruns de mulheres, articulando protestos públicos contra a discriminação de sexo, como também contra o regime ditatorial. A partir desses diferentes movimentos, juntaram-se forças e construiu-se uma agenda de reivindicações, consolidando – em parte – laços de solidariedade entre as mulheres naquele dado contexto. A assinatura de Convenções Internacionais aponta

para a forma como esses diferentes sujeitos vão, aos poucos, construindo mecanismos de pressão.

Tudo isso nos provocou muito interesse. Daí a necessidade de contextualizar o momento que circulavam os questionamentos a respeito das reflexões sobre a violência, que já começavam a se fazer presentes no cenário tanto nacional quanto estadual e especialmente local, ou seja, na cidade de Niterói, nos finais da década de 1970. Para isso, tomamos como fontes neste estudo os relatos orais das mulheres que participaram da discussão.

Na década de 1980, os movimentos feministas e de mulheres geraram as mais diversas contribuições para o resgate da cidadania da mulher, em várias áreas. Este contexto é sinalizado por muitos autores como um processo de transição em que as reivindicações ultrapassaram o campo das reflexões comunitárias do grupo e se transformaram em pautas para políticas públicas. Nessa discussão, enfatizamos o papel histórico dessas mulheres na formação de políticas públicas, não só na área da segurança da mulher em relação à violência de gênero, como também da proteção à criança; na questão da saúde reprodutiva associada à noção de direitos reprodutivos, tendo seus reflexos na formulação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism), em 1983; e outras questões que passaram a ser discutidas, como a discriminação da mulher trabalhadora, a situação da mulher negra, o lesbianismo.

Perpassa nosso estudo o entendimento de que a discussão sobre o processo de formação de Políticas Públicas engloba o Estado e a Sociedade Civil, abrindo também espaços para a análise de questões microssociais. Acreditamos que todas essas reivindicações, por dizerem respeito aos direitos da mulher, ajudaram a engrossar e fortalecer esses movimentos, na conquista e formação de Políticas Públicas.

Nesse contexto, a questão que envolve a violência contra as mulheres avançou à medida que ganhava maior visibilidade, principalmente a partir de denúncias destes casos. Em princípio, estas pressões foram feitas através do SOS/Mulher, em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, que desenvolvia ações de forma voluntária e assistemática. Posteriormente, estas ações tornaram-se mais sistemáticas nos Centros de Atendimento e nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, criadas no decorrer da segunda metade da década de 1980. Assim, essa questão transformou-se em uma problemática social, incorporada à agenda pública e não mais restrita à esfera privada.

2) O *segundo capítulo* contextualiza a emergência dos chamados novos movimentos sociais, dando ênfase à ascensão, no momento de Abertura Política, dos movimentos feministas e de mulheres. O objetivo do capítulo é entender, dentro desse processo, os rebatimentos deste contexto (extremamente rico) na constituição da Deam/Niterói.

Esta fase é considerada, por algumas mulheres niteroienses, como uma tentativa do movimento de mulheres e do movimento feminista de ascender novamente. Para isso, várias iniciativas foram empreendidas, entre as quais a criação da Deam/Niterói e o Fórum de Mulheres, organizado e impulsionado por muitas ativistas militantes. Daí, a elaboração de um projeto de Lei Municipal que criou o Conselho Municipal do Direito da Mulher (infelizmente, logo esvaziado). Outro fato que merece destaque foi que em 1995, quando a primeira delegada da Deam/Niterói deixou a delegacia, esta passou a viver um período de refluxo, mantendo-se um pouco mais isolada da sociedade em geral. Como constatamos, as conquistadas alcançadas na década de 1980 passaram, no decorrer dos anos 1990, a ser consideradas por algumas mulheres como experiências desastrosas, que resultaram no esvaziamento destes movimentos e na desarticulação das ações empreendidas, a exemplo da Deam/Niterói.

Importante reflexão neste capítulo diz respeito ao processo de formação e implementação de políticas públicas. Partimos do pressuposto de que esse movimento só ganha riqueza ao estabelecer um diálogo entre o Estado e a Sociedade Civil. No Brasil e na América Latina, no início dos anos 1980, constata-se a infinidade de reivindicações e formas de luta que se fizeram visíveis através da multiplicidade de expressões organizativas. No cenário da sociedade brasileira, deparamo-nos com diversos e ambíguos movimentos se processando. A transição política da Nova República (1979-1985) marca o reavivamento dos movimentos da sociedade civil organizada.

Buscamos entender como as organizações de mulheres conseguiram tanta força naquele dado momento de reabertura política, em um país saindo de um regime ditatorial, conseguindo estabelecer uma interlocução com o Estado e materializando, em parte, as suas reivindicações. Demos destaque para uma dessas demandas, concretizada na criação da Deam em Niterói. Contudo, queremos deixar claro, compreendemos que a riqueza desses movimentos não se esgota nessa instituição.

3) O *terceiro capítulo* problematiza os dilemas, os limites e as possibilidades resultantes de todo esse processo. Entendemos que as Deams desempenharam funções mais amplas e múltiplas do que as inicialmente planejadas. Assim, desejamos que as reflexões sinalizadas neste estudo venham a contribuir no sentido de se repensar e apontar mecanismos para melhor atendimento das Deams. Soares (1999) reconhece e valoriza a importância dos movimentos feministas em relação às questões que envolvem a violência doméstica, e ressalta a importância da pressão exercida por estes movimentos junto ao Estado e suas conseqüências em termos de mudanças legislativas, principalmente as ocorridas após a Constituição de 1988. Porém, sinaliza que o discurso feminista sobre a violência ainda não atingiu, de forma geral e profunda, o imaginário social. Essas reflexões nos permitem perceber como essa questão ainda permanece extremamente atual e carecendo de estudos mais aprofundados.

Pontuamos ainda algumas considerações acerca da Lei 9.099/95, que trouxe importantes mudanças na "judicialização" da violência contra a mulher. Acreditamos ser importante a discussão sobre esta lei que, em princípio, não teve a intenção de legislar sobre a violência contra as mulheres. Contudo, vemos que esta tem sido, concretamente, a sua função, uma vez que 70% dos casos que hoje tramitam nos Juizados Criminais têm mulheres como vítimas. Portanto, para realizar um balanço sobre as Deams, hoje, não temos como desarticulá-las das questões implicadas nesta lei. Contudo, nosso propósito não é aprofundar um estudo específico sobre tal lei.

Entendemos que nesta pesquisa é importante estarmos atentas para novas perspectivas de formulação e implementação de políticas públicas voltadas para as mulheres. Tais políticas necessitam de continuidade, articulação e expansão nas diversas modalidades de atendimentos demandados por mulheres – que se encontram vivenciando as mais distintas formas de situações de violência –, em termos de possibilidade de mudanças de *habitus* que atinjam o imaginário social de forma mais ampla.

Entendemos que na década de 1980existiu um grande avanço nos estudos feministas, nos movimentos feministas e de mulheres, no esforço de resgatar, de diversas formas, a identidade da mulher em outra perspectiva, não mais atrelada a aspectos autoritários da organização do mundo patriarcal. Porém, não se deve perder de vista que as conquistas alcançadas a partir dessa década foram construídas ao longo das lutas dos movimentos feministas e de mulheres em épocas anteriores. Em função disso,

constata-se as mudanças ocorridas em todos os níveis de vida da mulher, as redefinições e transformações também em sua identidade de gênero, no âmbito privado e público.

Muitos estudos apontam o feminismo como um projeto (profundamente transformador) que teve êxito em tornar visível uma problemática que antes não estava presente nos movimentos sociais[1]. O feminismo também foi importante para demonstrar que o poder se estende e está presente em todas as instâncias do cotidiano, criando, assim, novas maneiras de ler a realidade. É comum ouvir dizer que, no Brasil, foi vitoriosa a estratégia do feminismo de tornar visível a questão da mulher, sua exclusão e desigualdade. Contudo, isso não quer dizer que a luta tenha terminado e as desigualdades entre homens e mulheres tenham chegado ao fim[2].

Neste capítulo procuramos dar um fechamento às discussões abordadas, ainda que não definitivo, uma vez que essa discussão ultrapassa em muito as questões aqui levantadas. Estudamos um caso particular e tecemos algumas considerações que apontam para a importância do movimento organizado de mulheres e a necessidade de sua continuidade. As mulheres aqui entrevistadas protagonizaram um movimento que efetivamente deu frutos; e, a partir de seus diferentes cotidianos, permanecem a lutar ainda que em outras realidades e outras dimensões. Sua "saída" (de seus cotidianos, do que seria esperado como seu espaço enquanto mulheres) foi uma saída sem volta. Ainda que esta luta específica não tenha caminhado da maneira como muitas gostariam, sua presença continuou ativa na cidade de Niterói, protagonizando outras lutas, ocupando os espaços existentes.

Concluindo, é importante acrescentar que trabalhar a partir de uma perspectiva de gênero foi fundamental para balizar nossa discussão acerca da violência contra a mulher. Esse conceito é fundamental, em nosso entender, para compreender as relações (históricas) que propiciaram e ainda justificam esta violência. Gênero deve ser entendido, conforme indica Louro (1996), como uma construção histórica, supondo pluralidades[3]. A idéia de pluralidade implica admitir não apenas que sociedades tenham diferentes concepções de homem e mulher, como também que no interior de uma

[1] Cf. Castell (1999), para citar apenas um exemplo.
[2] Muitas coisas parecem ter mudado. E de fato mudaram, mas não se muda uma concepção de uma hora para outra. Convivemos com muitas continuidades, embora os sinais de mudanças se façam sentir – mesmo entre os homens.
[3] Para aprofundar as discussões acerca do conceito de gênero, fundamental é a leitura do texto de Joan Scott (1990): "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". Cf. também, entre outros, Varikas (1997), Perrot (2001), Freitas (1996) e Costa (2003). Acerca da história das mulheres foram-nos muito úteis os trabalhos de Ferreira (1996) e Scott (1992).

sociedade tais concepções sejam diversificadas, de acordo com a classe, a religião, a raça, a idade. Além disso, implica admitir que os conceitos de feminino e masculino se transformam ao longo do tempo.

Entendemos como profundamente atuais as reflexões tecidas por Góis acerca do gênero:

> "Assumo aqui que gênero, mais do que um conceito, é uma forma de ver e pensar relações humanas que tenta incorporar em seu interior o cruzamento de diferentes dimensões descritivas e qualitativas da experiência humana em nossa sociedade, como raça e orientação sexual." (GÓIS, 2003, p. 9)

1 MEMÓRIAS, FALAS E LUTAS - OS PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Entender o processo de transição que as mulheres representativas de determinados momentos históricos e de determinados contextos vivenciaram – a partir das formas de reivindicações e participação na esfera pública – requer que recuperemos um pouco dessa história, cuja repercussão faz-se profundamente presente na atualidade. Entendemos que essas ações deram-se a partir da dimensão individual de cada uma dessas mulheres. Tais ações poderiam ser algo casual, mas transformaram-se, a partir de encontros (e desencontros), em iniciativas coletivas.

A análise desse processo deve ter como compromisso "não calar" as vozes das principais personagens envolvidas. Buscamos respeitar e dar concretude a este movimento, que pode ser materializado pela fala de quem foi, e ainda é, agente ativo desta construção. Assim, os relatos das informantes são fundamentais em nossa análise. Partimos da memória dessas mulheres, e a história oral surgiu como metodologia apropriada para dar conta deste processo. A partir de suas falas, pretendeu-se a apreensão das experiências e projetos múltiplos vivenciados por elas no seu cotidiano: suas escolhas e interesses, seus confrontos e alianças, e suas dinâmicas, inscritas nos espaços e nos tempos[4].

Privilegiamos as experiências de determinadas mulheres por contribuirem para a reconstrução dos inúmeros contextos que envolveram a criação/implementação das Deams. Como afirma Revel, "a abordagem micro-histórica se propõe enriquecer a análise social tornando suas variáveis mais numerosas, mais complexas e também mais

[4] Elegemos a história oral como procedimento teórico-metodológico mais adequado para a construção do tempo presente (Ferreira & Amado, 1994). Assim, reportamo-nos a autores como Prins (1992), Ferreira, (1994), Ferreira (1996), Pereira (1994), Levi (1992), Thompson (1992), Portelli (2000) e, particularmente, Freitas (1996) e Costa (1995).

móveis" (1996: p.23). Mas temos clareza de que não podemos perder de vista as considerações de Bourdieu (1996b) a respeito da chamada "ilusão biográfica", para não correr o risco de enclausurar a existência em uma improvável unidade de sentido.

Paul Thompson (1992) já afirmava a importância da história oral e apontava seu caráter democratizante, uma vez que permite a escuta da fala dos "outros", dos excluídos, dos dominados. Ou seja, trata-se de um instrumento crucial para o registro da memória das mulheres, tradicionalmente ocultas na "história tradicional". Alessandro Portelli (2000), em artigo recente, apresenta como desafios para a história oral no século XXI exatamente o resgate da memória (abrindo espaços para a diversidade e retirando a memória das mãos de poucos "entendidos") e a democratização da informação, propondo o diálogo na busca da igualdade (e o respeito ao direito das pessoas falarem o que quiserem).

Ao analisar os relatos das experiências vividas por estas mulheres observamos que estes se tornam um instrumento de conhecimento da sociedade, pois a entrevistada, ao falar de si, expressa sua imagem e também aponta a imagem que faz de seu grupo, de seu meio e de seu tempo, em suas diversas manifestações. Nesse sentido, a reconstituição da memória individual está entrelaçada à reconstituição coletiva. Trata-se da construção da identidade desse grupo de mulheres, cuja participação se deu em torno de um projeto coletivo. Este processo, porém, permite que não se perca de vista a forma pessoal de apreensão dessas lembranças, ao mesmo tempo em que oportuniza a reconstrução e a redefinição de quem se é através do processo construído e fomentado por elas.

Daí a relevância dos relatos orais e da memória, pois possibilitam retratar as lembranças e as impressões evocadas por essas mulheres num determinado momento e contexto. Além do que, ao tentar atualizá-lo, mediante a necessidade do presente torna-se possível o desvendamento dos confrontos internos do movimento de mulheres, os comprometimentos dos diferentes atores, os impasses, as rupturas, avanços e recuos, vividos por elas, sob outro "olhar". Nesse sentido, recupera-se uma história coletiva, sem desconsiderar a forma singular de apreensão das vivências dessas mulheres: "Trabalhar na perspectiva da história oral significa abertura para ouvir a voz, o relato, as experiências das pessoas 'comuns' e, nesse sentido, o cotidiano é um rico palco para nossa análise, por permitir a apreensão do ser através da experiência vivida" (FREITAS, 2000, p.10).

Preocupamo-nos em analisar como se processa a construção das diversas identidades e como essas se transformam em um projeto coletivo. Sentimos a necessidade de enfocar as mulheres engajadas nos movimentos que resultaram na criação da Deam/Niterói. Faz-se pertinente voltar ao passado, e reportamo-nos a Velho, quando diz:

> "A memória é fragmentada. O sentido de identidade depende em grande parte da organização desses pedaços, fragmentos de fatos e episódios separados. O passado, assim, é descontínuo. A consistência e o significado desse passado e da memória articulam-se à elaboração de projetos que dão sentido e estabelecem continuidade entre diferentes momentos e situações. (...) Mas, sobretudo, o projeto é o instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos." (VELHO, 1994, p.103)

Frente às múltiplas experiências contraditórias vivenciadas pelas mulheres na sociedade contemporânea, constata-se que a memória e a construção das relações nos âmbitos públicos e privados, de alguma maneira, dão significados a essas trajetórias de vida. Nesse sentido, nosso objetivo será a tentativa, conforme Waizbort (1999), de circular pelos caminhos que tecem os fios dessas relações interativas e múltiplas, visando penetrar na unidade, diversidade e pluralidade do processo de vida cotidiana, tangenciados por relações de tensão e poder de passado comum capaz de restituir às mulheres (protagonistas do processo desencadeador da criação da Deam de Niterói) sua história e, com ela, a reconstrução de suas identidades, ao mesmo tempo em que oportunize que se revelem partes ocultas da história social daquele determinado contexto.

> "O modo como nos apropriamos do conhecimento produzido e damos sentido a nossas vidas está marcado pela experiência subjetiva de cada ser individualmente. Os conhecimentos que cada indivíduo possui é que vão definir a identificação dos grupos e estruturas de relevâncias comuns. Quando nos voltamos para um estudo que busca investigar a história de vida de cada sujeito, é fundamental não perder de vista a compreensão do contexto onde vive este indivíduo" (FREITAS, 2000, p.14).

Assim, estar preocupado em pensar o outro é estar *com* o outro. A intersubjetividade permeia o processo de comunicação da pesquisadora com suas entrevistadas. Isso se dá através da comunicação com palavras, mas também com gestos e silêncios, onde *um* se faz com o *outro* numa relação dialógica. Dessa forma, o que tentamos foi o estabelecimento de uma *relação de escuta ativa e metódica* (Bourdieu, 1997), transformando o encontro em uma abertura para trocas e propiciando espaço para

que a entrevistada tivesse a oportunidade de explicar e justificar seu ponto de vista a respeito de suas experiências. Nessa ótica, entendemos que a comunicação verbal expressa através da entrevista possibilitou uma melhor compreensão acerca das experiências vivenciadas no cotidiano das mulheres, como também a percepção do que é revelado por elas, em determinado contexto histórico.

A experiência vivenciada pelos movimentos feministas e de mulheres niteroienses implica reconhecimento dos lugares em que se formaram e se formam processos de lutas plurais, contraditórias, diversificadas, múltiplas e ambíguas.

Ao registrar essas memórias, re-vivemos uma história recente que se desdobrou na política de proteção à mulher vítima de violência, trazendo à tona um pouco desse mundo oculto em que os movimentos surgem, um pouco da trama política que se desenrolou nesta cidade, tendo como pano de fundo a visão dessa trama em nível estadual e nacional.

Como forma de exemplificar com maior concretude como ocorreu este processo participativo, buscamos encontrar mulheres que foram representativas nestes movimentos em Niterói, destacando nove personagens importantes para o registro não somente do momento de abertura política, mas de épocas significativas anteriores que se implicam a épocas posteriores e à consolidação desta abertura política. A partir das suas falas e dos primeiros relatos fomos percebendo como nessa cidade, em décadas anteriores, já se fazia presente um intenso movimento de mulheres.

Com o intuito de apresentar este processo, inicialmente, detivemo-nos na realização de uma pesquisa exploratória, contatando com duas informantes chaves: a professora Cenira Duarte Braga e a professora Suely Gomes Costa (que também foram, depois, entrevistadas), militantes ativas do movimento de mulheres no período que investigo. A partir das informações obtidas junto a elas, iniciamos nossos contatos. Após nossas primeiras aproximações, uma entrevistada nos descortinava outras (possíveis) futuras entrevistadas. Assim, fomos traçando um “mapa” das mulheres militantes nesse período. Tivemos a oportunidade de entrevistar algumas dessas mulheres. Não tivemos essa oportunidade com algumas outras, que foram abordadas de forma mais superficial – abordagens não consideradas neste estudo enquanto entrevistas. Várias foram as razões que nos fizeram tratar como abordagens o contato com algumas informantes. Um desses fatores refere-se ao fato de que as entrevistas ficaram prejudicadas por indisponibilidade de tempo das possíveis entrevistadas; outro ponto relevante para incluí-las na categoria abordagem foi que, por não terem

participação naquele momento específico, suas falas tornaram-se importantes como forma de contextualização de determinados aspectos – e por isso também foram ouvidas.

Durante a realização das entrevistas, é importante ressaltar que cada entrevistada nos mostrava documentos e fotos do período na intenção de situar o momento e outras mulheres que circulavam nesse espaço. Abaixo relacionamos as mulheres que entrevistamos para esta pesquisa. No desenvolver dessa dissertação, cada uma delas terá seu relato apresentada como forma de registro do momento vivido e de sua visão sobre este processo:

Cenira Duarte Braga - Professora Assistente da Escola de Serviço Social/UFF. Co-Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social e da Pesquisa Niterói - Cidade das Mulheres. Esta professora participou ativamente do movimento pela criação da Deam/Niterói e suas lembranças nos foram muito úteis para traçarmos nossa abordagem com essas mulheres.

Edith Homem de Mello - foi entrevistada em 9/6/2004. Ela presidiu a Famnit e atuou nessas associações. Hoje esta personagem é Presidente da Associação Filantrópica "Bem Me Quer" e desenvolve um trabalho na creche "Girassóis", no Morro do Céu, bairro do Caramujo/Niterói. A associação é mantenedora da creche e conveniada com a Prefeitura de Niterói.

Eliane Nemer – Advogada e militante feminista, foi presidente do Comitê da Defesa das Mulheres de Niterói e presidente da Associação de Moradores do Ingá, na década de 1980. Entrevista realizada em 24/3/2004. Atualmente advoga e é conselheira da OAB/RJ.

Maria Felisberta Baptista Trindade - Professora Emérita da Universidade Federal Fluminense, pertencendo ao Departamento de Sociedade, Educação e Conhecimento da Faculdade de Educação. Entrevistas realizadas nas datas de: 29/10/2003; 3/3/2004; 16/3/2004. Foi uma das pioneiras do Partido Comunista em Niterói, tendo participado de várias lutas, como a defesa do Petróleo, criação de Ligas Feministas, da luta contra a ditadura, com grande participação no Fórum de Mulheres, criado em 1986. Teve destacada atuação no movimento em prol da permanência da Deam/Niterói no período do mandato do delegado René Barreto, em que a instituição esteve em vias de extinção; e na criação do Conselho do Direito da Mulher. No

momento da entrevista, era Secretária de Educação e presidente da Fundação Municipal de Educação do município.

Marilza Medina - Professora da Escola de Serviço Social/Departamento de Serviço Social da UFF, e coordenadora do programa "Criança na Creche da Prefeitura de Niterói". Entrevista realizada em 26/3/2004. Também teve expressiva participação política nesse período, na chefia da diretoria do Conselho Estadual das Assistentes Sociais.

Rolande Fichberg - Ativista militante do PCB, foi uma das participantes na fundação do Centro da Mulher Brasileira e da Federação da Associação de Moradores de Niterói – Famnit. Também foi presidente da Associação de Moradores de Maravista. Entrevista realizada em 29/10/2003**.** Atualmente trabalha na Secretaria de Fazenda de Niterói, na coordenação de IPTU; também é presidente da Associação David Frischman, de Cultura e Recreação, Movimento SOS - Segurança da Região Oceânica, como uma das lideranças, Presidente de Honra do Conselho Comunitário da Região Oceânica de Niterói (CCRON).

Satie Mizubuti - Entrevista realizada em 26/5/2004. Professora Dra. da UFF, Instituto de Geociências/Departamento de Geografia. Satie teve importante participação política, tendo sido vereadora da cidade de Niterói. Em seu gabinete ocorreram muitos encontros entre as ativistas desse município. Hoje, mantém-se afastada dos movimentos, tendo concentrado sua atuação nas atividades docentes.

Suely Gomes Costa - Professora Titular aposentada do Departamento de Serviço Social, pesquisadora do CNPq, Dra. em História, pesquisadora integrante do Núcleo de Pesquisa e Estudos em História Cultural – UFF, Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – UFF e do Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia – PEGGE/Uerj. Entrevista realizada em 27/8/2003. No período estudado, participava ativamente do movimento de mulheres na área da saúde. Esta professora ingressou na Escola de Serviço Social de Niterói (ESSN) no final da década de 1950. Presidiu o Diretório Acadêmico Maria Hiehl, participando do Conselho Administrativo da Escola, e atuou em movimentos sociais de vanguarda, como a Aliança Popular (AP), no início da década de 1960.

Tânia Maria Menezes do Nascimento - Primeira delegada da Deam/Niterói. Entrevista realizada em 3/5/2003. Atualmente, encontra-se aposentada e longe das lutas feministas na cidade.

As abordagens que são citadas neste trabalho foram obtidas por:

Maria Rita Taulais - Militante ativista da cidade do Rio de Janeiro. Mesmo não sendo de Niterói, foi uma valiosa informante sobre o período. Entrevista realizada em 8/6/2004.

Mariza Gaspary - Assistente Social e Coordenadora (no período de realização da entrevista, em 15/4/2003) do Centro Especializado de Orientação à Mulher (Ceom) Zuzu Angel, localizado em São Gonçalo, cidade vizinha a Niterói. Foi importante informante ao nos aproximarmos das questões referentes às lutas das mulheres.

Rosália Lemos - Militante feminista, vinculada ao PT. Hoje, preside a Coordenadoria da Mulher, em Niterói. Entrevista realizada em 29/3/2004.

Roseli Rocha – Assistente Social. Foi representante da Famnit e eleita conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Niteroiense e do I Conselho Tutelar de Niterói – 3ª Gestão. Foi entrevistada em 9/9/2004 e se revelou importante informante para algumas das questões tratadas.

Utilizamos como instrumento para a pesquisa a entrevista semi-aberta, acompanhada de um prévio roteiro. As entrevistas foram todas gravadas com o consentimento das entrevistadas, com uma duração média de 2 horas por entrevista, para que depois pudéssemos transcrevê-las[5]. A técnica de entrevista foi complementada por uma prática de observação participante registrada em um Diário de Campo. Neste, foram anotadas todas as observações que dizem respeito aos comportamentos, expressões e gestos, como também outras manifestações advindas das relações que forem surgindo no decorrer do processo de investigação e que são relevantes para o enriquecimento do tema.

Quero destacar nosso entendimento de que a utilização da metodologia da história oral não inviabiliza o recurso também à fonte documental. Na verdade, essas diferentes fontes estiveram presentes a todo o momento em nossa atividade de pesquisa. Ressalto que o arquivo pessoal da advogada Eliane Nemer[6] foi importante fonte de consulta – dando-nos acesso à documentação e jornais da época.

Estes foram lidos e fichados. O recurso a essa fonte nos permitiu, de um lado, traçar um "panorama" do período. A leitura dos jornais e documentos foi útil para recuperarmos um pouco dessa história e da chamada "visão oficial". Por outro lado, a

[5] As transcrições dessas entrevistas serão doadas ao Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social.
[6] Que gentilmente o colocou à nossa disposição.

análise desse material nos possibilitou também rever posições, comparar relatos e superar algumas ambigüidades. A leitura desse material esteve voltada basicamente para essa reconstrução histórica.

Considerando a amostra representativa, por sua diversidade, partimos para a organização dos dados coletados para a garantia de maior qualidade e riqueza possível dos resultados através de uma análise e interpretação qualitativa. Os relatos das entrevistadas e informantes foram fundamentais. A partir de suas falas recuperou-se o período estudado, mas entramos também na dimensão de como esse período foi por elas vivido e recordado. Essas recordações apontam para a riqueza desses processos e a importância de sua análise para o conhecimento dessas lutas e constituição de políticas.

Concomitantemente, voltamos a atenção aos processos entrelaçados a estes momentos, bem como a participação dos movimentos feministas e da sociedade civil, as questões históricas que permeavam/permeiam o contexto da violência contra a mulher e as articulações externas que se fizerem presentes, por inúmeras razões, no transcorrer do processo de formação desta Deam. De tudo isso, também emergem as várias iniciativas dos movimentos feministas no Brasil, e especificamente em Niterói, que resultaram na realização de comissões, conselhos, fóruns e encontros que marcaram a década de 1980 como um espaço em que foi assegurada uma interlocução entre sociedade civil e Estado.

Concluindo, voltamos nossa atenção à década de 1990, pois reconhecemos o esvaziamento que houve nas ações empreendidas com tanta veemência pelos movimentos sociais e feministas do período de redemocratização do país. É importante ter em mente também as novas perspectivas que se visualizam para o futuro em relação à formulação, implementação e efetivação destas Políticas Públicas. Os estudos realizados no decorrer deste Curso de Mestrado em Política Social nos ajudaram neste tipo de análise, que além de incorporar os marcos analíticos tradicionais da noção do Estado e Sociedade, vai mais além, atingindo a dimensão microssocial**.**

1.1 Memórias e Lutas: quando o privado se torna político

Iniciamos este trabalho pelo processo contextual de nossa pesquisa, que se estrutura no município de Niterói, conjuntura que retrata como os contextos das cidades são representativos tanto objetivamente quanto de forma simbólica para a conformação da existência contemporânea, com suas contradições e potencialidades. A cidade

representa a possibilidade da construção de participação social na esfera pública e de fortalecimento das identidades coletivas em termos privados. As cidades se constituem na primeira instância de poder a se confrontar com as demandas e necessidades de seus cidadãos, à medida que são esferas mais próximas onde os sujeitos crescem, se relacionam, buscam e constroem suas redes de pertencimentos – e, contraditoriamente, onde também se consolida, de forma mais visível, o espaço de solidariedade e inclusão ou de acumulação e exclusão. É no município onde as práticas de cidadania ocorrem ou não de forma plena, onde podem ser inicialmente construídas novas alternativas de conquistas e também onde são estabelecidos os embates presentes neste processo.

Neste sentido, Niterói surge em nossa pesquisa exemplificando uma experiência bastante plural na composição dos movimentos feministas. Advém daí a opção de enfocar esta cidade no período da redemocratização, como um lugar em que se formaram processos de lutas bem dinâmicas e heterogêneas.

No cenário da sociedade brasileira, já na entrada da década de 1980, deparamo-nos com diversos e ambíguos movimentos se processando. Por um lado, a conjunção de crises financeira internacional e fiscal do Estado. Por outro, a transição política da Nova República (1979-1985), que marca o reavivamento dos movimentos da sociedade civil organizada. Não se pode perder de vista que este era o cenário de saída de um regime ditatorial, havendo pressões de toda a sociedade via fortalecimento dos movimentos sociais. Entre estes destacamos o movimento feminista[7] e de mulheres, dos quais nos aproximamos por entender ser necessária a "reconstrução da experiência das mulheres em sociedade, que, no processo relacional complexo e contraditório com os homens, têm desempenhado um papel ativo na criação de sua própria história" (SOIHET, 2000, p. 53).

Ao analisarmos o momento de efervescência do período de abertura política, após mais de duas décadas de governo militar, tendo como panorama o movimento de mulheres e como recorte Niterói (forma de retratar representativamente o processo geral do país), pudemos confirmar que, através desses movimentos, as mulheres estiveram em

[7] Entendemos por movimento feminista a organização de mulheres que tem em sua pauta a reivindicação da superação das desigualdades de gênero. Por isso, temos clareza que nem todo movimento de mulheres é necessariamente feminista. No entanto, compreendemos que a participação em vários movimentos e reivindicações possibilita a construção de espaços potencializadores para a descoberta, para novas vivências de gênero. A experiência de "sair" (usando um termo de Michelle Perrot, 1999) traz modificações no cotidiano das mulheres. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a atuação de mulheres – seja em movimentos feministas ou não – pode levar a problematizações de questões feministas. Para facilitar a leitura, no entanto, utilizaremos no decorrer desta dissertação a nomenclatura movimento de mulheres englobando também os movimentos de cunho marcadamente feministas.

constante ação, reivindicando questões mais gerais como as lutas contra a carestia, pela anistia e por eleições livres; mas também se envolvendo em discussões voltadas para as questões consideradas "específicas" das mulheres, como a saúde reprodutiva, a violência contra a mulher, os clubes de mães, a desigualdade salarial e o direito a creches.

Para apreender este passado que investigamos, tivemos que retroceder um pouco mais no tempo a fim de entender como foi possível acontecer, nessa cidade e naquele dado contexto sociocultural, a movimentação que resultou na criação da Deam/Niterói. É importante não perder de vista a implicação neste processo de algumas mulheres com significativa participação social já em décadas anteriores, mulheres que contribuíram para dar forma à organização que se conformaria nos anos 1980. Este fato está muito bem ilustrado na fala de nossas entrevistadas. Por isso, concordamos com Castells (1999) quando este afirma a necessidade de registrar a memória como forma de maior percepção do presente. O autor aponta também a importância de se investigar a participação de novos atores (que ingressaram no movimento nesse período) e as formas como os diferentes sujeitos foram redefinindo suas identidades coletivas: "É esse entrelaçamento de indivíduos, organizações e campanhas atuando em rede que caracteriza um movimento feminista vital, flexível e diversificado" (CASTELLS, 1999, p.221).

Assim, o que observamos na realidade estudada é o modo como essas diferentes mulheres, com diferentes histórias e interesses, foram aos poucos se articulando para a construção desse movimento. A investigação da dimensão partidária torna-se importante neste caminho, para identificarmos muitas das lutas que aí foram travadas. Os partidos políticos que foram extintos no período do governo militar, de 1964 aos anos 1980, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e novos partidos que se consolidaram a partir deste novo contexto político, trazem através de sua militância importantes contribuições. Nesse momento, estavam presentes no cenário nacional mulheres egressas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e mulheres vinculadas ao Partido Democrata Trabalhista (PDT) e ao Partido dos Trabalhadores (PT), partidos que se fortaleciam naquele momento. Se dentro do ambiente partidário não era possível a discussão de questões feministas, essas mulheres buscaram espaço em outros lugares. Aproveitaram qualquer brecha possível para começar a construir o que parecia impossível até aquele momento: um ambiente para discutir o que era entendido como suas questões "específicas". É importante perceber

como, nesse período, retoma-se um passado de luta e o modo como novas personagens entram em cena[8].

Os movimentos feministas eram intensos em seu processo de luta e de afirmação da participação das mulheres, e os debates em seu interior também eram intensos, abrigando as mais diversas posições frente aos distintos contextos históricos-políticos. Encontros, trocas e interações davam-se com grande gama de variabilidade. Expressões múltiplas e muitas das vezes conflituosas refletiam o contexto geral.

> "*Fomentar la igualdad em la participación y la inclusión exige atender a las necessidades particulares de los diferentes grupos (...) no existe contradicción alguna cuando hay que atender a la diferencia para posibilitar la participación y la inclusión(...) movimientos sociales hacen del significado de la diferencia un terreno de lucha polítca, en lugar de permitir que se use la diferencia para justificar la exclusión y la subordinación. Apoyar las políticas y reglas que tomen en cuenta la diferencia grupal para socavar la opresión y las situacines desventajosas formas parte, en mi opinión, de esa lucha*." (YOUNG, 1989)

As várias e diversas participações das mulheres ressaltavam as ambigüidades que permeavam o ideal da sororidade, o qual pressupunha a não-heterogeneidade das lutas femininas e preconizava uma não-caracterização da diferença existente, pondo em questão a perspectiva de homogeneidade, que foi paulatinamente sendo rompida. Como afirma Hall, "o feminismo teve também uma relação mais direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico", pois este "politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas)", expandindo, assim, a formação das identidades sexuais e de gênero (HALL, 2002, p.45-46).

A riqueza deste momento de rupturas conceituais, de afirmação de novos atores, de conformação de novas participações e de reavaliação das práticas feministas é considerada como uma das formas de contextualização desta dissertação. Desta forma, registramos a memória deste passado porque acreditamos na necessidade de a história ser reescrita a cada geração. Concordamos com Perrot (2001) quando esta aponta a necessidade de reavaliar os diferentes acontecimentos em que as mulheres participam da história: "Reavaliar, isto é, pensar como uma intervenção política àquilo que, em geral, se interpreta como um fato social leva a perceber as mulheres num tempo histórico em que a singularidade do acontecimento é tão importante quanto a repetição dos fatos culturais" (PERROT, 2001, p.25). Ao retrocedermos um pouco na história, enfocamos

[8] A expressão "novas personagens entram em cena" remete ao livro de Eder Sader (1988).

fatos que antecederam e impulsionaram esse momento. O recuo no tempo é importante porque nos possibilita perceber a história em seus meandros e imersa na teia de relações que foram se construindo e que reporta a uma experiência de longa duração.

1.2 O movimento de mulheres no contexto dos movimentos feministas em Niterói: história e antecedentes

Consideramos que a luta das mulheres pela conquista de seus direitos e sua autonomia enquanto cidadãs e sujeitos sociais torna-se mais ampla e plena à medida que também se inscreve na luta dos sujeitos coletivos, ressaltando que este movimento é processado por rupturas, avanços, recuos, continuidades e descontinuidades que rebatem na cotidianidade, na subjetividade e nos demais procedimentos interativos, que são processos constituintes da vida das mulheres[9] envolvidas nestas conjunturas e que repercutem para todas as outras mulheres presentes nestes contextos sociais. Assim, entendemos que a complexidade que envolve esta análise exige atenção quanto à aproximação dessa "existência cotidiana", pois esta:

> "É dotada de significados compartilhados por nós e nossos contemporâneos. Contudo, o modo como nos apropriamos do conhecimento produzido e damos sentido a nossas vidas está marcado pela experiência subjetiva de cada ser individualmente. Os conhecimentos que cada indivíduo possui é que vão definir a identificação dos grupos e estruturas de relevâncias comuns. Quando nos voltamos para um estudo que busca investigar a história de vida de cada sujeito, é fundamental não perder de vista a compreensão do contexto onde vive este indivíduo." (FREITAS, 2000, p.14).

O contexto estudado está representativamente circunscrito ao município de Niterói, no qual vivem as mulheres entrevistadas. Sem a pretensão de fazer uma abordagem mais apurada acerca da constituição desta cidade, gostaríamos de pontuar a particularidade de sua localização. Niterói situa-se à margem oriental da Baía de Guanabara – seu elo e marco divisor com a cidade do Rio de Janeiro –, palco das intensas lutas femininas que almejamos investigar. Para esta investigação buscamos retroagir aos anos de 1940 como um momento bastante significativo em termos de movimentos sociais e de participação mais efetiva de mulheres no mundo público.

9 Elias (1994) é um autor importante em termos de estudos sobre esse processo, pois se debruça em determinados momentos históricos, visualizando a práxis social que nestes prevalece e a estrutura de personalidade, consciência individual e o *habitus* social que então são construídos e que trazem, nos seus movimentos de resistência e ruptura, modificações na balança entre a identidade-nós/identidade-eu.

Ao nos voltarmos para a década de 1940, podemos observar o modo como, já nessa ocasião, havia ampla mobilização política na cidade de Niterói – e as mulheres não estavam ausentes de toda essa movimentação[10]. O que percebemos neste período no cenário brasileiro, foi a intensa expansão das organizações femininas e a participação mais expressiva das mulheres no plano social e político. Especialmente em Niterói, as mulheres participaram da Liga de Emancipação Nacional, vinculada a questões políticas de forma mais geral, sendo uma delas a campanha nacionalista em defesa do monopólio estatal do petróleo. Nessa época, Niterói ainda era a capital do Rio de Janeiro (fato que se altera em 1975 quando a sede administrativa foi transferida para a vizinha cidade do Rio de Janeiro, ocorrendo a fusão dos dois estados).

Neste período, também de intensa mobilização nacional, começaram a surgir no município as primeiras instituições de proteção social, contando com intensa participação feminina. Emblemática foi a criação, em 6 de julho de 1945, da Escola de Serviço Social em Niterói[11]. Ao destacar esse fato, queremos reforçar a forte presença da Escola de Serviço Social[12] na construção da proteção social no município, e o fato de que já despontava nesse período uma movimentação feminina voltada para a questão da proteção social a ser prestada à população pauperizada[13].

---

[10] É claro que a história da cidade não se inicia nesta data, mas temos que ter algum marco de onde partir. Nosso recuo a esta data faz sentido por ser um momento também extremamente rico, rasgado por grandes mobilizações (em âmbitos municipal e mesmo nacional) e também por uma questão cronológica. Voltamos no tempo vivido por muitas dessas mulheres.

[11] Violeta Campofiorito de Saldanha da Gama foi uma das primeiras alunas, e diretora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense no período de 1951 a 1961. Segundo esta, um dos pontos preponderantes na viabilização da criação da Escola de Serviço Social em Niterói está no fato de que a incentivadora deste projeto era a presidente da LBA (Legião Brasileira de Assistência) fluminense, Dona Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha do presidente da República, Getúlio Vargas, e da fundadora da LBA, Dona Darcy Vargas, e esposa de Ernani do Amaral Peixoto, que governou (como interventor) o Estado do Rio de Janeiro no período de 1937-1945, sendo seu segundo mandato (como governador eleito) de 1950 a 1955 (Gomes, 1997). A articulação dessas mulheres, queremos enfatizar, deu início à construção de todo o aparato de proteção social em nosso município.

[12] Cabe mencionar que somente na data de 12/6/1958, depois de muita luta, conjuntamente com a Escola de Enfermagem, de Filosofia e de Engenharia, a Escola de Serviço Social passou a integrar a Universidade Federal Fluminense, que até então tinha o nome de Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Uferj).

[13] O curioso na origem da formação socioeconômica das pioneiras do Serviço Social em Niterói foi que a maioria – diferentemente do que ocorreu com inúmeros cursos de Serviço Social – se constituía de professoras primárias vindas do interior do Estado, que não dispunham de condições financeiras para a realização do curso sem a obtenção de bolsa de estudo e não pertenciam às camadas mais abastadas da região fluminense. Este fato também está sinalizado por Góis quando diz: "Diversas eram as motivações que compareciam no imaginário dos pioneiros e os estimulavam a empreender sua tarefa" (1995, p.125). Outro ponto que merece destaque na criação da Escola de Serviço Social/UFF é o fato de que, embora muitas de suas fundadoras fossem católicas, não foi a igreja que deu o tom na formação profissional. O final do governo Vargas caracterizou um momento em que se processava uma grande redefinição no Estado brasileiro, e demarcou o surgimento de uma demanda por profissionais capacitados para lidar com a chamada questão social. Neste momento, a presença das mulheres foi fundamental, não só na criação da escola, mas também na maneira como se articularam com as diversas dimensões do poder público.

Percebe-se que através dessa iniciativa assistencial também se aglutinavam ações sociais produzidas por mulheres, questão que para muitas significou a chegada à esfera pública. E, conseqüentemente, isso impulsionou certo processo de tomada de consciência de gênero, tendo em vista que ao "sair" – retomando o termo empregado por Perrot (1991) –, muita dessas mulheres se deparavam com uma nova realidade, novas possibilidades que ampliavam seus espaços de atuação, antes reduzidos aos quatro cantos de seus lares[14]. Michelle Perrot (1991) afirma que as mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados buscando alargar a sua área de influência. Esse é um fator determinante: terem ousado sair. Sair "fisicamente", penetrando em lugares "proibidos", como um café, um comício, uma viagem. Mas sair também "moralmente", recusando os papéis que lhes eram atribuídos. Essas "saídas" podem ser referidas às viagens propriamente ditas, mas também ao trabalho, à "viagem-ação", através da qual as mulheres empreendem uma verdadeira "saída" para fora dos seus espaços e dos seus papéis. Entendemos que esta história é recheada de exemplos de mulheres que ousaram SAIR: sair de seus destinos, sair de suas casas e construir um destino/um futuro outro. Nestes termos, não podemos negar o legado de avanços que nos foi deixado, pois essas saídas potencializaram as ações inscritas no tempo presente, através de uma experiência prática que no decorrer da história reordena as escolhas de *novos signos* (COSTA, 1995).

É importante enfatizar que desde esta época Niterói se constituía como palco de ações femininas, voltadas para atuações especificamente assistenciais e que já representavam um processo de articulação política dessas mulheres – articulação que marca a história da cidade e o aparato de proteção social que aí foi sendo moldado. A partir dessas considerações percebe-se também como a história da constituição da Universidade Federal Fluminense – e sua inserção na cidade – muito contou com as intervenções femininas[15]. Esses processos revelam o solo fértil que foi encontrado pelos movimentos posteriormente gestados na cidade de Niterói e que se constituem como nosso campo de análise.

Reforçando a movimentação política sempre presente na cidade, vemos que, no ano de 1949, foi fundada a Federação de Mulheres do Brasil, pela líder feminina Alice

[14] Talvez isso nos dê pistas para compreender a importante participação de assistentes sociais nesses processos que estou investigando. Vale ressaltar que três entrevistadas e duas informantes são assistentes sociais.

[15] Cf. nesse sentido, o projeto (em andamento) de pesquisa e extensão "Niterói - Cidade das Mulheres", organizado pelas professoras Rita de Cássia Santos Freitas e Cenira Duarte Braga.

Tibiriçá, que era vinculada à política do PCB (SARDENBERG & COSTA, 1994). No que diz respeito à origem e à criação da Associação Feminina Fluminense em Niterói, Macedo (2001) reafirma a participação feminina neste processo e informa que a maioria das mulheres não era do PCB. Desta associação, sobressai a luta das mulheres por meio de reivindicações contra a carestia de vida, pelo atendimento das necessidades imediatas referentes à infra-estrutura do âmbito doméstico, havendo também a participação das mulheres do campo. E ainda, como conseqüência de toda a campanha contra a carestia de vida que permeou esse período, foi criada em nível nacional, em abril de 1954, uma Comissão Central para a Luta contra a Carestia (TABAK, 2002).

Alguns relatos retratam bem esta época. Investigar essa história a partir do olhar (e das ações) das mulheres não significa buscar uma "outra história", melhor e mais completa que as existentes atualmente. Não procuramos uma verdade absoluta, mas acreditamos, como já apontava W. Benjamin (1994), que nada do que aconteceu um dia deve ser considerado perdido para a história. As mulheres que entrevistamos nos possibilitam conhecer uma "leitura" dessa história. Essas mulheres "saíram" de seus espaços (PERROT, 1991), circularam nas dimensões pública e privada, transformando suas vidas e a história da cidade. O que as entrevistadas narram nesse dado momento, individualmente, fez parte da vida de inúmeras mulheres de camadas médias e altas urbanas niteroienses, nascidas nas décadas de 1940 e 1950 do século passado.

Queremos retratar a participação da professora Maria Felisberta Baptista Trindade, uma das personalidades representativas que faz parte deste estudo. Felisberta[16] faz um elo entre o movimento feminista niteroiense antes de 1964 e o período que nos propomos investigar. Esta figura, expoente do movimento feminista em Niterói, nos revela – através de entrevista – sua rica trajetória de vida, iniciada a partir da organização de grêmios estudantis (na cidade do Rio de Janeiro e em Niterói), até a participação em movimentos como "o petróleo é nosso", que começou no ano de 1951. Destaca-se igualmente na luta contra a carestia e, posteriormente, já na metade da década de 1970, nas lutas em prol da redemocratização do país, concomitantemente às lutas que colocam em pauta de reivindicação as questões voltadas para a mulher – inclusive no que tange à violência doméstica.

[16] Trataremos nossas entrevistadas pelo nome como costumam ser chamadas, evitando a repetição constante de nomes e sobrenomes. Tal atitude se justifica também por termos estabelecido com estas uma relação muito próxima, que nos permite essa intimidade e agrega um componente intimista em nosso texto que nos agrada.

Por ocasião da criação da Associação Feminina Fluminense (AFF), em 1949, Felisberta foi indicada como sua primeira secretária. A Associação ficava no Barreto, bairro operário de Niterói, o que facilitava um trabalho articulado da AFF com os departamentos femininos dos sindicatos. Por volta de 1955, em termos de Estado do Rio de Janeiro, várias associações e comissões de mulheres já tinham sido criadas no meio rural e se espalhavam pela região de Xerém/RJ. Este movimento contou com a liderança de Josefa Paulino da Silva (GHELLER, 1997), que convocou as mulheres da Associação Feminina Fluminense para participar das comissões e associações rurais que mostravam os problemas, as arbitrariedades que sofriam as pessoas do campo, sobretudo a perda da terra. Esta questão também surgiu em uma das falas de Rolande**:** "*Então, as mulheres no campo se organizavam, e até hoje esses movimentos de Sem-Terra que têm departamentos de mulheres se organizam por questões das creches, das escolas, da saúde, da infra-estrutura*[17]".

Josefa Paulino da Silva participou da Federação de Mulheres do Brasil, de seu início até seu fechamento, no ano de 1958, tendo como secretaria geral e representante em Niterói, Lydia da Cunha[18]. A esta Federação estavam ligadas associações estaduais e organizações locais, em muitas cidades do interior, contando com a participação de donas-de-casa e outras manifestantes do movimento contra a carestia de vida.

Como podemos perceber, a participação das mulheres no cenário político e social da cidade de Niterói sempre foi uma constante, embora nem sempre tenha sido visível[19]. Felisberta nos informa que as mulheres, nessa época, ainda não estavam preocupadas com as questões da relação de gênero ou contra o sistema patriarcal e o ocultamento da violência contra as mulheres. O lema "*ordem na casa... (espaço privado) e vamos à luta (espaço público)*", título da tese de doutorado de Elza Dely Veloso Macedo (2001), foi muito apropriado para situar esse período, pois sabemos que o processo de construção da consciência de gênero se faz com rupturas e continuidades.

---

[17] Para diferenciar das citações bibliográficas, optamos por expor em itálico as falas resultantes das entrevistas realizadas.

[18] Personagem central na Tese de Doutorado de Macedo (2001).

[19] Martins (in Martins & Knauss, 1997) estudou a historiografia existente acerca de nossa cidade. Sua análise revela o modo como a história sobre Niterói se constituiu tendo como referência a cidade do Rio de Janeiro. Ismênia Martins, ao analisar a produção existente nos anos 80 e 90, constatou a existência de um pequeno número de trabalhos que tomam Niterói por objeto de estudo. A produção encontrada se caracteriza por uma abordagem descritiva, sendo o século XIX alvo preferencial dessas análises. Martins conclui seu estudo afirmando que ainda é necessário um grande esforço para se escrever a história de Niterói. E essa história precisa do diálogo entre diversos olhares e diferentes abordagens.

Contudo, esses movimentos abriram espaços para a compreensão da dinâmica das lutas sociais, no plano dos direitos sociais, da cidadania, com todos os seus impactos nas relações entre os sexos e nas representações sociais sobre eles: "Ir à luta mesmo que nos limites interpostos pelo estar em casa engendra um processo, lento mais gradual (...) Já o próprio fato de sair, às vezes é uma resistência aos valores da organização familiar burguesa" (MACEDO, 2001, p. 40).

Toscano e Goldenberg (1992) sinalizam que durante a década de 1960[20] se fortaleceu uma organização de mulheres que marcou o momento da passagem do sufragismo, sob a liderança de Bertha Lutz, para outra fase, de questionamentos mais abrangentes, na voz de militantes mais comprometidas com posições de esquerda, em geral socialistas. Através de algumas de nossas entrevistadas, soubemos que o movimento pela anistia, no decorrer da década de 1970, teve grande influência das iniciativas da União Brasileira de Mães. Este movimento foi liderado principalmente por mulheres que sofreram algum tipo de perseguição ou que tiveram seus filhos, companheiros, maridos e familiares desaparecidos, presos ou exilados no exterior. Esta forma de articulação foi a estratégia de participação encontrada por algumas mulheres para desvendar o paradeiro das pessoas desaparecidas. Assim foi desenvolvida uma intensa campanha de denúncia e de pressão para o retorno dos que estavam exilados no exterior. Nesse período, algumas das entrevistadas relataram que precisaram se afastar do convívio com seus maridos devido à perseguição política, tendo que trabalhar fora para o sustento da família, como é o caso de Felisberta. Rolande foi presa em 1975, atravessando a ponte Rio-Niterói.

Neste contexto, surgiram nacionalmente as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na defesa dos Direitos Humanos, tornando-se um foco central de oposição legal ao regime militar. A Igreja Católica situa-se como uma das únicas instituições que

[20] Já na década de 1960, precisamente até 1964, conforme analisa Carvalho (2002), os partidos políticos nacionais (PSD, UDN, PTB, PR, PSP) foram organizados e funcionaram livremente, à exceção do Partido Comunista (PCB), que teve seu registro cassado em 1947. Com o golpe de 1964, as lutas se concentraram mais pela derrota da ditadura, as reuniões eram realizadas clandestinamente. Durante o período de 1966 a 1979 funcionou o sistema bipartidário, coexistindo dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), considerada o partido do governo, que legitimava todos os candidatos impostos pelos militares; e o partido da oposição, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se viu diante de um modesto mas importante papel, pois mantinha – ainda que pequena – a chama da oposição. No mandato do general Garrastazu Médici, (1969-1974), uma nova lei de segurança nacional foi introduzida e a repressão cresceu rapidamente ao lado de órgãos de inteligência nacionais como a Polícia Federal e o Serviço Nacional de Informações (SNI). As agências especiais de repressão, chamadas Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa Interna, conhecidos pelas siglas DOI-Codi. Em nível Nacional como também em Niterói todas as entidades, como a Associação Fluminense Feminina, os departamentos femininos que anteriormente funcionavam tanto nos partidos como nos sindicatos, foram fechados e proibidos de funcionar em decorrência dessa política repressiva.

conseguiu defender-se de parte das imposições determinadas pela ditadura e, apesar de alguns conflitos com o governo, suas ações se estendiam da zona urbana à zona rural[21] (CARVALHO, 2002). Mizubuti (1986, p.176) destaca como também representativa deste contexto nacional a presença bastante ativa do padre Roberto Thiago Mayer em um bairro da periferia de Niterói, no final da década de 1970 e início da década de 1980. A direção que ele deu às ações pastorais teria contribuído para o nascimento da associação de moradores. Este importante trabalho pastoral e de reflexão política foi realizado sob a influência da Teologia da Libertação e teve destacada atuação das mulheres, nascendo daí a proposta de construção de uma creche comunitária. Logo depois, foi fundada no bairro de Ititioca a primeira associação com estatuto registrado em cartório, em 1979.

Em nível nacional (conforme Toscano e Goldenberg, 1992) surgiu uma figura expoente à frente do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil: a advogada carioca Romy Medeiros da Fonseca, que já estava engajada na luta por um *Estatuto da Mulher Casada* e foi de extrema importância na luta pela aprovação da Lei nº 4.121/62. Com essa lei, começaram as lutas contra as discriminações que limitavam os direitos da mulher casada, considerada relativamente incapaz, no mesmo patamar dos indígenas e das crianças. Elas precisavam da autoridade do marido para exercer qualquer atividade profissional fora do lar, segundo o Código Civil de 1916, que reiterava a supremacia masculina.

Em 1972, no Rio de Janeiro, foi realizado um congresso com grande cobertura da imprensa e sérias reservas do governo militar de plantão, no qual constavam propostas que assinalaram esse momento de transição. Daí por diante, questões jurídicas que afetavam a mulher passaram a incluir discussões em torno de pontos cruciais que seriam mais tarde incorporadas ao Código Civil, como o princípio da igualdade entre marido e mulher no casamento e a introdução da Lei do Divórcio. Sobressaíram nessa ocasião, por suas posições de esquerda, as conferencistas Rose Marie Muraro, Heleieth Saffioti e a jornalista Carmem da Silva, da revista *Cláudia*.

Pensando na violência contra a mulher, Soares (1999) relembra que até 1871 o homem tinha o "direito" de bater na mulher. Esse ato era considerado uma questão pessoal, pertencente ao mundo privado/doméstico. Somente a partir de 1883, a violência

[21] Segundo Landim (1998), as CEBs foram uma das responsáveis pela organização da maior parte das atividades de cunho educativo e comunitário, dos movimentos sociais e sindicais, urbano e rural que se consolidaram durante os anos 1970. Exemplo dessas organizações seriam os clubes de mães, criados no final da década de 1960 e início da década de 1970 (CANÔAS, 1997, p.68).

física contra a mulher foi considerada crime, no estado de Maryland, EUA. No Brasil, somente em 1940 o Código Penal eliminou o tratamento diferenciado por gênero para o adultério e reduziu a pena que lhe era aplicada, porém favoreceu a tese da "legítima defesa da honra" utilizada ainda nos anos 90 do século XX.

Cabe ressaltar que este sofrimento vivenciado na intimidade por inúmeras mulheres ao longo do tempo foi mantido em silêncio, pois as concepções androcêntrica e racional, disseminadas no mundo ocidental, contribuíram para a perpetuação da opressão feminina, propiciando a naturalização e a legitimação da violência masculina no âmbito doméstico/privado. Dias (1992) destaca que essa perspectiva, socialmente aceita, reforçava o mito da chamada "natureza feminina". Essas concepções difundidas socialmente favoreceram a interiorização de determinados valores, aceitos inclusive por muitas mulheres que, envoltas em um contexto de violência simbólica[22], ajudaram a conformar uma dada representação feminina e, conseqüentemente, a banalização da violência na esfera familiar. "Violência Simbólica é uma forma de violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la" (BOURDIEU, 1997b, p.22).

Diante do contexto histórico-cultural das sociedades, a dominação masculina encontrou um campo fértil para o seu exercício. A contribuição de Bourdieu (1996) a respeito da dominação masculina faz-se necessária neste estudo por ajudar-nos a compreender que, através do trabalho educativo, as construções sociais se inscrevem no corpo e se tornam sistemas de disposições, daí a noção de *habitus*. O *habitus* seria a história in-cor-po-ra-da. Isto é:

> "O conjunto de (pré) disposições que presidem o comportamento ordinário do homem, fornecendo-lhe uma moldura comportamental e gerando uma estrutura perceptiva que fornece o *feeling* que nos orienta quase mecanicamente, nas mais variadas situações da vida cotidiana." (GÓIS, 1999, p.26)

Sem desmerecer a contribuição do sociólogo francês, Soihet (1997) reconhece que, mesmo que as mulheres, na sua maioria, tenham se vergado a uma submissão alienante, outrossim também construíram recursos que lhes permitiram deslocar ou subverter a relação de dominação. Por isso, para esta autora, a noção de resistência torna-se necessária nas abordagens sobre mulheres. Assim, as diversas leituras

[22] O conceito de violência simbólica, junto ao de gênero, é central para entendermos os processos – sociais e históricos – que propiciaram o estabelecimento (e a aceitação) da violência contra a mulher.

realizadas por estudiosas feministas mostraram que muitas mulheres não permaneceram imóveis. Essa efervescência pode ser percebida no modo como essas mulheres vão, aos poucos, delimitando espaços, construindo um campo de poder, com todas as lutas e disputas que tal campo comporta.

Bourdieu (1996) reconhece também a possibilidade de transformação nessas disposições, uma vez que acredita que a tomada de consciência é indispensável para desencadear o processo de transformação e assegurar seus resultados. Para tanto, seria necessária uma profunda transformação, no sentido de reeducação e reelaboração nas condições de produção dessas disposições, ou seja, na mudança de *habitus*. Assim, o autor visualiza a possibilidade de alteração nas relações hegemônicas uma vez que haja consciência no sentido de transformar a ordem simbólica preexistente e, conseqüentemente, propiciar a construção de novas relações de gênero, galgadas em uma nova maneira de ser mulher e ser homem. Como afirma Almeida,

> "Para que o pessoal seja vivido como político, transportando-se do nível do discurso para as práticas cotidianas, é preciso que esta concepção inscreva-se no *habitus*, seja vivida enquanto experiência de gênero, e permeie as lutas pela construção de uma contra-ideologia, passando a informar ações individuais e coletivas." (ALMEIDA, 1998, p. 91).

Destacamos, assim, que esse processo não é estático; ao contrário, é um movimento dinâmico e contraditório. Muitas mulheres também exerceram seus contra-poderes à ideologia dominante. Apesar dos obstáculos, no decorrer dos tempos, elas transgrediram o instituído e lutaram pelas conquistas dos seus direitos enquanto cidadãs[23]; de certa forma, "moviam mais do que se pensa" (PERROT, 1991, p.86).

Um fato que nos chama a atenção na fala das informantes desta pesquisa é a quantidade de ideais e de interesses em disputa. A questão partidária aparece como um ponto de união, mas também de discórdia entre as participantes. Em relação aos partidos de esquerda, percebe-se que estes não estavam com a atenção voltada para os problemas específicos das mulheres e, na verdade, o feminismo não lhes era nada simpático. Por implicação, neste contexto, as políticas traçadas não se definiam claramente para a população feminina e as desigualdades entre as mulheres não eram expressas.

[23] Entretanto, Costa (2002) afirma que "feminismos informais" ou formas de transgressões femininas capazes de impulsionar mudanças de códigos comportamentais femininos de expressão coletiva quase nunca são decodificados. Assim, as desigualdades em geral, como as que existem entre as mulheres (de diferentes classes, etnias, geração, sexualidade, religião), em regra ficam ocultas.

Toda esta movimentação histórica é percebida no depoimento da professora da UFF Satie Mizubuti. Mesmo diante do momento repressivo presente no país, Satie conseguiu atuar intensamente junto ao movimento sindical e na luta travada para fundar a Associação de Docentes da Universidade Federal Fluminense, em 1979. De acordo com a professora, essa foi uma luta essencialmente da categoria de professores, e a UFF foi uma das primeiras instituições no Brasil que conseguiu esse feito[24].

Sucessivo aos acontecimentos transcorridos durante a década de 1970 em nível nacional, em prol da anistia política aos presos e perseguidos, os movimentos de mulheres vêem-se também sob a influência de movimentos de mulheres internacionais, especialmente dos Estados Unidos. Importante destacar que, a partir da década de 1960, a mulher começou a aparecer como objeto de estudo no âmbito das Ciências Sociais – fenômeno que entendemos como decorrente do fortalecimento dos movimentos feministas. Neste primeiro momento, o movimento chamou a atenção para a visibilidade da mulher e do feminino. As estratégias concentraram-se em torno de manifestações públicas de repúdio a tudo que representasse a opressão do homem.

O movimento de mulheres começou a se estruturar, tendo Betty Frieddan como uma das articuladoras. Conforme Toscano e Goldenberg (1992), o livro de Betty Friedan *A mística feminina*, traduzido para o português em 1971, despertou tanto interesse que a autora foi convidada a vir ao Brasil[25], e sua presença foi um marco importante no feminismo brasileiro. Esta feminista esteve no Brasil em 1971 (SOIHET, 2002). Apesar das críticas que sofreu do jornal *O Pasquim*, conseguiu exercer forte influência no movimento de mulheres no Brasil – que volta sua atenção para as questões da sexualidade, do aborto, da contracepção e para problematizar a questão da legítima defesa da honra (artifício que permitia a impunidade dos perpetradores da violência contra a mulher).

Em 1974, a jornalista Heloneida Studart lançou o livro *Mulher, objeto de cama e mesa*. As mulheres niteroienses não ficaram imunes à influência deste livro, como

---

[24] Outro movimento de que participou dentro da UFF foi pela demarcação das terras indígenas. Além desta conquista dos professores houve também a expansão de associações de outros profissionais, coexistindo com os sindicatos na época. Porém, devido às restrições impostas pelo regime ditatorial, estes últimos puderam apenas exercer a assistência social. Segundo algumas informantes, estes espaços se transformaram em focos de mobilização profissional e política. Outro ponto de resistência ao governo militar foi a intensa atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que teve o seu auge de participação em 1979 (CARVALHO, 2002).

[25] Segundo Pereira (1999), outro marco da literatura feminista que influenciou e até hoje inspira a produção sociológica feminista foi à publicação do livro *O segundo sexo* (2000), de Simone de Beauvoir, em 1949, no qual esta autora afirmava, pela primeira vez, que ser mulher é uma construção social.

relataram nossas entrevistadas. Um dos motivos dessa repercussão está no fato de que nesse período foi intensificado o fluxo entre Niterói e o Rio de Janeiro a partir da inauguração da ponte Rio-Niterói, em 1975, com a fusão dos Estados do Rio e da Guanabara. Sinalizamos também um reordenamento no espaço social de Niterói com o aumento da população de baixa renda, pela expansão das áreas de posse, alternando-se com loteamentos para segmentos sociais mais privilegiados (MIZUBUTI, 1986, p.172). Vale destacar que esse reordenamento teve um impacto muito grande na cidade. Ser capital do Estado do Rio de Janeiro trazia grandes significados para o município e seus moradores, principalmente no que concerne aos fatores econômicos. A perda desse status também é relevante para pensarmos Niterói enquanto um palco de ações femininas, pois, entre outros aspectos, o fato de a população masculina trabalhar em sua maioria na cidade vizinha configurava um município cuja representação era feita essencialmente por mulheres. Este talvez seja um outro elemento a ser considerado para compreendermos a clara participação feminina na vida da cidade e sua intensa contribuição em termos de ações pró-ativas de garantia e melhoria das condições de vida.

Em 1975 foi empossado como presidente o general Ernesto Geisel, que deu início ao processo de abertura política, culminando em 1978 com o regresso dos exilados políticos (CARVALHO, 2002). Fato importante na realidade brasileira foi a escolha pela Organização das Nações Unidas, em 1975, do Ano Internacional da Mulher. As comemorações desse ano foram intensificadas pelas lutas em nível nacional, estadual, municipal, dos movimentos feministas, juntamente com a luta pela redemocratização. No bojo da discussão levantada com essa comemoração, foi criado nesse mesmo ano o Movimento Feminino pela Anistia (TOSCANO & GOLDENBERG, 1992). “Outro acontecimento que teve destaque foi a apresentação do Manifesto das Mulheres Negras durante o Congresso das Mulheres Brasileiras em julho de 1975, marcando o primeiro reconhecimento formal das divisões raciais dentro do movimento feminista” (CALDWELL, 2000: 97). Vem se juntar a isso, posteriormente, outra iniciativa relevante, em 1979, com a realização da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

O processo de transformação vivido pelo movimento de mulheres e as lutas feministas se articulam e entrelaçam no final da década de 1970 e início da década de 1980. Nesse processo estão presentes as chamadas lutas gerais em prol da redemocratização do país (1979-1985), somadas às lutas específicas que eram marcadas

pelo agrupamento de mulheres onde se discutiam e defendiam temas que diziam respeito ao feminino, como a ocultação da sexualidade, a necessidade de creche no local de trabalho, por exemplo.

Em Niterói, começaram a ser realizadas reuniões que resultaram na rearticulação dos movimentos de mulheres niteroienses. O Centro Brasileiro de Mulheres de Niterói foi criado em 1978. Na cidade do Rio de Janeiro este Centro já havia sido aberto em 1975 (TABAK, 2002). Conforme seu estatuto, o Centro propunha reflexão, pesquisa e análise da condição da mulher brasileira, atuando no sentido de superar os estereótipos que pesavam sobre ela, como o mito da *fragilidade feminina*. A solenidade de inauguração foi no Teatro Alvorada, que hoje não existe mais. Esta inauguração contou inclusive com a presença de Nair de Teffé, uma mulher da classe média muito avançada e interessante para a época, de acordo com as informações fornecidas por Felisberta[26], que também pontua:

> *"Começamos a lutar justamente por aquilo que passou a ser a nota dominante do movimento feminista, que era a questão da liberdade sexual, contra a violência doméstica, daí que começou a surgir no Brasil a idéia das delegacias femininas. (...) aí o mundo acadêmico começou a se interessar pelas questões das relações de gênero a partir também do desenvolvimento da história cultural, porque a história era muito mais uma história política, então não havia discussão e além do que era um momento muito maior de luta pela liberdade democrática. Nesse momento ditatorial, a visão do movimento de mulheres era bastante pejorativa." (Felisberta)*

Rolande reforça a opinião de Felisberta quando diz que, nesse momento ditatorial, a visão do movimento de mulheres era bastante pejorativa, aos olhares dos militares e grupos mais conservadores.

> *"Os militares achavam que esse movimento de mulheres não era nada de tão importante, ao que se devia dar atenção. Eram umas "loucas" que deviam estar fazendo qualquer coisa que não trazia perigo nenhum pra questão da ditadura. Então, com isso, eles deixaram passar muitas atividades nossas que eram feitas clandestinamente."* (Rolande)

É importante perceber que a partir da metade dos anos 1970 presenciou-se no cenário brasileiro uma efervescência e visibilidade dos movimentos sociais urbanos, incluindo os movimentos de mulheres. A eles se juntaram as associações de moradores de classe média, como é o caso de Icaraí e Ingá, associações de moradores da periferia e

[26] Conforme Felisberta, contou-se com a participação, na época, da Dra. Manuela (médica do Hospital Universitário Antônio Pedro) e da Sra. Santinha, militante que morava no Rio de Janeiro mas estava trabalhando em Niterói, na Secretaria de Saúde, tendo forte atuação nos movimentos feministas na cidade. Contou-se também com a participação de outras mulheres, como Hildete Pereira, Rolande P. Fichberg, Lídia da Cunha, Josefa Pureza, Ismênia Lima Martins, Rosalda Paim, Nely Armon, Eliane Nemer.

favelas de Niterói, que mais tarde contribuíram conjuntamente para a formação da Famnit (Federação das Associações de Moradores de Niterói), vinculada à Famerj, esta no Rio de Janeiro (MIZUBUTI, 1986). Constata-se nesse período o renascimento de movimentos de oposição (CARVALHO, 2002). Isso é visível na fala de Felisberta: "*Então, também como mulher, participei do movimento pela Anistia, aqui em Niterói. Nós fizemos várias reuniões, alguns atos públicos, eu me lembro de um que foi no Teatro Municipal e terminou com uma poesia pela liberdade dos presos políticos*".

Felisberta nos relata a existência de um departamento feminino, que funcionou dentro do sindicato dos bancários e tinha como presidente uma mulher. Talvez esse fato ajude a compreender a aderência desse sindicado às questões do Centro da Mulher de Niterói, cedendo inclusive um espaço para a realização das reuniões. A primeira presidente do Centro foi Ligia da Cunha, filha da Lydia da Cunha, que nessa ocasião morava em Paquetá-RJ, vindo a falecer em 1° de julho de 1987 – "sai de cena e deixa como legado a sua própria história" (MACEDO, 2001, p. 268). Este Centro, além de debater problemas "macroestruturais" (como o fim da ditadura, a anistia e a luta em prol da democracia), também elaborou programas de ação e divulgou uma plataforma de reivindicações para diversas questões do interesse da mulher niteroiense. Entre estas, podemos citar a necessidade da instalação de creches, a luta pelo planejamento familiar e a violência contra a mulher. Infelizmente, temas que ainda continuam atuais na pauta dos movimentos feministas.

A atuação feminina em outras formas de organização – como as associações de moradores, os sindicatos e os partidos políticos – foi concomitantemente incorporando à agenda dos movimentos (e dos partidos) a discussão referente às questões mais específicas relacionadas ao corpo feminino, derivando daí o lema "nosso corpo nos pertence". Isso possibilitou trazer como pauta de discussões questões como a opressão, a discriminação, a sexualidade, o aborto, legítima defesa da honra e a violência sexual contra a mulher – fatos até então considerados "naturais". Especificamente em relação à violência contra a mulher, não podemos esquecer que até pouco tempo era um "direito" dos maridos/companheiros baterem e mesmo matar suas mulheres, em nome da legítima defesa da honra, uma vez que o casamento era tido como uma instituição "sagrada" onde o poder do homem era incontestável.

A promulgação da lei do divórcio, em 1977, teve grande repercussão na maneira de se pensar família no Brasil. Até essa época, a estimativa era de que mais de 40% da sociedade brasileira vivia sem a proteção do Estado no que diz respeito às relações

familiares[27]. Algumas de nossas entrevistadas revelaram que nesse período os movimentos de mulheres passaram a ter novos direcionamentos. Começou-se a perceber, por exemplo, que o movimento associativo de moradores também era um movimento social "*que poderia contribuir para tirar as pessoas daquele casulo de estarem dentro de casa"* (é o que nos fala Rolande). Como era um movimento muito amplo, algumas mulheres acharam melhor atuar via Centro Brasileiro da Mulher de Niterói. Algumas dessas militantes tornaram-se presidentes das associações e posteriormente ingressaram na política partidária.

Maria Rita Taulais, hoje assessora no Cedim – Conselho Estadual do Direito da Mulher (criado em 1987) –, já vinha atuando ao longo de décadas anteriores nos movimentos feministas, na cidade do Rio de Janeiro. Os primeiros movimentos relacionados às questões mais especificas relativas à mulher aconteceram por volta de 1975, com diversos seminários. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, teve um papel importante na divulgação das questões referentes às mulheres. Taulais situa que a luta do movimento de mulheres, nesta época, passou a se voltar também para os direitos da mulher sobre questões expressas nos lemas: "Nosso corpo nos pertence" e "Quem ama não mata". Estes lemas pautavam-se na luta pela autonomia da mulher, que passa pelo conhecimento do corpo e a gestão do próprio corpo; e a questão de publicização da violência contra mulheres a partir do assassinato destas. Estes lemas tornaram-se uma bandeira de luta para o movimento de mulheres em face de questões objetivas e simbólicas.

Nessa ocasião começou a se tornar visível o interesse da sociedade em geral, principalmente mulheres de classe média, universitárias e profissionais liberais, pelos temas e discussões específicas sobre a condição da mulher. Nos meios acadêmicos apareciam os primeiros estudos regulares sobre essa temática. Os anos que se seguiram ao Ano Internacional da Mulher foram de intensa atividade para as feministas, que, organizadas em todo o país, procuravam dar visibilidade a suas lutas e a violências sofridas por inúmeras mulheres.

Nesse contexto, foram episódios marcantes as mortes de Ângela Diniz e Eliana de Grammont, assassinadas por seus ex-maridos. O marido de Eliana, Lindomar

[27] Essas informações nos foram passadas por Leila Borges Costa, advogada (especialista na área cível), representante da Cepia, palestrante no Seminário realizado em 12/5/2003 na Escola de Serviço Social/UFF. Este seminário teve como título o seguinte tema: "Lei 9.099/95 – uma questão em debate", e foi organizado como uma das atividades do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social, como comemoração do Dia do Assistente Social.

Castilho (cantor conhecido nacionalmente), foi absolvido em nome da "legítima defesa da honra", em São Paulo. A frase "quem ama não mata" foi um dos primeiros lemas do movimento feminista brasileiro que foi para as ruas protestar, organizando-se no sentido de monitorar, acompanhar e fazer pressão sistemática para obter justiça nos casos de mulheres assassinadas por seus maridos/companheiros. As feministas passaram das denúncias através da mídia às manifestações públicas junto aos tribunais, por ocasião dos julgamentos dos crimes cometidos. Chamaram atenção da opinião pública e exerceram pressão junto ao júri. Essa pressão resultou na condenação de Doca Street, que assassinou Ângela Diniz, em Cabo Frio. O advogado de defesa também utilizou a tese da legítima defesa da honra, dizendo que a honra dele estava abalada pelo comportamento da mulher.

Nesse mesmo ano, as feministas do Rio de Janeiro criaram a Comissão Violência Contra a Mulher, que marcou o movimento deste período, pautado no excesso de homicídios contra mulheres. Os movimentos, tanto do Rio como de São Paulo e Belo Horizonte, exigiram que os tradicionais argumentos utilizados pelos advogados de defesa nos casos de violência extrema não fossem mais tolerados pelas mulheres e pela sociedade em geral. Assim, constata-se um importante fator de enfrentamento social, que na época se deu mediante o quadro de violência contra a mulher, que se tornava público de forma assustadora[28].

Esta luta se tornou um ponto central também de mobilização social, na cidade de Niterói. No editorial do Centro da Mulher Brasileira divulgado em maio de 1981 (Ano I, nº. I), se denunciavam casos de mulheres assassinadas, entre elas personagens conhecidas pela sociedade niteroiense, como Silvia Albernaz e casos como o de Chustel Johnston, que depois de ameaçada de morte durante dois anos pelo ex-marido e de ter solicitado garantia de vida a delegacias policiais, ainda assim foi assassinada. Enfim, a violência contra a mulher passava a ser, cada vez mais, publicizada. Em torno dessa problemática, aglutinaram-se mais e mais pessoas, e a partir desse processo, outras questões passaram a fazer parte da pauta de discussão do movimento feminista, tal como a liberdade sexual, fator de justificativa para muitos dos assassinatos.

[28] Consideramos que a violência contra a mulher não se restringe apenas a sua dimensão física. É importante entender que a violência emocional não ocorre necessariamente atrelada à violência física, mas também através de ameaças advindas da comunicação verbal entre os parceiros, de jogos de palavras que ferem, de manipulações, de chantagens de ordem emocional e mesmo material existentes no convívio da relação afetiva/conjugal. Não entraremos aqui, contudo, em uma discussão conceitual a respeito dos atuais debates em torno da violência e das diversas concepções utilizadas por diferentes autoras – violência doméstica/ violência contra a mulher/violência de gênero – por entendermos que, primeiro, foge aos limites deste trabalho e que, em segundo lugar, já existe uma grande literatura sobre o tema.

Suely Gomes Costa[29], personagem representativa na luta das mulheres de Niterói, nos informou ter se iniciado no Rio de Janeiro e em São Paulo toda uma campanha voltada para os crimes de agressão, não só de assassinatos, como de lesão corporal, agressão física, ameaças, injúrias, já previstos no Código Penal de 1940. Isso não era considerado até então. Quando as mulheres procuravam as delegacias tradicionais, esbarravam no consenso de que "em briga de marido e mulher ninguém mete a colher". Na maioria das vezes, as delegacias não registravam as denúncias, só os assassinatos.

Alguns movimentos de mulheres foram para a porta de Tribunais de Justiça e fizeram manifestações e comícios. Como ressaltou Suely, movimentos de mulheres perpassaram todo o país, organizando passeatas e comícios. Esta entrevistada aponta os SOS Corpo, no Rio de Janeiro e em Recife, como exemplos importantes de condutas de mobilização de massas e ainda enfatiza que práticas análogas surgiram em fins da década de 1980 e início dos anos 1990 com as ONGs/Aids.

Vale ressaltar que outros acontecimentos marcaram com intensidade essa época, como as lutas pela emancipação feminina, contra a opressão, contra a condição subalterna e a desigualdade no mundo do trabalho. Emergiram também nestes movimentos as primeiras manifestações em prol da iniciativa de elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Outra luta em pauta, sinalizada por Suely, foi pela saúde reprodutiva:

> *"A mortalidade materna nesse período é absurda. É uma coisa monstruosa a quantidade de prática do aborto. Deveriam ser duas lutas: uma luta pela discriminação do aborto e a outra pela instalação do programa de atenção integral à saúde da mulher que cuidava do programa de sexualidade. (...) Tudo isso ocorre junto. Então você vai ter essas mulheres que eu falei do partido comunista etc. presentes nessa luta, mas não é delas a iniciativa dessas novas lutas. Elas estão juntas, algumas não se afastam, permanecem, algumas se afastam. Então há uma diferença de enfoque, esse mundo privado adquire uma dimensão política."* (Suely)

Toda essa movimentação em nível tanto nacional quanto estadual e em alguns municípios brasileiros, como Niterói, foi gerando pressões que desencadearam, entre outras coisas, a chamada abertura política. O movimento pela Anistia, juntamente com outras lutas que foram surgindo ou ressurgindo, teve um desdobramento chegando até o

[29] Esta professora não participou ativamente da luta pela criação da Deam/Niterói, porém colhemos seu depoimento pois fez parte ativa do movimento de mulheres em Niterói, principalmente na área da saúde, e nos brindou com algumas importantes considerações. Tais considerações ganham ainda mais sentido por virem de um olhar diferenciado, mas de um olhar que também viveu aquele momento.

movimento das “Diretas Já”, em 1984, que culminou em uma enorme concentração na Candelária, no Centro do Rio de Janeiro, como relata saudosamente Satie. E o debate que se deu para a organização das campanhas com vistas às “Diretas Já”, em 1984, chegou aos movimentos feministas e de mulheres em Niterói, que participaram de forma bastante ativa também neste movimento.

Terminou o regime ditatorial, após as pressões de toda a sociedade, e foi dado prosseguimento à abertura política, em 1985, com a eleição indireta para um presidente civil, tendo como candidato Tancredo Neves, que faleceu por ocasião de sua posse. Conforme os relatos de nossas entrevistadas, foi um momento de grande efervescência e atuação dos movimentos feministas e sociais – talvez o único possível naquele dado contexto. Assim, deparamo-nos no cenário niteroiense com a intensificação e força das Associações. A partir delas, muitas mulheres passaram a se reorganizar em departamentos femininos, e, nestes espaços, a discutir suas questões. A organização de um maior número de partidos políticos convive com a absorção em seu interior de várias mulheres oriundas dos movimentos feministas. O Partido Socialista, o Partido dos Trabalhadores e todos os partidos que se legalizam criavam um departamento feminino, onde as mulheres tinham suas atividades e o “direito” de se organizar em suas categorias[30]. Nesse sentido, podemos supor que a movimentação exercida por essas mulheres ampliou sua participação política, inclusive no seio partidário. Daí em diante, seria difícil aos partidos ficarem imunes às questões feministas.

Algumas de nossas entrevistadas enunciam que com a “volta” da democracia as mulheres passaram a estar mais ligadas a seus sindicatos, a suas categorias. Exemplos nesse sentido são as assistentes sociais, as enfermeiras, as bancárias, as professoras e as advogadas da OAB. Com a legalização dos partidos, os movimentos feministas formaram dentro dos próprios partidos os departamentos femininos, os sindicatos, organizações e categorias. Conseqüentemente, o Centro da Mulher foi reduzindo a sua ação – o que trouxe conseqüências sérias para a movimentação das mulheres, com a partidarização do movimento.

As associações de moradores em todo o país começam a se organizar sob a forma de Federação, contando com forte presença feminina. Destacamos a criação, em agosto de 1986, da Federação das Associações de Moradores em Niterói (Famnit) tendo uma mulher

[30] Não é o momento de aprofundar essa discussão, mas é importante registrar que a participação das mulheres nesses partidos não deixou de estar atrelada a questões afetas ao que seria mais próximo as atividades ditas femininas. Ainda hoje, infelizmente, é muito mais fácil encontrar mulheres discutindo nos núcleos de cultura do que participando, por exemplo, do núcleo de decisões políticas.

como sua primeira presidente, Edith Homem de Mello. Nas considerações que tece sobre a formação da Famnit, ela aponta a década anterior como momento desencadeador desse processo:

> *"Pra mim, o melhor tempo que tive de luta foi com a comunidade. Eu sei o quanto aprendi. Aprendi sobre o direito de reivindicar, a falar com as autoridades, a discutir com elas as questões da comunidade. Tenho saudade daquele grupo. Nós tínhamos representantes de morro, de favela, dos bairros da elite. A nossa luta era grande, mas tudo se resumia ao direito da comunidade. As nossas reuniões eram no Sesc. Tivemos até movimentos meio malucos, mas faziam parte da nossa luta, em querer ajudar. No nosso grupo sempre tivemos a Famerj (Federação de Associação de Moradores do Estado do Rio de Janeiro) conosco".* (Edith)

É comum encontrar certo ar saudosista quando relembramos o passado (esquecendo muitas vezes os conflitos que também marcaram esses momentos). Isso fica claro em muitas falas dessas mulheres, conforme podemos perceber nessa última citação. O certo é que o período pesquisado se constituiu em um momento muito rico em suas vidas, do qual se lembram com certo prazer.

> *"O nosso trabalho em Niterói começou com muita guerra, porque nós começamos a trabalhar no final da ditadura. Havia muita coisa para se fazer, porque a comunidade era muito presa ao governo. A luta pela Anistia era muito grande porque nessa época havia muitas ameaças e pessoas exiladas. A Federação não nasceu em um dia, tivemos vários encontros até o dia da sua formação. Tinha a luta pelo transporte, onde se buscava uma participação ativa nas planilhas dos trabalhos de transporte, a luta pela posse de terra porque havia muita gente morando em loteamentos sem titulo de posse, a luta pelo IPTU, entre outras. Depois tivemos a questão da segurança, educação e saúde. Trabalhávamos indo às escolas do município, conhecendo o trabalho de cada instituição. Discutíamos a questão do atendimento no Hospital Antonio Pedro, que é do Governo Federal. Paralelamente a isso nós tínhamos a questão da criança, da saúde mental, e logo apareceu a discussão que comoveu todo mundo e nos acionou, a questão da segurança da mulher, da vida da mulher. Nessa época, a mulher estava de uma certa forma amarrada ao poder do marido, que além de marido era dono dela. Foi nessa época que começou a se discutir sobre a necessidade de uma delegacia de mulher."* (Edith)

Como se percebe, os focos de luta eram muitos. E o ano de 1986 revelou-se como um ano extremamente rico na cidade de Niterói. Essas mulheres, numa cidade que não é muito grande, "onde todo mundo se conhece", foram estabelecendo alianças e se fortalecendo em uma luta cujos ideais estavam muito próximos. Na própria UFF temos como personagem de destaque a professora Satie, que, além de sua inserção no movimento sindical e de sua condição de professora, teve envolvimento expressivo enquanto pesquisadora e militante no movimento de Associação de Moradores – inclusive sua tese de doutorado versa sobre a questão da participação das mulheres nos

movimentos associativos de bairro em Niterói.

A Universidade Federal Fluminense não tinha uma participação institucional nos movimentos feministas, mas muitas professoras dessa universidade tiveram expressiva atuação nos movimentos sociais, podendo ser destacadas as professoras entrevistadas (Cenira Duarte Braga, Suely Gomes Costa, Maria Felisberta Baptista Trindade, Satie Mizubuti e Marilza Medina), entre outras que não conseguimos entrevistar (como Rachel Soihet e Hildete Pereira, para citar apenas dois exemplos). Estas mulheres sempre participaram dos movimentos sociais e de mulheres, com intensas contribuições enquanto ativistas militantes, e também como pesquisadoras. Contudo, não podemos esquecer a importância da UFF na cidade de Niterói. A universidade ocupa um espaço (territorial, mas também político) importante no município. Ainda que sem a participação formal da instituição, o fato de professoras da universidade estar presentes nesses movimentos, de certa forma, levava o nome da instituição como algo de representativo.

Cenira rememora este passado e diz que as mulheres "circulavam" em muitos movimentos, mesmo que com uma pequena inserção no movimento político partidário. Argumenta que do ponto de vista da pressão, na época, a eleição de uma mulher para a vereança trouxe resultados satisfatórios. "*Felisberta tentou, outras mulheres tentaram, mas não conseguiram; a Satie foi a que conseguiu, em 1988. E quando ela conseguiu colocou o mandato à disposição do movimento feminista*".

Diante deste quadro, podemos perceber como eram diversas e intensas as atuações dos grupos de mulheres niteroienses, uma vez que se engajavam em várias frentes de lutas, tanto em movimentos gerais, como em questões específicas, tanto no cenário nacional como no estadual e municipal. Transparece nessas lutas um novo patamar de construção de consciência de gênero, porém efetivamente persistia a luta pelos direitos iguais para mulheres desiguais, "*perspectiva esta de identidade biológica das mulheres, que se fizeram ainda presente nos movimentos feministas do Brasil, ao longo da década de 80*", conforme nos aponta Suely. A suposição de uma "sororidade" entre as mulheres, vale destacar, foi uma constante no movimento de mulheres mesmo a nível internacional, trazendo dificuldades que, aos poucos, vêm sendo superadas, ao se resgatar a pluralidade existente dentro dos movimentos.

A professora Cenira Duarte Braga, que sempre esteve engajada nos movimentos feministas em Niterói, nos relata que no início da década de 1980 houve muita efervescência política em torno do movimento de mulheres, das Associações de

Moradores, do movimento para a redemocratização do país, dos partidos da oposição, principalmente o PDT e PT. O movimento negro, também nessa época, passou a atuar de forma mais efetiva. E as disputas foram, muitas vezes, acirradas.

Marilza Medina reconhece que a luta em Niterói, no período da redemocratização, foi muito difícil, porque as mulheres tiveram que ser mais "duras" e mais "raivosas", porém sem chegar ao exemplo americano de queimar sutiãs na praça. Enfatizando a fala de Varikas (1997), relembra que "*o pessoal começa a ser pensado como político*". Nesse sentido superava-se, então (para algumas mulheres), a questão de classe social; segundo Marilza: "N*ão basta superar a diferença de classe, também nossas questões particulares têm que ser trabalhadas*". Contudo, a vivência desses novos pressupostos não se fez sem sofrimento e lutas.

Para visualizar de forma mais ampla a movimentação desta época, o parecer e as explicitações fornecidas por Suely nos mostram muito bem a caminhada dos movimentos feminista e de mulheres até os anos 1970 e inicio da década de 1980.

> *"Nesse período, o movimento de mulheres estava mais voltado para os partidos da esquerda do país, com destaque das mulheres do partido comunista brasileiro e tendo uma posição partidária predominando sobre as questões femininas. O partido comunista teve um departamento feminino, porém as mulheres não ocuparam nenhuma posição de comando na estrutura partidária, nem tampouco estavam empenhadas em lutas relativas ao mundo privado, e sim em lutas partidárias contra a carestia, contra a ditadura, depois pelos direitos civis, contra o abuso do poder econômico. Essas lutas sobrepujam quaisquer manifestações da esfera privada." (Suely)*

Para Suely, a movimentação existente no Brasil em finais da década de 1970 e início dos anos 1980 marca um diferencial em relação ao movimento (e as participações das mulheres) dos anos anteriores.

> *"Com o surgimento do movimento de reconstitucionalização do país, aparece em cena uma nova geração de feministas inclusive mais novas, que conduzem para uma outra perspectiva, sem estarem fora da visão de que o país precisa de luta por anistia, e outras lutas. É uma geração que vai pedir a discriminação do aborto, reivindicaram o direito reprodutivo..."* (Suely)

A "novidade" que esses movimentos trouxeram foi a ênfase que passou a ser dada à questão das mulheres, notadamente aquelas afeitas à esfera privada. Neste caso, emergiu com intensidade a problemática da violência nas relações de gênero, que nesse processo se tornou uma questão do mundo público, e se politizou. Como afirma Suely,

> *"Nesse período o movimento feminista vai se ocupar veementemente da violência contra a mulher, surgindo a luta contra a legitima defesa da honra, que é uma*

> *jurisprudência que absolve os assassinos de mulheres adúlteras. Enfim, aparece uma geração que rompe com aquele modelo de luta feminista, tida como feminina, mas que de certa forma não reconhece que o mundo privado tem essa dimensão política. Esse mundo privado ainda era muito escondido pelas mulheres da geração de 60 e 70. É óbvio que você vai ter mulheres dessa tendência anterior, que vão se somar a algumas lutas da geração das mais novas, mas não são elas que conduzem, pelo contrário, há uma fricção entre essas duas tendências, há inclusive um afastamento destas duas gerações e é bem nítido isto, eu vivi isso pessoalmente, nos anos 80."* (Suely)

O "afastamento" das gerações reflete, também, opções políticas diferentes e até divergentes. E vai marcar o movimento do mesmo modo condições de classe distintas. Essas contradições estão constantemente presentes nesse cotidiano, que será balizado por lutas e disputas de poder. Estes são acontecimentos que implodem de uma vez com qualquer visão mais utópica acerca de uma possível (mas na verdade, não desejada) irmandade entre as mulheres.

Essas diferenças marcarão, na verdade, um embate por visões diferenciadas acerca do feminismo e das práticas sociais. Em um segundo momento, com a partidarização desse movimento, surgiria mais um elemento de discórdia entre os diferentes sujeitos. Não podemos esquecer que se trata também da construção e afirmação de um campo de poder que envolve essas mulheres. São mulheres que possuem realidades (de classe, educação, idade, etnia) e interesses diferenciados. São esses interesses e a disputa por espaços que marcarão esse período.

A nova linguagem de gênero redefine espaços de cidadania, uma vez que reconfigura os conteúdos simbólicos do feminino e do masculino, daí a necessidade de refletir e articulá-lo aos conceitos de política e cidadania. A saída das mais diversas mulheres para o mundo público demanda que as lutas feministas, tanto no espaço público quanto no privado, relevem ações mais efetivas na promoção dos seus direitos. Hoje pode-se constatar que, apesar de os direitos das mulheres estarem assegurados formalmente, ainda depara-se com a dificuldade de operacionalizá-los. Como expressa Kymlicka:

> "*Dada la dificultad de combinar las responsabilidades familiares con las públicas, la ciudadanía igualitária para las mujeres será imposible a menos que se rediseñen los lugares de trabajo y las expectativas laborales con el fin de conceder más lugar a las responsabilidades familiares y a menos que los hombres aceptan compartir estas ultimas*." (KYMLICKA, 1997, p.12)

Portanto, faz-se necessário refletir sobre a cidadania nas relações de gênero, pois esta cidadania abrange tanto o interesse coletivo quanto o individual ou familiar, seja na esfera pública ou na esfera privada, superando as dicotomias existentes. Assim,

podemos “nos aproximar de uma noção de cidadania vinculada à experiência concreta das pessoas, uma cidadania aberta às diferenças”, ou seja, “uma cidadania fruto de um mundo cada vez mais complexo” (FREITAS, 2000, p.218).

Estas questões nos remetem à reflexão acerca da cidadania das mulheres que vivenciam situações de violência nas relações de gênero, por acreditarmos que perpassam os seus direitos enquanto sujeitos sociais. Esta situação está muito bem ilustrada na fala de Mariza Gaspary, ex-Coordenadora do Centro Especializado de Orientação à Mulher Zuzu Angel:

> “*Hoje a mulher moderna, ela tem pago um preço muito alto porque ela tem ocupado mais espaço no âmbito público, mas ela ainda continua sozinha no âmbito privado.Traz para si muito mais responsabilidade. Não há uma partilha de responsabilidade. Há uma ascensão pelo poder no mundo público, mas há uma entrega total dessa responsabilidade para o mundo doméstico*.” (Mariza)

Neste estudo, no transcorrer da década de 1980, evidencia-se o papel histórico que as mulheres niteroienses desempenharam nesse momento, tendo em vista que conseguiram – em parte – ultrapassar as reflexões do campo comunitário, dos grupos, para conferir às suas reivindicações bases para a formulação de políticas públicas. Este fato pode ser entendido como um processo de transição, no qual emergiram debates fecundos no interior dos movimentos feministas, principalmente no que diz respeito à criação de políticas em defesa dos direitos das mulheres dentro do aparelho do Estado. Algumas feministas mais radicais temiam a incorporação pelo Estado das questões feministas, com receio de desvirtuar todo o trabalho já realizado pelas bases autônomas de mulheres. Outros grupos de feministas defendiam a adoção de políticas com participação das militantes feministas no sistema de poder, pois para elas era essa a única opção que permitiria às mulheres condições de se integrarem na sociedade plenamente, em condições de igualdade com os homens.

O artigo de Verônica Montecinos, apesar de estudar uma realidade diversa, situa muito bem este dado momento:

> “Os movimentos de mulheres latino-americanos cresceram significativamente em força e visibilidade pública, especialmente nos anos 1980. Redes feministas promoveram cooperação para além dos limites nacionais, de classe e de partido. A tradicional distinção entre interesses privados e públicos foi testada de maneira singular e sem precedente. (...) Patrocinadores internacionais favoreceram projetos de pesquisa e ações comunitárias com componentes específicos de gênero. Alguns partidos políticos, no caso do Brasil o PT tornaram-se mais receptivos ao ativismo feminista e incorporam algumas das demandas dos movimentos em suas plataformas.” (MONTECINOS, 2003, p.362-363)

Nessa conjuntura percebe-se a força que essas mulheres adquiriram, tanto de fatores internos como externos que se processavam naquele dado momento, para conseguirem romper certa barreira com o Estado, a ponto de permitir e assegurar essa interlocução.

> "Explicar porque e como várias entidades supranacionais vieram abraçar aspectos da agenda de igualdade de gênero (principalmente como parte de uma preocupação crescente com altos custos sociais das reformas orientadas pelo mercado) é uma importante questão que não pode ser explorada amplamente aqui. O novo contexto internacional, porém, compele os governos a aparentar que, se não estão comprometidos com igualdade de gênero, pelo menos não estão indiferentes ou não se opõem a ela." (MONTECINOS, 2003, p.358)

No entanto, segundo a autora, os denominados "technopols" ascenderam a posições de liderança, trazendo transformações na interlocução entre as demandas dos movimentos de mulheres e o Estado, pois:

> "(...) seus princípios fundamentais [dos technopols] chocaram-se com as demandas por um sistema de governo mais inclusivo, participativo e igualitário que movimentos de mulheres haviam articulado na fase de pré-transição (...) Ambos ganharam visibilidade ao introduzir novos conceitos no antigo discurso político. A ascensão de feministas e de technopols foi auxiliada por uma densa rede de patrocinadores internacionais (...) Ambos os grupos foram capazes de ofuscar políticos tradicionais (...) despreparados para enfrentar os desafios de uma nova era." (MONTECINOS, 2003, p.366)

Sem esquecer essas questões, não se pode negar a força que as mulheres adquiriram no contexto da década de 1980. A respeito das experiências de luta das militantes feministas e intelectuais, feministas ou não, enfocamos as considerações tecidas por Góis:

> "Enfatizando o papel democratizante que as lutas feministas tiveram na formulação de políticas mais efetivas para o setor (estas) criaram seus centros de poder, assumiram posturas corporativas e formaram um 'campo' com tudo que ele tem de excludente" (GÓIS, 2000, p.197).

Assim, concretizaram importantes ações sob a influência dessa forte mobilização, como por exemplo, à criação do Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, em São Paulo. Posteriormente cria-se o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em 1986, pela Lei n.735, cuja primeira presidente foi Ruth Escobar. Durante a campanha pela Constituinte, o Conselho (tendo então como presidente Jacqueline Pitanguy) teve um importante papel na instalação da Assembléia Nacional Constituinte. O Conselho lançou uma campanha de âmbito nacional, gerando discussões sobre as principais reivindicações da mulher brasileira, de todas as camadas

sociais (ESMERALDO & SAID, s/d, p.231).

A partir daí, percebe-se a necessidade de implantação de Políticas Públicas voltadas para a questão da mulher. Cria-se então, em 1985, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, termo este utilizado no Estado de São Paulo, constituída por uma equipe técnica especializada para atendimento às mulheres em situação de violência, pois as demandas já haviam se formado. Concomitante a esse acontecimento foi criado o Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento Psicológico - COJE, órgão de retaguarda jurídica que orientava mulheres nas questões relativas aos direitos frente à situação de separação, guarda de filhos e direito de bens, entre outros. Ao mesmo tempo é criada a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher no Estado do Rio de Janeiro, no início do ano de 1986; posteriormente, depois de um longo processo de discussão e debate com os diversos agentes engajados na luta feminina, nasce em Niterói a Deam/Niterói, em dezembro de 1986. No mesmo período é criada a delegacia em Caxias e, em 1991, as de Nova Iguaçu e da Zona Norte. Atualmente existem a nível nacional 307 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - Deams.

A iniciativa da criação das Deams é considerada, segundo Soares (1999) uma experiência pioneira no Brasil e mesmo fora deste, não havendo em outros países experiências semelhantes. Foi somente com a criação das Deams que o governo brasileiro (já na vigência da Constituição de 1988) ratificou o documento resultante da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, de 1979. Esse processo subsidiou propostas de mudanças legislativas referentes à igualdade entre homens e mulheres na vida pública e privada expressa pela Convenção, representando um marco fundamental na versão e na redefinição dos papéis de gênero, como também no reconhecimento das demandas colocadas pelos movimentos feministas. Este fato propiciou a revogação do Código Civil Brasileiro quanto ao capítulo referente ao direito de família, passando a ser assegurado que homens e mulheres tivessem o mesmo direito na constância do casamento.

Já na entrada da década de 90 algumas iniciativas da ONU, se fizeram presentes no cenário nacional como a realização em Viena (1993), da Conferência Mundial dos Direitos Humanos, reconhecendo os direitos das mulheres como direitos humanos. Além disso, se estabeleceu que o Estado tivesse como responsabilidade criar leis, zelar pelos direitos da mulher e encontrar formas de enfrentar e combater a violência, bem como os maus-tratos familiares, estupros, abusos sexuais e outros tipos de violência infringidos às mulheres.

Em 1995, acontece em Beijing – China, a IV Conferência Mundial da Mulher, onde o Brasil também se fez presente através da participação de integrantes do Cedim/RJ. Este órgão teve como compromisso, garantir que todas as políticas e programas dos governos, que tratam a questão das mulheres, refletissem numa perspectiva de gênero; como também, reconheceu a promoção e igualdade entre homens e mulheres nas suas diferenças, como fator fundamental na consolidação da democracia. Felisberta participou desta Conferência e nos afirma que esta foi algo muito proveitoso como "experiência humana".

Demos destaque aqui, às inúmeras lutas processadas no início da década de 80, através da infinidade de expressões organizativas, tanto pelas iniciativas em prol da anistia, como pelas demandas específicas das mulheres que se faziam presentes na realidade brasileira. Especialmente, ressaltamos as lutas dos movimentos de mulheres, que nasceu em parte, dos grupos de vizinhança das periferias dos centros urbanos, como também das trabalhadoras urbanas e rurais e da classe média, em décadas anteriores.

Acreditamos que todas as reivindicações do movimento de mulheres e do movimento feminista que naquele momento se entrelaçaram, ajudaram a engrossar e fortalecer os movimentos sociais na conquista e formação das Políticas Públicas, em diversas áreas, como: da segurança pública da mulher, como da mulher trabalhadora, como a questão da saúde reprodutiva ligada a noção de direitos reprodutivos, do aborto, e demais políticas focalizadas.

Nesse sentido, a questão que envolve a violência contra as mulheres avança à medida que se transforma numa problemática social, incorporada à agenda pública e não mais restrita à esfera doméstica/familiar. As denúncias registradas foram de grande proporção, trazendo para a esfera pública a sua visibilidade, fazendo o privado se tornar público. Em termos da situação da mulher, a questão da violência vivenciada por inúmeras mulheres na relação afetiva/conjugal ou, nas relações de gênero destaca-se entre os temas de maior relevâncias aos olhos das feministas e da sociedade civil, por se tratar de um fenômeno com proporções alarmantes de ocorrência.

> "Trazer para a esfera pública as várias formas de dominação e discriminação contra essa população é começar a repensar as noções de cidadania, ética e comprometimento social em nossas representações sociais e na subjetividade que compõe o todo social" (BARROS, 1999, p.132).

Acreditamos que o feminismo contribuiu na criação de novas maneiras de ler a realidade e reescrever o discurso público da igualdade da mulher. Pode-se dizer que, no

Brasil, a estratégia do feminismo em tornar visível a questão da mulher, sua exclusão e desigualdade, foi vitoriosa. Muitos estudos levam a apontar o feminismo como um projeto que teve êxito ao trazer à tona e politizar uma problemática que antes não estava presente nos movimentos sociais, nem nos políticos.

Nestes termos, trataremos nos próximos capítulos da constituição desse movimento em Niterói, procurando dar visibilidade à presença dessas e outras mulheres que, a partir de uma questão aparentemente pessoal, fizeram história na cidade. Uma história que quase não se expressa em livros, mas que se faz atual e presente em nossos cotidianos, revelando a dinâmica social, as lutas e articulações que naquele tempo potencializaram a inserção feminina na esfera pública. Uma história que se expressa, por exemplo, no processo de ascensão e esvaziamento dos movimentos que deram legitimidade a questão da violência contra a mulher e que, neste sentido, organizaram-se em prol de uma política pública, em prol da criação de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher na cidade de Niterói.

2 ASCENSÃO E ESVAZIAMENTO DAS INICIATIVAS DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NA CIDADE DE NITERÓI (1986-1995)

2.1 As lutas pela criação da Deam/Niterói: quando as personagens entraram em cena

Na década de 1980, estudos e movimentos feministas e de mulheres tiveram grande avanço no esforço de resgatar, de diversas formas, a identidade da mulher em outra perspectiva, não mais atrelada a aspectos autoritários da organização do mundo patriarcal. Porém, não se deve perder de vista que as conquistas alcançadas a partir dessa década foram sendo construídas ao longo das lutas dos movimentos feministas e de mulheres em épocas anteriores. Em função disso, constata-se as mudanças ocorridas em todos os níveis de vida da mulher, as redefinições e transformações também em sua identidade de gênero, no âmbito privado e público.

> "Descobriu-se mais: a dominação masculina constrói-se com a feminina. As mulheres também oprimem, ganham compensações com sua fragilidade, resistem e transgridem (...) as mulheres descobrem-se desiguais entre si." (COSTA, 2003, p.192).

A década de 1980 foi um marco na luta pelo enfrentamento da violência contra a mulher. A preocupação inicial era com o atendimento recebido pelas mulheres vítima de violência nas delegacias comuns. Foi então que surgiu uma ação pioneira no Rio de Janeiro: um projeto-piloto feito em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro. A professora Suely Almeida afirma: "Iniciei meus estudos sobre violência em

1981, ocasião que me vi responsável pela implantação do Serviço Social em uma Delegacia Policial do Rio de Janeiro. Depois começou-se a pensar na necessidade de implantar as Deams" (ALMEIDA, 1998, p.2).

Antes da implantação das Deams, na segunda metade da década de 1980, os movimentos autônomos de mulheres criaram os SOS Mulher em algumas cidades brasileiras, a exemplo do Rio de Janeiro, como forma de reflexão junto às sobreviventes de violências. Nessa época, no Rio, a OAB também fundou a comissão OAB-Mulher, que posteriormente foi criada em Niterói. Conforme relembra Tabak (2002), em 1985 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Um ano depois, 26 mulheres se elegeram deputadas constituintes, tendo uma atuação marcante.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro foram iniciadas as articulações e reivindicações de atendimento específico na área da segurança da mulher, a começar pela criação das Deams. Estes grupos procuravam denunciar o argumento de legítima defesa da honra – que era empregado com êxito na argüição dos homicidas – considerando-o como ilegal e ilegítimo, tendo em vista que o sustento deste argumento acabava por punir as próprias vítimas, baseando-se em supostas práticas de adultério. Como demonstram Hermann e Basterd (1995), alguns juristas consideram esta figura um "artificialismo jurídico", porque resulta da conjugação de crimes praticados em legítima defesa com crimes contra a honra.

Felisberta reflete que foi diante desse contexto que nasceu no Brasil (e em Niterói) a idéia das delegacias femininas. Na fala da Edith, constatamos que as mulheres que participaram da Famnit, além da atuação em outros movimentos, estavam engajadas na luta pela criação da Deam. Porém, em sua visão, a Famnit não tinha muito contato com os departamentos femininos que já funcionavam na época. Ela lembra que muitas mulheres inseridas nas associações no ano de 1986 participaram de várias discussões na OAB e na Associação Médica Fluminense:

> *"Foi aí então que nasceu uma delegacia da mulher. As mulheres começaram a ser encorajadas a procurar os seus direitos. Com a vinda da Delegacia da Mulher houve uma certa libertação, porque até hoje, ainda, as mulheres escondem um pouco a guerra delas em casa. Nós tivemos vários comícios, várias reuniões na OAB, chegamos a ter até uma sede na Amaral Peixoto onde a mulher ia discutir os seus problemas".* (Edith)

Percebe-se que no meio das lutas, das "saídas", ocorre o aprendizado. Esse momento tornou-se ímpar para os diversos e diferenciados movimentos de mulheres articulados na cidade de Niterói, pois nesse processo de transição notam-se as

continuidades e descontinuidades na ultrapassagem dos campos de reflexão dos grupos comunitários para as reivindicações, que passaram a se configurar em política pública.

Eliane Nemer é uma personagem central nesse enredo. Representante do Comitê de Defesa das Mulheres de Niterói, ela relata que conheceu o movimento de mulheres desta cidade através do Centro Brasileiro de Mulheres. Neste Centro teve contato com diversas mulheres atuantes. Depois dessa experiência partiu para as associações de moradores de bairro, vivência que propiciou um elo com o movimento feminista. Desta participação em conjunto com outras mulheres, foi criado em 19 de maio de 1986, o Comitê em Defesa da Mulher.

Em princípio, este Comitê funcionava em plantões de 24 horas, e prestava atendimento a mulheres vítimas de violência. A Associação Médica Fluminense foi envolvida por essa luta e se colocou à disposição quanto aos exames médicos necessários[31] (Jornal *O Fluminense*, 18/8/1986). Porém, segundo algumas de nossas fontes, o trabalho do Comitê contava com muitas integrantes que faziam parte das Associações dos Moradores de locais carentes e se estendia a essas comunidades, por exemplo através de palestras informativas. Segundo a nota do Jornal *Niterói* de 14/9/1986, nos casos de violência contra a mulher o Comitê não só levava a mulher à delegacia mais próxima para registrar a queixa, como procurava agilizar os processos que eram abertos.

Este Comitê assumiu a luta pela criação da Deam de Niterói[32] e promoveu alguns atos públicos, dentre os quais a manifestação realizada na Praça Araribóia em junho de 1986[33], com a participação de Beatriz Albernaz, irmã de Silvia Albernaz, assassinada na cidade pelo ex-marido. Esteve nesta manifestação a vereadora do PDT Sônia Saturnino Braga e representantes do Conselho Regional de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro, da Comissão da Mulher, Associação Médica Fluminense, OAB Mulher de Niterói, Associações dos Servidores Previdenciários de São Gonçalo, além de integrantes do PCB e do PDT. A Famnit também se fez presente junto a várias Associações de Moradores.

O Comitê era formado por seis mulheres: Neli Mazzoni (diretora da Associação Médica Fluminense), Francisca da Silva Moura (Associação de Moradores do Juca

[31] O fato (já referido) de Niterói ser uma cidade de porte médio faz com que muitas pessoas se conheçam e circulem nos mesmos lugares. Sempre se conhece alguém, pode ser um vizinho, um antigo colega de turma – esses conhecimentos fazem uma espécie de "rede" de conhecimentos (e poder) que explica de certa forma o modo como essas mulheres foram envolvendo instituições e figuras públicas em suas lutas.
[32] *O Globo Niterói*, 28/12/1986.
[33] Jornal *O Fluminense*, 1/7/1986.

Branco), Beatriz Albernaz[34], Eliane Nemer (Associação de Moradores de Ingá), Edith David (Sindicato dos Bancários) e Maria das Graças de Paula Santos (Associação de Moradores do Viradouro).

Como parte de um plano mais amplo de reflexão para o combate à violência contra a mulher, grupos de mulheres do Rio de Janeiro e de Niterói promoveram um debate na sede da Associação Médica Fluminense, em 2 de julho de 1986. Este evento mobilizou importantes nomes do cenário nacional, contando com a presença do Secretário Arnaldo Campana e da Presidente do Conselho Regional de Assistentes Sociais de Niterói, Marilza Medina (*O Fluminense*, junho de 1986), e ainda com representantes de diversas áreas interessadas no assunto, militantes feministas, políticos de todos os partidos, representantes de associações de classes e de moradores, jornalistas e estudantes (*O Globo Niterói*, 13/7/1986).

Alguns personagens participaram da mesa redonda, dentre eles: Solange Matos – da OAB-Mulher de Niterói; Neli Mazzoni – presidente da ala feminina da Associação Médica Fluminense e coordenadora da mesa; Luís Carlos Correia – vice-presidente da Famnit; Elzo Vaz – representando o Secretário Estadual de Polícia Civil; Vivaldo Barbosa – Assessor do Governador Leonel Brizola; Rosalda Paim – Deputada Estadual; João Kepler Fontenelle – delegado; Eliane Nemer – membro do Comitê Pró-Delegacia; Glória Maria Parcinoto – representante da Ordem dos Advogados do Brasil; Sonia Saturnino Braga – vereadora do município de Niterói. Além desses personagens, a platéia ouviu depoimentos de mulheres niteroienses que sofreram agressões dos maridos e que se sentiram ainda mais acuadas devido ao tratamento discriminatório que receberam da Polícia. Parentes de vítimas também prestaram depoimentos, realçando a gravidade do problema (*O Globo Niterói*, 13/7/1986).

Das ruas, essa movimentação se transformou em um processo de articulação de vários atores da sociedade civil e do Estado. A *Rádio Fluminense AM* promoveu, na época, um debate sobre o tema. Rose Marie Muraro, integrante do Conselho Nacional de Direitos da Mulher, ressaltou a violência como uma das lutas da mulher. Esta questão constava na cartilha deste Conselho, cuja proposta era de que todos os municípios brasileiros tivessem que criar pelo menos uma delegacia especializada em crimes contra a mulher. A luta do Comitê pela delegacia em Niterói ganhou a adesão do Secretario de

[34] Esta integrante aderiu à luta a partir do crime ocorrido contra sua irmã, cujo ex-marido foi preso somente seis meses depois de declarada a sua prisão preventiva, aguardando julgamento em liberdade, conforme noticiou o jornal *O Fluminense* em 1/7/1986.

Polícia Civil, Nilo Batista, que assumia o cargo naquele momento. Foi dele a sugestão da instalação da Delegacia no prédio da antiga Polinter, na Avenida Amaral Peixoto, no Centro, onde funcionavam as delegacias de Vigilância e Captura, e a de Entorpecentes. Quando foram resolvidos o local e a infra-estrutura, iniciou-se a discussão mais polêmica sobre quem ocuparia a função de delegado/a (*O Globo Niterói*, 14/9/1986).

Essa discussão se transformou em marco dentro do movimento, um verdadeiro "divisor de águas". Na cidade do Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1986, já tinha sido estabelecida a criação da Deam, cuja delegada seria Marly Preston (Jornal *O Fluminense*, 20/12/1986). O assunto, nessa ocasião, atingia vários setores e militantes do Rio e Niterói, conforme relata Eliane:

> *"Inicialmente aconteceram várias reuniões na OAB do Rio de Janeiro para tratar da criação das Deams. O trabalho específico era sobre a resolução da criação dessas delegacias especificas, tendo como modelo a delegacia já instalada em São Paulo. Daí foi criada, primeiramente, a Deam da cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente a Deam de Niterói e Duque de Caxias. Por serem considerados municípios muito violentos em relação à violência contra a mulher. Algumas mulheres na época achavam que a delegacia não deveria ser inaugurada e sim criado um Centro de Atendimento a mulher vítima de violência e sendo assim as mulheres procurariam em Niterói esse Centro de atendimento, e ali faria o seu registro e essas informações seriam encaminhadas para a Deam do Rio de Janeiro e lá seria montado um inquérito. Porém isso seria impossível, pois seria um procedimento demorado e ilegal."* (Eliane)

Esse fato consta da Ata de Reunião de 24 de Outubro de 1986, da Comissão Feminina OAB/Mulher e Grupos de Mulheres do Rio de Janeiro. Também faz parte desta ata a especificação de que esses centros seriam imediatamente transformados, e elevados à categoria de Delegacias logo que as delegadas fossem aprovadas no concurso já citado. Outra proposta, apresentada conjuntamente, foi a de aceitação da criação das Delegacias – em especial as de Niterói e Duque de Caxias – provisoriamente chefiadas por um delegado, desde que o Corpo de Atendimento fosse feminino.

Eliane enfatiza os pontos concordantes da ata apresentada na reunião: a realização imediata de concurso para ocupação das 300 vagas de delegados/as existentes no momento no Estado; a realização de prova para todos os detetives (homens e mulheres) que preenchessem os requisitos necessários; a ampliação e formalização administrativa do projeto das assistentes sociais em delegacias de bairro, visando humanização do atendimento; a criação de um Grupo de Trabalho em que houvesse a participação das detetives interessadas em integrar a Delegacia de Mulheres, e reciclagem permanente do corpo policial (homens e mulheres) para maior sensibilidade

à questão da mulher (*Tribuna do Advogado* - OAB/RJ – novembro de 1986). Os integrantes deste debate constam da lista de presença desta respectiva Ata (ANEXO I).

Os pontos divergentes do documento dizem respeito, primeiro, ao fato de que a criação de uma Delegacia da Mulher era tida como uma conquista do Movimento Feminista e, sendo assim, feriria a raiz dessa idéia, descaracterizando essa conquista a entrega da chefia deste serviço a um homem. Outro ponto é que a urgência na instalação da Delegacia não era uma questão originária do Movimento, mas sim um fato imposto por questões políticas com as quais o Movimento não compactuava.

A polêmica instaurou-se exatamente com a indicação de um delegado para atuar na Deam-Niterói. Os debates – e disputas – gerados em torno dessa questão marcaram profundamente as militantes de Niterói, ocasionando cisões e um grande *racha* dentro do movimento. Os diferentes interesses envolvidos foram se agudizando. O Comitê de Defesa da Mulher de Niterói juntamente com os integrantes da Famnit, da Comissão Feminina e da OAB-Mulher de Niterói viram-se diante de um impasse na aceitação ou não de um homem à frente da Delegacia da Mulher. Isto se devia, entre outras coisas, ao receio que tinham sobre o fato de que a nomeação provisória fosse transformada em fixa. Para garantir que o cargo fosse realmente temporário, as representantes reivindicaram concurso imediato para a ocupação das 300 vagas de delegadas-mulheres.

Em seguida, o Secretário de Polícia do Estado, Nilo Batista, apresentou a proposta do nome de Ivo Raposo para delegado da Deam-Niterói às entidades feministas do Rio de Janeiro (*O Globo Niterói*, 28/12//1986). Estas não concordaram com a indicação, provocando uma divergência entre dois grupos no Rio de Janeiro. Um deles liderado pela advogada Diva Múcio Teixeira, que concordava com a implantação imediata da delegacia, com a nomeação temporária de um delegado, aguardando a abertura de um concurso público para o cargo de delegada. O outro grupo era formado pelo SOS-Mulher/RJ e pela Federação Estadual de Mulheres, que discordava dessa posição e não aceitava a delegacia com um homem a chefiando (*O Fluminense*, 20/12/86). O resultado foi comunicado ao Comitê de Niterói, provocando também divergências entre militantes do movimento na cidade.

Essa discussão envolve importantes questões e diferentes argumentos. Por um lado, existia o argumento de que essa exigência caracterizaria, novamente, uma violência à mulher. A necessidade de uma delegacia especial residia exatamente em uma demanda por um atendimento especializado – para o qual um delegado não familiarizado com essas questões de fato não estaria preparado. Esta é uma verdade

parcial, pois, se é certa a necessidade de capacitação para os profissionais des-naturalizarem essa visão (acerca da violência contra a mulher) e suas próprias práticas, nada indica que uma mulher também não precisasse da mesma capacitação. Porém, essas reflexões não aparecem na fala de nossas entrevistadas. Podemos ver nesse argumento a continuidade de uma lógica que acreditava que uma mulher necessariamente estaria mais próxima da compreensão do que sente outra mulher. Retorna-se aqui, então, à crença em uma suposta sororidade unindo as mulheres, bem como à suposição de uma universalidade de interesses, sentimentos e objetivos unindo as mulheres.

Além dessas questões de fundo – teórico e político –, havia a questão política, em sua dimensão político-partidária. Mulheres nesse momento vinculadas ao PDT e ao PT posicionaram-se em campos opostos. A ocorrência desse episódio no município de Niterói provocou um debate na OAB-Niterói, em 7 de novembro desse ano. Neste debate, um grupo de mulheres votou a favor da inauguração imediata da Deam-Niterói; outras entidades feministas presentes não aceitaram a argumentação de suas companheiras e prometeram lutar contra a criação da Deam, enquanto não fosse realizado um concurso para a contratação de delegadas (*O Globo Niterói*, 28/12/1986).

Após este acontecimento, o Comitê de Defesa das Mulheres de Niterói, com o apoio do Secretário Nilo Batista, realizou uma reunião no Palácio Guanabara, no mandato do Governador Leonel Brizola. Compareceram à reunião 150 mulheres de Niterói e de Caxias – município que também iria ter uma Deam. Esta reunião resultou em um documento de protesto contra a inauguração da Deam-Niterói sob o comando de um delegado-homem. Este documento contou com sete assinaturas, representando 11 entidades feministas (*O Globo Niterói*, domingo, 28/12/1986). Algumas de nossas entrevistadas estiveram presentes na reunião através do SOS-Mulher/RJ, OAB-Mulher/RJ, Mulherando, Nós Mulheres-RJ, Associação Liberdade Mulher, Coletivo de Mulheres. Também esteve presente a então vereadora do PT Benedita da Silva.

Depois desse episódio de intensas discussões, Nilo Batista convocou outra reunião para o dia 19 de dezembro. Nesta, decidiu-se pela abertura da Delegacia, com a indicação provisória de Ivo Raposo para delegado. Assim, ao apagar as luzes do ano de 1986, a Deam Niterói foi inaugurada no dia 30 de dezembro, às 16 horas, no prédio da antiga Secretaria de Segurança, na Avenida Amaral Peixoto, tendo como delegado um homem. Eliane, que estava à frente do Comitê Pró-Delegacia, argumenta que "*poderia ser inaugurada a delegacia em Niterói ainda que não tivesse uma delegada mulher*

concursada. Provisoriamente assumiria um delegado na sua titularidade, até que houvesse um concurso público para as mulheres que passassem e assumissem o cargo de delegada".

Segundo as professoras Cenira e Marilza, o movimento que aconteceu em torno da criação da Deam de Niterói foi muito profundo, gerando uma polêmica forte em torno de se colocar no cargo uma mulher como delegada ou um homem. Conseqüentemente, provocou a cisão entre grupos de mulheres niteroienses. De acordo com a primeira entrevistada, haviam dois grupos divergentes. Um (composto por advogadas locais) era "liderado" pela advogada Eliane Nemer e aceitava a indicação de um delegado homem: "*Eu acho que de certa forma ele já estava ali na delegacia e, lá mesmo tinha a luta do nosso grupo para que fosse uma mulher. Isso gerou lutas internas partidárias, uma certa partidarização do movimento, mas também da própria luta interna de poder das mulheres*".

Rosália Lemos, que nessa época militava no Núcleo de Mulheres do PT–RJ, lembra que a polêmica sobre a Deam de Niterói existia também no Rio de Janeiro, onde grupos se dividiam quanto à necessidade das mulheres serem atendidas numa delegacia especializada ou se essas deveriam ser atendidas em qualquer delegacia. Edith, na época integrante da Famnit (mas um pouco distante dos grupos marcadamente feministas), disse que Ivo Raposo era uma pessoa apta para ocupar o cargo (*O Fluminense*, 16/12/1986). De acordo com uma nota de jornal, sem data e sem nome[35], Lígia Rodrigues, do Movimento SOS Mulher/RJ, alertava que a decisão de se colocar delegados à frente das delegacias foi tomada sem a presença das lideranças dos grupos que vinham estruturando a discussão. Essa é uma crítica de maior densidade. Para além do fato de ser um homem ou uma mulher, o que determinou a escolha não foi a voz, o desejo das lideranças feministas. Estas estavam divididas e falou mais alto a pressa do organismo estatal, que promoveu uma inauguração ao apagar das luzes do ano, em dezembro.

Segundo alguns relatos, devido às dissensões terem sido tão acirradas nesse período, e não havendo a possibilidade de convergências de idéias por terem práticas tão diferentes, algumas mulheres representativas resolveram "sair de cena". Umas justificando o afastamento por razão de atividades mais prioritárias naquele dado momento e outras revelando claramente a dimensão deste acirramento. Um outro ponto

[35] Encontrada no arquivo de Eliane Nemer.

de vista a ser sinalizado é o da ex-vereadora por Niterói Sônia Saturnino Braga, que justificava a urgência da criação da Deam Niterói devido ao risco que se corria de perder uma verba já liberada pelo Estado. Caso Niterói demorasse, a verba poderia ser direcionada para Campo Grande ou Nova Iguaçu, lugares onde também era prevista a criação de delegacias da mulher[36].

O primeiro delegado titular da Deam/Niterói foi efetivamente um homem. Ivo Raposo ficou no mandato de 30/12/1986 a 29/10/1987. Depois, a Deam/Niterói teve como delegado titular outro homem, René Xavier Barreto, no período de 30/10/1987 a 26/03/1991, conforme documento da Deam/Niterói (ANEXO II). Como constatamos a partir deste documento, estes delegados permaneceram por muito tempo na Deam de Niterói, o que mostra que essa suposta "transitoriedade" foi realmente muito longa. Através de notícias vinculadas na mídia[37] e de alguns relatos, constatamos que as reivindicações feministas em torno da ocupação do cargo de delegado por uma mulher continuaram sendo feitas, tanto no período do delegado Ivo Raposo quanto do delegado René Barreto. Fato também evidenciado na fala de Tânia Maria Menezes do Nascimento[38]:

> "*Houve muita pressão, a Satie fazia reunião na câmara de vereadores, nós reuníamos com as procuradoras da LBA, com a OAB. Sempre com ajuda de Deputados, Vereadores que pediam junto ao governo, OAB, LBA, a vereadora Satie, o Cedim, no Rio de Janeiro.*" (Tânia)

Somente em 27/3/1991, depois da promulgação da Constituição de 1988, a Deam/Niterói conseguiu, finalmente, ter a sua delegada mulher, a Dra. Tânia Maria Menezes do Nascimento, que ficou nesta delegacia até 24/10/1995[39]:

> "*Quando eu assumi a titularidade como delegada da Deam Niterói, já tinha trabalhado 18 anos como escrivã de policia, eram três mulheres que passaram no concurso entre cento e tantos homens, e éramos as primeiras mulheres do Estado do Rio de Janeiro, não tinha uma policial feminina como hoje em dia, em que se tem detetives, escreventes, entre outras. Nós fomos o primeiro grupo de policiais do sexo feminino que fizeram o concurso, que passaram em Niterói. No Rio já existiam algumas mulheres.*" (Tânia)

Tânia indica ter sentido facilidade ao trabalhar com homens. Vale registrar também o fato de que ela possuía uma longa história na polícia.

---

[36] Conforme ela declarou ao jornal *O Fluminense* de 19/8/1986.
[37] Tal como publicou o jornal *O Globo Niterói* de 13/3/1987, e *Niterói/RJ*, 2 a 8/7/1988.
38 Primeira delegada da Deam/Niterói.
39 Hoje o cargo é ocupado pela delegada Vera Manhães.

> "*Fui me habituando, fui trabalhar logo em distritos, com a maioria de colegas homens e eles tinham muito carinho com a gente, não havia essa rivalidade, pelo contrário, havia sentido de proteção, Não existia aquela coisa de machismo. Nunca tive problema com policial. Eu notava que tinha mais facilidade de dar uma ordem, pedir um serviço com homens do que com as próprias mulheres. Era mais fácil policiar o homem, este se adapta melhor a uma chefia de mulheres do que a própria mulher. Existia uma animosidade das mulheres para com a chefia de uma mulher. Tinha mais dificuldade de me impor com funcionárias mulheres do que com os homens. Os homens tinham mais aquela coisa de respeito. Eu fui a primeira delegada daqui de Niterói, só tinha uma no Rio*." (Tânia)

Essas reflexões são representativas, para pensarmos na forma como as mulheres também absorvem as representações de gênero existentes socialmente. Será que não subjaz a essa idéia a imagem da mulher como mais competitiva com outras mulheres? Ou talvez sua fala revele a experiência acumulada na cidade em meio a tantas brigas e disputas efetivamente ocorridas?

Sua fala aponta, também, para a necessidade de capacitação dos profissionais – que, na verdade, até hoje se faz necessária. Ela relata ainda que na Deam procurava dar todo o tipo de assistência às mulheres vítimas de violência, contando com o apoio de vários órgãos, inclusive o Fórum de Mulheres (criado em 1986), que já funcionava nessa época, na sala da Câmara cedida por seu presidente, Fernando Nery.

Este Fórum prestava atendimentos às mulheres e as encaminhava para a delegacia. Existia, igualmente, o trabalho da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que funcionava no bairro do Ingá. Muitas usuárias eram atendidas pelos médicos da Legião, depois eram encaminhadas para o serviço jurídico (onde estavam as procuradoras) e, em seguida, para a Deam, geralmente com um resumo dos fatos. Na Deam fazia-se o registro de ocorrência e o inquérito. Alguns casos eram encaminhados para o Juizado, outros casos para a OAB-Mulher de Niterói. Tinha ainda um hospital no Rio para o qual eram encaminhadas, em caso de estupro. Contava-se também com o Hospital Universitário Antônio Pedro-UFF, quando se desconfiava de alguma doença, ou mesmo precisava de exame por ocorrência de estupro e/ou suspeita de Aids. Isso tudo fora o IML, que é o instituto da própria polícia. De acordo com Tânia, toda essa estrutura já estava montada e isso beneficiava muito o trabalho desenvolvido. Existia um grande intercâmbio entre a delegacia e os outros órgãos[40].

---

[40] A princípio, funcionava na Deam-Niterói um setor de Serviço Social. Na data de 11/1/1987, o jornal *O Fluminense* registrou este fato, sinalizando a participação da Assistente social Maria Cristina, em prol de um trabalho articulado entre as lideranças comunitárias e o poder policial. Para ela, era importante o trabalho ao nível "imediato" – que seria o plantão –, mas o setor social precisava ser levado em conta para que os problemas de violência contra a mulher não só fossem registrados, mas pudessem ser estudados e analisados. Posteriormente, o jornal *O Globo Niterói* noticiou que o setor de Serviço Social deixou de

> *"Entre os policiais, a gente procurava sempre ter pessoas que tivessem paciência, que soubessem tratar mulheres... Vamos dizer... quase todos da minha equipe eram formados, tinham faculdades, eram pessoas instruídas... Quando eu via que a pessoa não estava se adaptando, que não ia se adaptar, eu já procurava fazer uma transferência, eu conversava e explicava que aqui era diferente, na delegacia de mulher tinha que ter paciência com a vítima. Eu, graças a Deus, me dei muito bem. Saí mesmo porque eu tinha completado o meu tempo, muitos anos trabalhando".* (Tânia)

Em relação ao procedimento dado aos processos e o tempo para solução dos problemas, Tânia afirma:

> *"Quando eu via que a coisa estava perigosa que dali poderia advir numa lesão, um assassinato, uma coisa assim, quando chegava no dia seguinte eu chamava logo a pessoa à minha sala, aí é claro era linguagem de polícia... Avisava qualquer coisa que acontecer com a fulana você vai ser o primeiro a ser procurado, a gente já está sabendo o que você está fazendo com ela, etc. Muitas coisas ocorrem quando eles se sentem na impunidade. Quando a polícia toma conhecimento e eles são chamados, as coisas mudam, a não ser que a pessoa seja doente, porque é muito difícil a pessoa ser chamada, ser responsabilizada por uma coisa como: se acontecer alguma coisa com a sua senhora, você já sabe que vai ser o primeiro a irmos atrás de você. Isso, na linguagem popular, né? Então o que acontece... Dali pra frente ele sabe que outras pessoas tomaram conhecimento do que ele estava fazendo, saiu do âmbito familiar, da casa."* (Tânia)

Na verdade, as Deams, fato que é sinalizado também por Soares (1999), perderam em suas práticas iniciais boa parte do que seriam as suas "funções". A delegada assumiu o papel (que, provavelmente, era demandado pelas usuárias) de mediadora dos conflitos domésticos, ou um papel de "pai", usando uma expressão psicanalítica. Um pai que brigava e ameaçava, impondo assim a lei.

Marilza Medina comenta o período desta gestão, afirmando:

> "*A Tânia foi a primeira delegada que efetivamente deu andamento aos processos da violência contra a mulher, porque o outro delegado era muito machista, e nem sempre dava prosseguimento aos processos dos casos apresentados. Quando a Tânia entrou, ela fez um belíssimo trabalho nesse sentido. Colocou também mulheres para atender às mulheres que sofriam violência*." (Marilza)

Cenira enfatiza a grande luta, do grupo do qual fazia parte, para que a Deam/Niterói tivesse uma mulher como delegada. Os membros deste grupo tinham um contato muito estreito. Na época, algumas professoras da UFF iniciaram a formação de

---

funcionar, apesar dos atendimentos terem crescido, pois esta Deam passou a dar assistência também aos municípios de São Gonçalo, Itaboraí, Rio Bonito, Maricá e Rio das Ostras (*O Globo Niterói*, 13 de março de 1987).

um grupo de estudos sobre a mulher, criando o Nutem – Núcleo Transdisciplinar de Estudos das Mulheres[41].

No jornal *O Fluminense* de 13 de janeiro de 1992 encontra-se reportagem sobre a gestão da delegada Tânia. Segundo o artigo, no ano de 1991 a delegacia registrou 615 casos de lesões corporais e 10 estupros, quase o dobro dos comunicados nos anos anteriores. Foram instaurados 264 inquéritos, enquanto em anos anteriores registravam-se de 60 a 80 por ano. E recebidas 2.265 petições de mulheres solicitando providências contra ameaças, coação e atentado violento ao pudor. O jornal ainda menciona as dificuldades encontradas por esta delegada, que contava com número insuficiente de profissionais para os trabalhos burocráticos, tendo um efetivo de 32 policiais, sendo 6 homens e 26 agentes femininos, com jurisdição sobre todo o interior fluminense. Havia apenas dois automóveis disponíveis, e os convites ou intimações para depoimentos tinham que ser mandados pelo correio[42].

Outro episódio relatado por Cenira ocorreu na época em que o delegado Hélio Luz era Secretário de Segurança do Estado e houve uma tentativa de acabar com as Delegacias Especializadas. Segundo a professora, houve nova e grande mobilização do movimento feminista, no qual destacou a atuação da procuradora da UFF e assistente social da LBA Maria Carmem Nazar. Em reunião na UFF, elaborou-se um documento que foi levado à Câmara de Niterói e reivindicava que as Delegacias de Mulheres continuassem a ser Especializadas. A questão foi registrada n'*O Fluminense* de 21/4/1987. Houve uma manifestação de protesto na porta da Deam. Contou-se igualmente com a mobilização do Comitê de Mulheres de Niterói, cuja representante, Eliane Nemer, também criticou a decisão de extinguir a delegacia especializada.

Convém ressaltar que, teoricamente, concordamos que não deveria haver delegacias especializadas em qualquer assunto, que qualquer policial deveria poder atender qualquer sujeito que necessitasse de apoio, sejam mulheres, crianças, negros, pobres, idosos etc. Contudo, não podemos esquecer que essa capacitação não acontece como deveria; assim, concordamos com a fala de Mariza Gaspary, segundo a qual

41 Transformado, em 1998, em Nuteg – Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero.

[42] Nesse período, a liderança feminina tinha também a idéia de se criar um dormitório na delegacia, para abrigar as vítimas e seus filhos. Já a "Creche Tirinha" que havia sido inaugurada em 8/3/1991, dias antes da posse da delegada, para atender aos filhos das policiais, nunca chegou a funcionar. Segundo a justificativa desta delegada, foram vários os pontos negativos: faltava pessoal para tomar conta das crianças, o local de trabalho era muito distante da moradia das policiais, a viagem era longa para as crianças. A localização também era imprópria, pois para a criança chegar na sala onde estava instalada a creche, tinha que passar por toda a delegacia, sem falar no perigo de fugas de presos da carceragem da 76ª DP, no andar de baixo da Deam. Questões abordadas no jornal I, nas datas de 11/1/1987 e 13/1/1992.

"*temos que trabalhar para o fim das Deams, mas historicamente elas ainda são necessárias. Nós temos percebido que as estatísticas mostram que as mulheres vão muito mais às Deams*"[43].

As delegacias especializadas continuaram. Mas de acordo com Cenira, os movimentos feministas, com o tempo, perderam contato com esta Deam, principalmente a partir do fim do mandato da delegada Tânia, em 1995.

2.2 Avanços e recuos dos movimentos feministas e de mulheres

A Nova República iniciou-se em clima de otimismo, em favor das eleições diretas para formar a Assembléia Nacional Constituinte e com toda a movimentação popular existente no período. No bojo dessa movimentação deu-se a criação do Fórum Feminista do Rio de Janeiro, que passou a se reunir regularmente a partir de 1985. Em Niterói foi criado um Fórum em 1986, paralelamente à criação da Deam Niterói, em dezembro desse ano. Tais fóruns constituíram-se em acontecimentos importantes para a defesa da mulher. Eram considerados órgãos de maior representação do movimento autônomo de mulheres nos diferentes estados onde atuavam.

Em Niterói, pontua Tânia, o Fórum somou forças para as reivindicações já citadas anteriormente. O processo de construção de cidadania que se consolidava com a Constituição de 1988, após intensa mobilização social, moldou o perfil de uma nova ordem societária. O "Brasil real" (TELLES, 2001) ganhou visibilidade a partir das inúmeras experiências vivenciadas pelos movimentos sociais, pelas lutas operárias, pelos embates políticos perante o Estado, conquistando a identidade de sujeitos e construindo um espaço público, permeado por diversas reivindicações. Inserido nesse contexto está o movimento de mulheres niteroienses, que teve participação expressiva em inúmeros acontecimentos da cidade, como a primeira Conferência Municipal da Saúde, o Fórum da Criança e Adolescente, o Fórum de Mulheres e outros.

No plano político, ou seja, no que tange a inserção governamental, Satie, com apoio do movimento de mulheres e dos professores da UFF, foi eleita vereadora pelo PDT, sendo a terceira vereadora mais votada e única mulher na Câmara, tendo assumido

[43] Fala retirada do Seminário realizado em 12/5/2003. Na data da realização desta pesquisa, (15/4/2003) a assistente social exercia a função de coordenadora do Centro Especial de Atendimento à Mulher (Ceom) em São Gonçalo, desde a sua criação, em 1997. Hoje, não se encontra mais na função, da qual foi afastada pelo poder executivo municipal em 13/11/2003.

o mandato em 1° de janeiro de 1989. Em seguida, licenciou-se (o que causou descontentamento entre certas lideranças femininas) e assumiu a pasta da Secretaria de Educação[44], que ocupou por 15 meses[45]. Após esse período, voltou à vereança em abril de 1990 e conseguiu elaborar o Projeto de Lei 34/1991. Esta lei municipal criou o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Satie relata: "*Antes de apresentar esse projeto, a gente entendeu que não bastava criar uma lei no papel, era necessário que as mulheres na cidade estivessem mobilizadas, que* elas *assumissem a condução do movimento, e não eu como vereadora*".

A professora Cenira relembra que, nesse momento, o gabinete da vereadora Satie era o espaço onde as mulheres de Niterói começaram a discutir a questão da organização do Conselho da Mulher. Mas não podemos esquecer que, por questões políticas, estar no gabinete da vereadora Satie afastava algumas mulheres desse movimento. Outro âmbito de discussão foi o Fórum de Mulheres. Segundo Felisberta, Marilza e Cenira (integrantes do Fórum), neste campo várias discussões foram travadas, influenciando muito a indicação de uma delegada (Tânia Maria Menezes do Nascimento) para a Deam-Niterói, em 1991 e, por outro lado, a criação do Conselho Municipal, também em 1991 – que já estava previsto na Constituição de 1988.

Marilza Medina diz que o Fórum de Mulheres contou com a participação de movimentos feministas organizados, mulheres de partidos políticos, mulheres de associações de moradores, e que as discussões foram acompanhadas por várias entidades, feministas ou não (como a União de Mulheres de Niterói, coordenado por Rita Andrade Nascimento; Comitê de Defesa dos Direitos das Mulheres; Ordem das Irmãs Paulinas, coordenado pela Irmã Helena[46]). Conforme o relato de Satie, havia um grupo de mulheres que entendiam que deste Fórum só deveriam participar entidades feministas – posição que contava com seu apoio –, e isso gerou outra polêmica entre os grupos de mulheres. Ela argumenta que "*para ser feminista não basta ser mulher, ser feminista é uma convicção política, uma atitude político-ideológica que a pessoa assume*". Prossegue dizendo que a maioria das mulheres via essa posição como

---

[44] Uma pasta que, na ocasião da nossa pesquisa, era ocupada por outra mulher, Felisberta. Como se percebe, podemos ver certa continuidade nos "postos" ocupados pelas mulheres. A educação, a assistência e a saúde contaram historicamente com forte presença feminina.

[45] Nessa ocasião, relata, conseguiu instaurar eleição direta para diretores de escolas: "*Acabei com todos os privilégios dos vereadores que nomeavam professores sem concurso. Faziam da escola um feudo. A gente chamou o sindicato dos professores para dentro da Secretaria de Educação, para que eles compartilhassem e controlassem a gestão*" (Satie).

[46] Este é o relato encontrado em um recorte de jornal – datado de 8/3/1991 – também encontrado nos arquivos de Eliane Nemer; porém, não está registrado o nome do jornal.

discriminatória e criou-se uma força de resistência. Aqui, ela localiza a tentativa de minar, de enfraquecer esse movimento.

Segundo Satie, havia outro grupo de mulheres que estava interessado na entrada de movimentos diversos como o sindical, a associação de moradores e outros, desde que tivessem mulheres. O ponto de vista defendido por Satie sinaliza questões fundamentais, pois via como importante a adoção de uma postura feminista para o trato com a coisa pública.

O jornal *O Globo Niterói* de 20/1/1991 também informa que esta polêmica foi criada justamente pela iniciativa de um grupo de mulheres que estava interessado em vetar a participação de outras entidades que não estivessem diretamente ligadas à questão da mulher. De acordo com o jornal, isto contrariava a tese que defendia a participação de vários setores do movimento popular. Muitas dessas discussões foram realizadas na OAB-Niterói. Satie argumentava na época que: "A *mulher tem lutas específicas como a saúde e a maternidade, que não podem ser confundidas com as reivindicações próprias dos movimentos populares*". Ainda constam neste as observações de Lindalva Cavalcanti Cid (assessora de Satie), sinalizando os principais problemas das mulheres na cidade, como a exigência de laqueadura de trompas como pré-requisito para se conseguir trabalho, a falta de abrigos para as mulheres que davam queixa na Deam-Niterói e não podiam retornar para casa.

Estes pontos de discussões e divergências permaneceram. Na criação do Conselho dos Direitos da Mulher Niteroiense, o nome de Felisberta foi indicado por duas organizações para a presidência, porém a própria Felisberta argumentou que não tinha tempo para ser presidente do Conselho, queria "apenas participar". Relembra, no entanto, que saía das reuniões "esgotada" – pois havia muito embate entre as mulheres. Muitas divergências, disputas e conflitos emergiram nessa ocasião, conforme relatam nossas entrevistadas. Mas, finalmente, após muitos debates, o Conselho foi criado, sendo sua primeira presidente a advogada Celuta Ramalho, da OAB, que tomou posse em 1992.

Felisberta informa que as reuniões aconteciam às segundas-feiras, no Fórum Feminista. Destaca que havia muitas brigas e desentendimentos, porque as pessoas "se sabotavam", o que gerou uma grande deterioração nas relações e a levou a abdicar de lutar por esse Conselho. Em sua opinião, faltou uma capacidade política por parte das mulheres envolvidas na resolução dos conflitos. Tais altercações e a luta pelo poder

geraram prejuízos para o funcionamento do Conselho. E ela, naquele momento, se sentiu mais útil na universidade e no movimento universitário.

Outra informante, Rosely Rocha, que fez parte do quadro das conselheiras que ganhou a eleição para o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher Niteroiense, como uma das representantes da Famnit, nos diz que havia muitas disputas e brigas no Fórum dos Direitos da Mulher[47], que se reunia semanalmente. Ela nos apresentou um documento onde consta o convite de solenidade da inauguração da sede do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, a toda a sociedade niteroiense; como também para a posse da Presidente da entidade, Celuta Cardoso Ramalho, e a apresentação da Conselheira suplente Eliane Nemer e demais conselheiras. O convite foi feito na data de 8/3/1993 pelo então prefeito de Niterói, João Sampaio, e pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – 16ª Subseção de Niterói –Orquinézio de Oliveira.

Marilza Medina relata que, na presidência da Celuta Ramalho, ela se articulou com determinado grupo (leia-se: um grupo partidário) e houve uma luta interna muito grande. Estes desentendimentos tornaram-se públicos, sendo divulgados no jornal *A Folha de Niterói*. O grupo do PT não estava respaldando esse grupo, pois entendia que dentro dele havia interesses que não eram as lutas das mulheres. Devido a isso, o movimento e a luta em torno do Conselho acabaram minguando.

Satie (que não era do PT), no entanto, argumenta que não sentia existir discriminação partidária, exemplificando com os nomes de mulheres como Felisberta e Suely, que gravitaram em volta desse movimento, trabalhando juntas em prol dos interesses diversos e que não pertenciam ao seu partido, o PDT. Para ela, o que prevaleceu foi realmente uma luta pelo poder. Determinado grupo queria se apropriar da direção do movimento, da força que o movimento pudesse vir a ter.

> *"E aí foi muito difícil. Eu acho que essas divergências pesaram. A questão da disputa interpessoal foi uma coisa muito complicada e a gente não teve paciência para administrar e tocar, o que faz parte da história. A pedagogia ensina que a gente só aprende errando. Acho que muitas de nós erramos quando abandonamos a luta. Eu me cansei, não pude gastar minha energia mais do que já estava gastando para administrar conflitos internos de grupos, fui fazer outras coisas. E aí o outro grupo conseguiu inaugurar o conselho que no final acabou, porque a dimensão política se perdeu.*" (Satie)

Na fala da Eliane Nemer também há a evocação deste passado à luz do presente, numa postura reflexiva em torno desses episódios que vem a somar com as outras informantes:

[47] O Fórum elegeu conselheiras que representavam diversas entidades de Niterói.

> *"Infelizmente o conselho não vingou. Foi terrível... Na época não soubemos lidar com as divergências... Eu saia do meu escritório, ia para uma sala na Prefeitura, na Amaral Peixoto com Visconde de Uruguai, para atender as mulheres. Criamos o Fórum para tentar conseguir reestruturar o Conselho e este novamente fechou, em 1994. Pensando bem, se a gente tivesse sentado com calma e tranqüilidade o resultado podia ser outro. A gente estava falando a mesma linguagem, querendo as mesmas coisas, talvez fosse uma questão pessoal que estivesse interferindo na questão da política, entendeu? A gente não sabia separar as coisas. Não havia um amadurecimento. Aí esse movimento ficou encalhado."* (Eliane)

A professora Cenira diz que o Conselho começou a se desmobilizar e se desfez, com as lutas partidárias e de poder do movimento de mulheres. Costa (2003) afirma que foi (e é) uma característica do movimento feminista a tentativa de esconder as desigualdades em geral, como as que existem entre as mulheres (de diferentes classes, etnias, geração, sexualidade, religião), que, assim, ficam ocultas. Contudo, essas existem e vêem à tona em momentos como esses; descobre-se, assim, que "as mulheres também oprimem, ganham compensações com sua fragilidade, resistem e transgridem (...) as mulheres descobrem-se desiguais entre si" (COSTA, 2003, p.192).

Restou a Deam de Niterói, com pouca articulação com a UFF e mesmo com o Nutem, a ligação era de forma pontual. Perdeu-se o elo que se tinha de início com a delegada Tânia. Entretanto, Cenira avalia que a Deam teve o valor de ter sido criada no contexto em que foi. Em relação à questão dos conselhos do direito da mulher, Suely nos diz que nunca foi muito ligada a essa institucionalização do movimento de mulheres. Ela já entendia naquela época que é na ação profissional que se pode desenvolver também ação política. Suely pertencia a um grupo autônomo, a um movimento chamado Maria Mulher, em Niterói. Este se fixou na implantação do Paism (Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher), que mobilizou no interior do país lutas articuladas aos direitos reprodutivos. Para ela, a luta pelo Conselho já parecia uma forma de incorporação pelo Estado dos movimentos da sociedade civil.

> "*Eu estava na época muito pouco inclinada a acreditar nessa institucionalização dos conselhos. Como de fato depois se verificou que eles se tornavam inertes. Quer dizer, houve uma primeira fase interessante de ação, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, uma fase interessante de efetivação dos Conselhos Estaduais e Municipal, mas de repente se burocratizaram, se tornaram lugar de disputa política partidária e se tornaram também apêndice dos governos locais. Com exceção de uma ou outra Presidenta que tinha uma vinculação estreita com os movimentos feministas, você tem muitas mulheres que passaram por esses conselhos sempre impulsionadas por ativistas feministas que não ganhavam suas causas e de certa forma dirigiram esses mandatos. Num balanço, eu diria que não foi o melhor caminho essa institucionalização. No caso de Niterói (eu participei da criação do Conselho de Niterói), havia uma disputa PDT e PT muito forte, e o PDT realmente ficou com uma maior parcela da representatividade do conselho.*" (Suely)

Assim, no cenário niteroiense deparamo-nos, já no decorrer da década de 1990, com o esvaziamento das lutas do movimento feminista em nível municipal. Por outro lado, esse esgotamento era sentido também em níveis estadual, nacional e internacional – conseqüência da "conjunção das crises financeira internacional e fiscal do Estado com os processos de redemocratização e de consolidação institucional da Nova República (1985-1994) [que] tornaram ainda mais instável e desgastante o processo de ajuste estrutural do Estado brasileiro" (ABRUCIO & COSTA, 1998, p. 95).

Com o modelo neoliberal infiltrado no processo de redemocratização, visualizamos grandes abalos refletidos nas bases de esperança construídas pelos movimentos sociais, no atual cenário da sociedade brasileira, dentro de um panorama de capitalismo avançado, em profundo processo de recessão, em quase todos os países ocidentais. Como aponta Montecinos: "A efervescência da mobilização feminista teve vida curta. Tem sido observado que os movimentos de mulheres não converteram facilmente a mobilização política em representação institucional, assim que a política partidária competitiva é restabelecida" (MONTECINOS, 2003, p.363).

Esse fenômeno percebe-se, também, no movimento das mulheres que tivemos a oportunidade de investigar. Justamente no término do mandato da delegada Tânia, em 1995, ocorreu o isolamento da Deam/Niterói e o esvaziamento do Fórum de Mulheres. Outro fator que incidiu na trajetória do movimento feminista nacional foi a desarticulação do CNDM – Conselho Nacional dos Diretos da Mulher, em 1989. Conforme Sardenberg & Costa (1994), nessa fase o movimento retrai-se, sai das ruas, dos meios de comunicação e perde a sua visibilidade. Para estas autoras, o movimento feminista adquire novas formas de atuação. As feministas dos grupos autônomos representam hoje uma minoria em termos quantitativos. Apesar dos avanços do movimento de mulheres no Brasil, a situação da mulher brasileira ainda permanece muito aquém das expectativas, sobretudo aquelas situadas nas camadas populares, "na realidade, uma pequena minoria, pertencendo em geral às classes mais favorecidas, tem-se beneficiado dos novos espaços e direitos conquistados" (SARDENBERG & COSTA, 1994, p.108). As reflexões de Montecinos vêm se somar a essa discussão:

> "Agências governamentais especializadas em questões da mulher foram enfraquecidas por financiamentos insuficientes, falta de pessoal e legitimidade dentro da burocracia do Estado. (...) Ativistas que se mantiveram ocupadas no nível das comunidades de base perderam conexões com o universo das políticas e aquelas que se juntaram a esse mundo perderam contato com a base dos

> movimentos, sem conseguir prestígio entre as elites políticas." (MONTECINOS, 2003, p.366-367)

Nesse momento, mesmo havendo esta tendência, é necessário considerarmos as especificidades de cada lugar. Em Niterói, não se pode esquecer dos conflitos internos que houve em torno de questões partidárias, mas também aconteceram as questões pessoais. Assim, como o interesse do âmbito macro interfere no do âmbito micro, o movimento inverso também acontece. Não há dicotomia entre esses dois espaços. Ambos estão entrelaçados. Pode-se desvendar entre as mulheres, no jogo das negociações e disputas, a existência de campos de poder, com capital simbólico, econômico, social, cultural distintos, tendo em vista que são diferentes mulheres, com diferentes concepções, posições, motivações. Neste contexto, "o progresso feito no contexto pós-autoritário tem sido notável em algumas áreas, mas houve apenas uma incipiente institucionalização de políticas focadas no gênero nos anos 90, basicamente sob a tutela do Estado" (MONTECINOS, 2003, p. 364).

O fato é que vemos, em relação ao movimento de mulheres de Niterói, o modo como estas se articularam, se diferenciaram, criaram e romperam laços. O aprendizado, contudo, persiste e nos aponta para a continuidade dessas relações. O movimento em Niterói não se iniciou nos anos 1970. A fala dessas mulheres aponta a forma como essas ações se articularam com movimentações anteriores, e, possivelmente, assegura a continuidade dessa caminhada. Visualizamos no feminismo uma importante contribuição que não pode ser esquecida.

> "O feminismo dilui a dicotomia patriarcal homem/ mulher na maneira como se manifesta, de forma diferente e por caminhos diversos, nas instituições e práticas sociais. Agindo assim, o feminismo constrói não uma, mas muitas identidades, e cada uma delas, em suas existências autônomas, apodera-se de micropoderes na teia universal tecida pelas experiências adquiridas no decorrer da vida." (CASTELLS, 1999, p. 238)

É importante enfatizar que as ações que desencadearam a criação da Deam/Niterói tiveram, fundamentalmente, "a mão" de várias mulheres, revelando a força dos movimentos, sobretudo a pluralidade feminina e as contradições que permearam/permeiam a própria luta por políticas de proteção social, bem como a ocultação que tradicionalmente marca a história das mulheres na história oficial.

Contudo, não gostaríamos de terminar esse capítulo de uma forma pessimista. Acreditamos que essas mulheres, em seu tempo, fizeram o possível e que essas lutas possibilitaram a vivencia de inúmeras experiências. A movimentação gerada nesse processo – embora aparentemente tenha terminado – teve frutos. As bandeiras então levantadas ainda se fazem presentes. Hoje, a cidade tem uma Coordenaria dos Direitos da Mulher. A Deam prossegue, entre avanços e retrocessos. Muitas mulheres que participaram desse movimento continuam com uma vida política ativa, dando seqüência a antigas e novas lutas, que o contexto social contemporâneo vem impondo aos que se dedicam aos estudos e às políticas voltadas para as questões femininas/feministas e, por conseguinte, de gênero.

No período de abertura e de redemocratização, essas mulheres construíram um canal de diálogo com o Estado e fortaleceram suas lutas. Podemos dizer que, nesse momento, elas arregimentaram forças para continuar a luta em outros movimentos e/ou instituições.

A permanência da Deam/Niterói, tanto no espaço físico quanto na agenda política do Estado, tem seus significados. Ou seja, independentemente dos rumos da luta, não podemos dizer que ela foi em vão; cabe agora aos novos atores que se somam no bojo dessas discussões propiciar avanços dentro dessa luta que foi herdada, questão que pretendemos situar a seguir, ao fazer um balanço acerca dos novos desafios impostos à condução da Deam enquanto uma política pública.

3 AS DEAMS E OS DILEMAS DOS NOVOS TEMPOS

A Deam/Niterói é hoje uma realidade. Uma política preocupada com a cidadania da mulher vítima de violência doméstica estabeleceu-se no Estado, e vem dando frutos na cidade. Não temos dúvidas em afirmar que essa política é fruto de toda uma movimentação que "sacudiu" a sociedade, ganhando impulso dos anos 1970 para cá. Essa política, como qualquer outra, acompanha o desenvolvimento, as contradições e interesses políticos e econômicos que imperam na sociedade. É verdade que um grande avanço aconteceu. Nem de longe queremos negar os avanços conseguidos. Porém, não podemos deixar de fazer, nesse momento, algumas reflexões acerca dos acontecimentos mais recentes e de como esses rebatem na política de proteção à mulher vítima de violência.

Estudamos a experiência de Niterói como um acontecimento (micro) que nos permite pensar a realidade (macro). As experiências, as lutas vividas por essas mulheres são testemunhos de um tempo em que tais questões tomaram um grande vulto e as condições políticas possibilitaram o diálogo. Apesar da persistência de práticas violentas e discriminadoras contra as mulheres, não podemos negar que essas questões foram politizadas e são, hoje, alvo de disputas.

3.1 A segurança da mulher hoje: o contexto do Estado

No atual contexto brasileiro, a racionalidade instrumental do mercado amplia as desigualdades sociais. Segundo analisa Telles (2001), o impasses que a sociedade brasileira encontra nos tempos atuais é por certo reconhecer que direitos e cidadania significam um modo de nomear as formas pelas quais as relações sociais podem ser

reguladas e construídas por regras civilizadas de sociabilidade. Nesse caso, necessita-se de medidas que possibilitem uma redefinição nas relações entre econômico e social, e um controle democrático no jogo do mercado, desmascarando o consenso conservador que tomou conta do cenário público. Segundo Cohn:

> (...) o debate público orquestrado pelo governo nestes últimos anos sobre a questão social no Brasil leva a desconhecer o fato de que a articulação entre políticas econômicas e políticas sociais continua obedecendo à mesma lógica da era denvolvimentista (...) expressão da aliança da elite política governamental nos últimos anos. Verifica-se a associação de representantes da mais tradicional oligarquia com os setores industriais e financeiros potencialmente mais modernos, numa estranha combinação que acaba por favorecer o retorno ao passado, também recente, dos tempos autoritários: a pobreza como problema social somente ganha presença no cenário político quando, e somente quando, decodificada tecnicamente como questão social." (COHN, 2000, p.5 e 9)

Reportamo-nos a Rosanvallon (sd, p.93) quando menciona a necessidade de reincidir a solidariedade na sociedade, para sair da alternativa da privatização-estatização e possibilitar a emersão das necessidades e as aspirações, dando-lhes visibilidade social. Segundo esta perspectiva, em 1999 tivemos um grande avanço quando foi criada, no Estado, uma Subsecretaria de Segurança da Mulher. Contava-se, para esta subsecretaria, com uma equipe responsável pela elaboração, implantação, planejamento e coordenação da política de segurança para a mulher e de projetos como o de Casas-Abrigo para mulheres e filhos, que se encontravam em situação de violência doméstica. Esta subsecretaria era responsável também pela sensibilização e capacitação dos técnicos e policiais civis lotados em tais delegacias, na área da prevenção e atendimento às vítimas da violência doméstica. Além disso, desenvolvia pesquisas e monitoramento na área da Segurança da Mulher, com vistas a ampliar a visibilidade e melhoramento na qualificação dos dados criminais referentes à violência contra a mulher. Muitos dos integrantes dessa subsecretaria possuíam estreita vinculação como o movimento de mulheres no Estado.

Efetivamente, a atuação das Deams fez emergir problemas que até então eram "esquecidos". As denúncias registradas nestes órgãos, ao trazer para a esfera pública a violência "ocultada" nos espaços domésticos, deu-lhe visibilidade e contribuiu para que se buscassem respostas para um conjunto de conflitos, que no dia-a-dia se transformavam em queixas, em registros policiais.

As Deams terminaram por desempenhar funções mais amplas e múltiplas do que as inicialmente planejadas. Os atendimentos consistiram, muitas vezes, em busca de resolução para conflitos de naturezas diversas, que por vezes escapavam do quadro da violência contra a mulher. Dessa forma, as Deams vêm realizando funções de polícia judiciária como também aplicando um direito informal, segundo Soares (1999). As mulheres (especialmente as feministas) frustraram-se, pois esperavam das Deams uma solução penal nos casos de violência contra a mulher.

O I Encontro Nacional de Delegadas de Polícia lotadas em Delegacias de Defesa da Mulher, em Brasília, em setembro de 1986, foi uma iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que contou com o apoio das secretarias de segurança pública dos Estados – foi apontado também como um dos importantes acontecimentos da década de 1980 (ANEXO III). Um fato importante a ser registrado desse encontro foi o depoimento de Maria Luiza Heilborn, doutora em antropologia social, marcando alguns aspectos que valem a pena ser enfocados neste estudo. Para ela, esse espaço propiciou aquisição de conhecimento, de sociabilidade e de troca de experiências sobre procedimentos legais cabíveis, para o alargamento das perspectivas a partir do contacto com as marcantes diferenças estaduais, ensejando relações e canais de comunicação muito significativos.

Um dos pontos positivos do encontro foi facilitar o convívio entre diferentes grupos: de policiais, de movimentos feministas e de profissionais de diversas áreas que trabalhavam em delegacias. Nele, sugeriu-se o fomento de cursos de aperfeiçoamento para policiais, com objetivo de informar e sensibilizar a classe com relação à problemática da violência contra a mulher. Outro ponto suscitado foi que os Conselhos Estaduais e Municipais se articulassem, para que em conjunto desenvolvessem ações em prol da minimização da violência contra a mulher.

Na tentativa de diminuir os constrangimentos no atendimento à mulher, alguns procedimentos preliminares tendem a ser superados. Principalmente os iniciais, quando a mulher procura atendimento no balcão das Deams. Nesse momento, a mulher expõe a sua situação para pessoas estranhas, desconhecidas; ou seja, traz para a instituição a falência do seu projeto conjugal, demonstrando as dificuldades de convivência em um local onde deveria se sentir segura. Na verdade, ao chegar em uma delegacia para prestar queixa da violência, a mulher admite que é na pessoa a quem ama que passou a ter o seu principal agressor. É, portanto, um momento nada agradável.

No decorrer dos anos verificou-se que na prática, as mulheres chegavam às delegacias com uma demanda muito diferente daquelas para as quais as delegacias foram criadas. Na verdade, o que as mulheres demandavam (como ficou comprovado na fala da delegada Tânia, no capítulo anterior) era, muitas vezes, um conselheiro, um mediador para seus conflitos. A retirada das queixas é ainda muito comum. Afinal, o que a política tem efetivamente a oferecer a essa mulher vítima de violência? Mesmo o abrigo[48] (que deve ser a última opção) não tem condições de contemplar todas as mulheres que podem dele precisar.

Além disso, em 1995, foi aprovada a Lei 9.099, importante mudança na judicialização" da violência contra a mulher. Com a implementação dessa lei instituem-se os Juizados Especiais Criminais, nos quais foram enquadrados os delitos de ameaça e os crimes de lesão corporal de natureza leve, típicos dos conflitos doméstico e de vizinhança. Esses delitos são aqueles designados como de "menor potencial ofensivo".

O Juizado Especial Criminal foi criado para resolver o problema da administração da Justiça brasileira e do sistema carcerário, numa tentativa de desafogar o Judiciário, reduzindo a quantidade de mandados de prisão. Foi uma lei inspirada no direito penal mínimo, o qual manda para o Juizado Criminal todas as sentenças cuja pena não ultrapassa dois anos. Esta lei não foi pensada para ser uma lei que trata da violência contra as mulheres, mas ganhou esta função, já que 70% dos casos que tramitam nos Juizados Criminais são processos que têm como vítimas as mulheres. O problema é que essa lei não levou em consideração as discussões feministas e não conseguiu, assim, perceber o modo como esta rebateria nos casos de violência doméstica.

Depois dessa lei, os crimes de lesão corporal de natureza leve e de ameaça deixaram de ser encaminhados para o Juizado Criminal, e isso faz com que a polícia não possa mais investigá-los. A partir de 1995, as vítimas desse tipo de crime registram o fato na polícia, e quando há necessidade são encaminhadas para o Instituto Médico Legal para fazer perícia, ficando o fato registrado em um boletim de ocorrências. Este procedimento policial, chamado Termo Circunstanciado, é dirigido ao Judiciário, que fica com a responsabilidade de realizar a oitiva, ou seja, a intimação da vítima.

[48] Isso sem falar que ainda pairam muitas dúvidas acerca da validade dos abrigos. Estes terminam, em nossa opinião, por punir também a vítima, ao retirá-la do convívio dos seus. Mas essa é uma discussão para um momento posterior.

Soares sinaliza que a finalidade das Deams, antes da Lei 9.099/95, era abrir um inquérito, pois sendo uma Delegacia de Polícia Judiciária, tinha a função de executar um trabalho policial. Porém, as demandas que chegavam com muita freqüência por parte das mulheres necessitavam de uma intervenção que ia além da função policial, extrapolando as formas legais de atuação, demandando atendimentos que requeriam apoio, integração a outros centros de atendimentos que estivessem próximos.

Conforme os resultados de uma pesquisa realizada nos Jecrims – Juizados Especiais Criminais, em Porto Alegre, por Campos (2003), 70% dos processos que tramitaram nos Juizados foram decorrentes de violência contra a mulher. Só que a lógica colocada nesses juizados é a do arquivamento, com o intuito de diminuir os processos nos juizados, que pouco vão se utilizar do aparato judicial. Busca-se solução através de uma reparação de danos ou mesmo através da desistência da queixa.

Contudo, se a mulher insistir em "reapresentar" a queixa, por ocasião da audiência de conciliação o Ministério Público propõe ao agressor uma "Transação Penal", que consiste no pagamento de uma multa (pode ser a doação de uma cesta básica para uma instituição de caridade – cujo custo, na maioria das vezes, é retirado do orçamento doméstico – ou a prestação de serviços comunitários). O agressor, nessas "negociações", não perde sequer sua primariedade. Outro agravante nesse procedimento é que prossegue e se naturaliza a idéia de que a violência contra a mulher é barata e pode ser negociada.

A conciliação entre as partes envolvidas é feita por estagiários de Direito, que atuam durante 12 horas por semana não recebendo nenhum tipo de remuneração. Segundo Mariza Gaspary (que foi uma de nossas informantes), estes conciliadores trabalham tendo como perspectiva o arquivamento da maior parte dos procedimentos, para não gerar processos, pois acreditam que assim serão interpretados como mais competentes. Em conseqüência, grande parte das notícias-crime que as mulheres fazem nas delegacias não se transformam em processo**.**

Diante dessa realidade, novamente podemos perceber as mulheres se movimentando. Como afirma Mariza Gaspary:

> *"Temos necessidade de estar discutindo a possibilidade de uma legislação específica, onde teriam algumas coisas positivas do Juizado Especial Criminal, mas teria uma forma mais célere. A mulher teria que ter suporte jurídico e ser atendida por um juiz, e não por conciliadores eventuais que por tradição têm rotatividade e não têm vínculo institucional. Acho que seria uma forma de se dar mais seriedade à situação."* (Mariza)

Assim, o movimento, mesmo passando por um momento de certo refluxo, não está parado. Em 15 de março de 2004 foi realizado no Cedim um debate sobre a elaboração de uma minuta de anteprojeto de lei sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher[49] (ANEXO IV). Este está preocupado com a urgente necessidade de se oferecer uma resposta adequada à problemática da violência doméstica, e busca também atender às recomendações da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, realizada em Belém do Pará em 1994. A mesa redonda foi composta por representantes feministas e especialistas que formaram o consórcio que vem trabalhando na construção de uma lei nacional, que contemple todas as especificidades da violência doméstica e familiar contra a mulher. Participam do consórcio as organizações não-governamentais participantes Advocaci, Agende, Cepia, CFemea, IPÊ/Cladem e Themis. O anteprojeto foi apresentado ao Poder Legislativo e à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

A proposta desta Lei Especial busca afastar a aplicação do procedimento disciplinado pela Lei 9.099/95, onde se prevê a transação penal como causa extintiva da punibilidade. Conforme as autoras, esta medida tem garantido a mais ampla impunidade aos agressores. O "móvel" deste anteprojeto é a certeza de que este problema social não deve ser combatido por meio da intensificação de punibilidade dos perpetradores da violência, mas sim pelo combate à impunidade e pela introdução na legislação de mecanismos de proteção às mulheres, mecanismos que possam provê-las de efetivas alternativas cíveis e criminais para romper o ciclo da violência.

Esta proposta determina a criação de Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher nos Fóruns Municipais e no Distrito Federal, contando com a capacitação de juízes e demais funcionários da Justiça no tratamento dispensado à vítima da violência. Visa, igualmente, adotar uma Política de Prevenção dirigida ao Poder Público e à Sociedade, com vistas a promover mudanças culturais para a superação da desigualdade entre homens e mulheres. E salda uma dívida com a Convenção do Pará, que recomendou uma lei especial para a violência doméstica no Brasil.

Esta minuta de anteprojeto ainda se constitui em um documento preliminar, que será aperfeiçoado nas discussões legislativas. Esperemos que não haja alterações no seu teor principal, como a ênfase ao afastamento de um dos companheiros. O juiz pode

[49] Contudo, vale a pena destacar a demora do movimento em construir uma resposta a essa questão.

liminarmente afastar o agressor independentemente da audiência preliminar, e esta Lei aglutina o Juizado Civil e Penal na intervenção às inúmeras questões que envolvem a situação de violência nas relações de gênero.

Mesmo diante de tantas contradições, Soares (1999) reconhece e valoriza a importância dos movimentos feministas em relação às questões que envolvem a violência doméstica, e ressalta a importância quanto à pressão exercida por estes movimentos junto ao Estado e as conseqüências destas pressões em termos de mudanças legislativas – as ocorridas antes e principalmente depois da Constituição de 1988. Também destaca a importância das novas perspectivas no trato das questões implicadas nas relações sociais de gênero, além das iniciativas de implantação de instituições e de serviços de atendimentos especializados, que deu visibilidade e um novo enfoque para o atendimento prestado às mulheres que sofrem violência. Porém, sinaliza que o discurso feminista sobre a violência ainda não atingiu, de forma geral e profunda, o imaginário social.

Barsted (2003, p.10) comunga com as idéias de Soares quanto aos avanços no campo das políticas para prevenção e atenção à violência doméstica e sexual, apesar do processo de expansão dos serviços serem lentos e insuficientes. Isso é confirmado também por Mariza Gaspary:

> *"Nós temos uma complexidade de situações que nos remetem a uma necessidade contínua de aperfeiçoamento profissional como também a discutir em equipe qual análise e procedimento adotado para cada situação singular. É importante destacar que nenhuma situação é igual à anterior ou posterior. Cada uma tem uma forma de se situar diante da violência. Cada um tem uma rede de apoio familiar ou comunitário que é específica, e que nós podemos estar sempre refletindo com essa mulher que pede apoio para ampliar o seu leque de opção e possibilitar uma reflexão de gênero".* (Mariza)

Outro dado importante e que não deve ser esquecido é o que esta profissional situa como a necessidade de se trabalhar as próprias ansiedades. Ou seja, é indispensável entendermos que as Deams não podem resolver tudo.

> *"O que você pode esperar de uma delegacia de mulheres é que ela receba bem a vítima, faça uma notícia-crime, colete informações precisas, verificando freqüências das violências, se tinha criança assistindo à cena da violência, e que movimento a mulher faz para romper com o ciclo da violência (...). Agora, não adianta ter só as Deams, tem que ter centros de atendimentos, e tem que ter casa-abrigo, tem que ter uma política de financiamento, geração de emprego e renda, tem que ter investimento na área de habitação para priorizar acesso ao financiamento para vítimas, que só têm aquele domicílio. Temos que ter leis mais ágeis, então não adianta ter só as Deams ..."* (Mariza)

Na opinião de Soares (1999), as Deams foram criadas e de certa forma, abandonadas à própria sorte. Tal fato pode ser evidenciado tendo em vista que é alto o índice de demandas a que respondem. Esta grande demanda tinha que ser mais bem apoiada, integrada a outras intervenções, a centros de atendimentos, a abrigos, a hospitais que atendessem às outras necessidades, que não se limitam ao estupro. Algumas falas apontam para o descrédito dessa política de intervenção. Mas é importante refletir que nenhuma política, por mais elaborada que seja, poderá resolver todos os problemas, principalmente se não existir um efetivo suporte para isso.

Diante de tais questões, outro ponto que merece atenção diz respeito à falta, em algumas Deams, de espaços para profissionais do Serviço Social e da Psicologia. Pode-se perceber em algumas delas a ausência de um atendimento mais especializado e continuado às vítimas, ficando como único registro o Boletim de Ocorrência, que deixa muito a desejar em matéria de registro e narração de todos os tipos de agressões e ameaças relatadas e vividas pela mulher[50]. Ficam ausentes também os dados históricos e procedimentos realizados ou a realizar, bem como as circunstâncias em que ocorreram as violências e as seqüências e freqüências com que foram cometidos os atos violentos e os danos causados por eles. Enfim, o fenômeno da violência passa a ser tratado totalmente descontextualizado da realidade de quem o vivencia. Como aponta Marilza Medina:

> *"As Delegacias Legais são um projeto avançado, porém sua concepção não avançou, embora hoje cada uma tenha uma Assistente Social, mas esta não funciona como Assistente Social; tem uma Psicóloga, mas não funciona como Psicóloga. Isso é ruim porque isso acaba tirando a possibilidade de se fazer um atendimento mais adequado às demandas das mulheres. Essa discussão está aí colocada, mas lamentavelmente ela não está sendo efetivada* [51]*".* (Marilza)

De acordo com Rosely Rocha, ainda nos deparamos com movimentos de continuidade e descontinuidade:

> *"(...) As Deams, você não pode deixar de reconhecer, são uma vitória do movimento feminista em relação ao combate à violência contra a mulher, mas ainda deixam muito a desejar. Ainda temos delegadas com uma mentalidade muito machista, ainda de repressão."* (Rosely)

[50] Convém não esquecer que a violência contra a mulher não pode ser resumida à sua face de violência física ou sexual. A violência psicológica é um importante item nessa lista, e não deve ser desconsiderado.
[51] As Delegacias Legais fazem parte de um projeto de modernização e informatização no tratamento da violência no Interior do Estado.

O diálogo com o Estado continua, às vezes de forma intensa, outras vivendo uma fase de refluxo – a depender de questões políticas (muitas vezes político-partidárias). Por exemplo, a Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania, em decorrência dos rearranjos do Estado, foi extinta em março de 2000. Em seguida, no mês de abril, no âmbito do Programa Delegacia Legal, foi criado o projeto da Segurança da Mulher, presidido pelo Cedim, vinculado à Secretaria de Segurança Pública e integrado à Comissão Especial de Segurança da Mulher. Este projeto dava prosseguimento ao processo de implantação de três casas-abrigo, para mulheres vítima de violência doméstica ou de gênero, como também pretendia a capacitação continuada de policiais civis lotados em delegacias legais para orientação quanto à escuta e à abordagem à mulher que sofre violência. Ou seja, esse projeto, de certa forma, dava prosseguimento às iniciativas anteriormente implementadas pela Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania.

É preciso destacar que o Programa Delegacia Legal implantado no Rio de Janeiro significou um reordenamento do Estado no que diz respeito à conjunção da Segurança Pública com a cidadania. Desta forma, ressaltamos que as considerações tecidas acerca das Deams devem ser apreendidas dentro desta nova concepção do governo, questão que não pretendemos problematizar nesta pesquisa, mas que dá certos contornos às possibilidades e aos dilemas vivenciados hoje. Assim, ao falarmos das Deams no Programa Delegacia Legal, já estaremos trabalhando com uma realidade bem mais avançada, mesmo com a persistência de diversos problemas e posicionamentos com referência ao trato da violência contra a mulher.

Mariza Gaspary acompanhou este processo e foi Subsecretária de Pesquisa para a equipe de Segurança do Programa Delegacia Legal, lá permanecendo de abril de 2000 até abril de 2003. Relata que muito se avançou na capacitação dos policiais, chegando a se treinar 483 policiais civis para discussão de gênero, como também 900 técnicos de atendimento social: assistentes sociais, psicólogos, pedagogos e estagiários, que atendem no balcão das delegacias legais. O conteúdo destas capacitações centrava-se nas discussões sobre redes de referência para a mulher que sofre a violência. Mariza também situa como avanço a implantação de três casas-abrigo no Estado, na época: em São Gonçalo, na Baixada Fluminense e no Rio de Janeiro.

Recentemente a equipe técnica de Segurança do Programa Delegacia Legal foi extinta pelo Estado. Mariza afirma que seu setor foi fechado, tendo entregue os abrigos à Secretaria de Estado de Ação Social, sem tempo de preparar a equipe que passaria a gerenciar, selecionar e treinar pessoal. Entretanto, questiona:

> *"Quem irá dar andamento a este trabalho? Me falaram que vai ser tudo por conta do Conselho Estadual do Direito da Mulher, o Cedim, mas será que o Cedim, que tem como função elaborar políticas e fiscalizá-las, terá gente, equipe técnica suficiente pra tocar um projeto pioneiro, inovador, que requer muitas ações cotidianas desta monta? (...) Como é que você cria uma instituição com caráter sigiloso, com todo o cuidado da sua obra e de repente o entrega a uma secretaria que nem participou de uma discussão? (...) O que vai acontecer com tudo o que a gente sonhou, idealizou e colocou no projeto conceitual, teórico-metodológico das casas-abrigo do Estado do Rio de Janeiro? (...) Eu acho que dei uma ajuda pra a construção dessa política pública. Eu acho que trouxe para a realidade um sonho do movimento feminista. (...) Fica a reflexão e a minha preocupação, pois lá nós estávamos dentro da delegacia legal, treinando policiais lotados em delegacias legais, dando cursos mensais de 12 horas. (...) Haverá recursos para contratar terceiros, universidades, ONGs, para substituir esse treinamento que nós estávamos dando desde abril de 2000?"* (Mariza)

O fato é que, como aponta a maioria de nossas entrevistadas, até hoje não se conseguiu criar políticas públicas articuladas que garantissem a emancipação e a autonomia da mulher, e o redimensionamento de sua história de vida ao sofrer violência. Um passo importante foi dar visibilidade social a esse problema, para entendermos a magnitude desse fenômeno e a necessidade de definições de rubrica orçamentária, que invista na prevenção e no atendimento às vítimas para erradicação da violência doméstica ou de gênero. Nesse sentido, é importante uma reflexão acerca do estabelecimento de formas de controle social; ou seja, há necessidade de maior controle das políticas públicas a partir da participação dos movimentos sociais representativos nos interesses da sociedade, como de profissionais compromissados com uma nova ética, com uma nova moral, em defesa da transparência dos recursos públicos.

Nestes termos, é importante pensar que a problemática da violência contra a mulher, nos tempos atuais, já extrapolou uma ação restrita à competência da área policial, da Segurança Pública. No dia 8 de março de 2004, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva pronunciou-se, através dos meios de comunicação, sobre a assinatura de uma resolução que obriga as unidades de saúde a notificarem os casos de violência contra a mulher. Outro fato que merece ser mencionado é que na década de 1990 houve um aumento no número de Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deams). Segundo estudos, o Brasil contava com 125 Deams em 1993, ao passo que em 1999 este número chegou a 307, o que equivale a mais do dobro de delegacias em todo o país[52].

[52] Esta conclusão foi possível a partir de uma Pesquisa sobre Condições de Funcionamento das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres, realizada pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos/ Secretaria Executiva do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública e com o apoio do Ministério do Orçamento e Gestão (disponível em www.delegaciadamulher.blogger.com.br, acesso em 10 de março de 2004). Das 307 Deams, 267 unidades responderam a um questionário formulado pelo Conselho Nacional do Direito da Mulher (CNDM) para fazer um diagnóstico desta situação. A partir daí constatou-se que, só em 1999, o

3.2 A segurança da mulher hoje: o município de Niterói

Para entendermos o tempo presente da criação da Deam/Niterói, tivemos que voltar ao passado, através da memória de algumas das mulheres que ajudaram a engrossar o movimento de mulheres nesse município. Nosso objetivo foi resgatar um passado em comum que restitui às mulheres, protagonistas da criação da Deam de Niterói, sua história e, com ela, a reconstrução de suas identidades, mas ao mesmo tempo a oportunidade de revelarem partes ocultas da história social daquele determinado contexto. Esse momento possibilita a oportunidade de tomarem contato novamente com esse passado a partir das condições do presente, permitindo uma nova interpretação daquela época.

Nessa caminhada foi-se desvendando o processo histórico mediante o qual as mulheres construíram sua história e, dialeticamente, transformaram suas próprias identidades. Suas práticas e reflexões ultrapassaram o campo comunitário, dos grupos, e se configuraram em uma política pública. É preciso não perder de vista que cada uma delas fala a partir de um ponto de vista, que é pessoal mas que também foi socialmente construído, a partir das situações vivenciadas, das opções realizadas e dos processos vividos. Elas falam a partir de situações, posições, diferenciadas no contexto social-político, cultural e econômico, desta cidade. Porém, todas viveram este processo e contribuíram com suas particularidades na construção da Deam na cidade de Niterói.

Assim, apesar de ora convergirem ora dispersarem, as experiências femininas favoreceram a criação das políticas sociais em Niterói que depois se expressaram no movimento contra a violência, chegando a materializar suas ações através da criação de uma política de proteção às mulheres vítimas de violência, caso da Deam/Niterói.

Acreditamos que essas experiências podem nos ajudar, hoje, a pensar em como elaborar uma política eficaz e efetiva de proteção à mulher, articulada às demais políticas sociais de atendimento, em nível municipal, estadual e nacional.

---

número de notificações policiais recebidas nessas delegacias foi de 411.123 casos, o que mostra um aumento significativo do número médio de notificações policiais em relação a 1993, ano em que a CPI da Violência contra a mulher registrou uma média de 123.131 denúncias. Porém, segundo os pesquisadores, apesar de alto, o número de notificações não reflete a situação de violência contra a mulher no Brasil, pois não estão computados os crimes denunciados nas delegacias comuns. Outros fatores importantes são as condições precárias de funcionamento. Em termos do nível pessoal, 60% das delegacias não possuem Assistentes Sociais/Psicólogos; no nível de estrutura física, 32% das Deams não possuem armas de fogo, 20% não têm linha telefônica convencional direta, 19% não possuem viaturas. As Delegadas (73,8%) reclamam da precariedade de recursos humanos e tecnológicos; e 53,2% afirmam não dispor de policiais especializados para o trato da violência contra as mulheres.

Pensando em termos de práticas sociais em defesa (e apoio) à mulher no Brasil, existe o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e os Conselhos Estaduais. Nos municípios estão se instalando também núcleos de proteção social às mulheres vitimas de violência. No Estado do Rio houve um grande descompasso com o encerramento dos trabalhos da equipe comandada pela assistente social Mariza Gaspary, e em Niterói assistimos a um grande afastamento da Deam dos movimentos organizados, que vivem um momento de refluxo.

Por outro lado, vemos neste mesmo Estado as mulheres se organizando e propondo um anteprojeto de lei especifica para a violência contra as mulheres. No recente governo Lula, criou-se a Secretaria Especial de Política dos Direitos para a Mulher, com status de ministério (embora seja ainda muito cedo para tecermos considerações a esse respeito). No município de Niterói, foi a organização das mulheres que propiciou a criação de uma Secretaria Especial da Mulher.

Nosso interesse foi pensar a área de segurança da mulher no município. Vale destacar que a perspectiva de gênero se faz presente no recente governo, seja na área da saúde, da educação e da assistência social. Muitas entrevistadas continuaram envolvidas com essas questões, mesmo que a partir de diferentes práticas. Felisberta, no período de nossa entrevista, era Secretária de Educação do município[53]. Cenira, Suely, Satie e Marilza são professoras da Universidade Federal Fluminense. Esta última estava também envolvida na área da educação, no Setor de Creches, a convite de Felisberta.

Edith, Rolande e Eliane continuam, igualmente, suas atividades. O movimento protagonizado por essas mulheres parece ter se esgotado, mas talvez, na verdade, só cumpriu o seu papel. Elas fizeram o possível naquele momento, articulando forças, montando redes, construindo um campo de atuação. São mulheres até hoje profundamente respeitadas dentro do município. E estão presentes em novas formas de atuação, a partir das demandas que os tempos atuais vêm construindo.

Mesmo com todas as contradições, todo o sofrimento, elas fizeram história. Talvez um dos maiores méritos que tenham conseguido foi tirar da invisibilidade e desnaturalizar a violência contra a mulher. Hoje seguem outros rumos e outras formas de luta. Mas isso não significa que a luta que travaram tenha sido vã. Ao contrário, a existência de uma política de segurança para a mulher é uma demanda presente. E,

[53] Trata-se de um governo que conta com algumas mulheres chaves em postos de comando. Além de Felisberta, a Secretaria de Assistência Social está a cargo de Heloísa Mesquita (que também é assistente social). Na saúde, a também assistente social Maria Célia Pucu ocupa uma posição central na organização do Programa Médico de Família.

concretamente, a participação nessas lutas as jogou irremediavelmente no chamado "mundo público". E é assim que persistem em suas "saídas".

Essa experiência nos ensina a importância do estabelecimento de um diálogo e de uma pauta de reivindicações na relação entre o Estado e os movimentos organizados. Aponta-nos também para a necessidade de superarmos qualquer visão ingênua acerca da realidade dos atores sociais envolvidos nesse processo. As mulheres que criaram a Deam foram mulheres que estiveram na luta, que tinham interesses diferentes, que negociaram, que se articularam, que souberam fazer pontes entre o poder público e a sociedade civil, que souberam, enfim, colocar à disposição do movimento todo o capital social[54] que tinham acumulado.

A política de proteção à mulher continua. Esperamos que as Deams consigam superar os impasses em que hoje se encontram para que possam, no futuro, expandir e reproduzir nas demais delegacias uma prática diferenciada e, assim, prestar serviços específicos às diversas violências que muitas mulheres vivem no seu dia-a-dia.

Concluindo, será importante pensarmos um pouco em nossa profissão, uma profissão que historicamente vem se mantendo próxima as lutas que a sociedade vem travando. Urge que a perspectiva da direção estratégica, formulada na entrada dos anos 1990, não se limite apenas à sinalização do mercado de trabalho do Serviço Social, mas amplie sua conexão à análise das tendências societárias macroscópicas, supondo investimento na pesquisa da realidade; também acreditamos na importância de articulá-la às tendências societárias microscópicas.

O dilema em que hoje se encontra o Serviço Social, quanto a sua ação no espaço público, está em organizar-se sob a pressão da sociedade civil por novos serviços e novas demandas. O Assistente Social pode contribuir assim, junto aos sujeitos sociais, para as mudanças que se processam no espaço público enquanto partes constitutivas, de vivência e de pertencimento, e na construção de redes de confiabilidade que propiciam uma nova cultura política desse espaço público. Não é a toa que tantas assistentes sociais estiveram presentes entre nossas entrevistadas.

Diante de tantas mudanças, concordamos com as argumentações de Freitas (1996), ao referenciar a questão de gênero como algo que está presente no nosso cotidiano profissional, quando se discute a saúde da mulher, violência contra a mulher,

[54] Cf. Bourdieu (1996).

direitos humanos etc. E por isso o apelo para devidas considerações que estas questões estão a merecer. Faz-se necessário que as instituições sociais incorporem o gênero nos seus pressupostos e na sua organização. Para tanto, dois mecanismos são estratégicos, em nosso entender: primeiro, uma capacitação continuada a partir do resgate de um diálogo entre teoria e prática; e em segundo, a abertura de um canal de diálogo, de escuta com a população alvo.

Porém, para que esse caminho seja trilhado com êxito, voltamo-nos para as observações de Góis, em relação ao valor positivo da "tolerância": "Tal perspectiva nos desafia a situar-se no local do outro e assumir a perspectiva de tanto não perseguir o diferente quanto de encorajar a diferença. Além disso, desafia-nos a reconhecer a nossa incompletude e a desejar ver na diferença o nosso possível complemento" (GÓIS, 2004, p.743). Assim é que apreendemos essa realidade que nos foi deixada para ser avançada sob novas perspectivas e com novos determinantes, que vêm extrapolando a esfera da vida privada, exigindo novos olhares e práticas para a (re)articulação de políticas que se voltem para a questão da violência.

Tais considerações sinalizam uma mudança de enfoque em relação à necessidade de se definir novas formas de gestão, o que pressupõe um Estado mais afinado com um projeto coletivo, através de canais de comunicação transparentes com a sociedade civil, conforme Pereira (2001). Para que isso ocorra, Diniz entende que:

> "É preciso recuperar a ética do interesse público, questão crescentemente descartada como irrelevante pela proximidade que pode ter com a idéia de interesses nacionais, por sua vez percebida como incompatível com a agenda da modernidade dominada pela noção de globalização (...) Em outros termos, traduz-se num projeto coletivo, que representa a capacidade de o sistema político em geral e as elites governantes em particular conviverem com dissenso e o conflito, não mediante o esforço de anulá-los, mas da disposição para a negociação e o compromisso" (DINIZ, 1995, p.402).

Nestes termos, evita-se a dicotomia entre a fase de formulação e de implementação, fazendo-se necessário, segundo Viana (1995), uma possível interação entre formuladores, implementadores e público-alvo das políticas, visando mudanças futuras estabelecidas nestas. O mesmo argumento vale para pensarmos o movimento de mulheres, caracteristicamente um movimento marcado por interesses das camadas médias. Isso possibilita também incorporar uma nova concepção de política social, tendo em vista a indicação de Figueiredo & Figueiredo

(1986) quanto à necessidade de avaliação de projetos. Estas avaliações devem servir de base para decisões políticas, a fim de detectar o impacto ocasionado nas condições de vida da população usuária dos serviços públicos, o grau de satisfação destas, como também o aspecto do impacto que a política gera na própria sociedade, em termos de possibilidade de mudanças de *habitus*. Assim,

> "Não basta que políticas públicas sejam instrumentalmente eficientes. Elas devem ser também politicamente eficientes. (...) A ênfase na avaliação da eficácia e da eficiência destes programas, contudo, não ficar restrita aos aspectos instrumental e objetivo. (...) É necessário avaliar também, a eficácia e a eficiência política na geração e distribuição dos bens e serviços que esses programas propõem". (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1995, p.125)

Acreditamos que este debate demanda múltiplos argumentos no sentido de que as políticas públicas, especificamente as políticas de proteção à mulher que vivencia violência nas relações de gênero, não sofram retrocessos. Não temos dúvidas em afirmar que a existência dessas políticas é extremamente vinculada aos movimentos que as mulheres vêm tecendo historicamente na sociedade.

Reconhecemos a contribuição do feminismo na criação de novas maneiras de ler a realidade e reescrever o discurso público da igualdade da mulher. Frente aos novos desafios, o feminismo agora necessita repensar outras estratégias capazes de enfrentamento das questões colocadas pelo processo de reordenamento da relação Estado/Sociedade, pelo processo de globalização, no que se refere à implementação das políticas públicas com viés de gênero.

Nestes termos, cabe enfatizar que analisar os limites e possibilidades das Deams enquanto uma política pública de Segurança para as mulheres requer um olhar mais acirrado para as questões que atravessam o fenômeno da violência contra a mulher como um processo de longa duração histórica. Assim, se por um lado as Deams e todo seu teor construído desde a década de 1980 são hoje postos à prova, principalmente pela inserção neste contexto de novos atores que emergem reivindicado Segurança e Proteção Social, tal como os homens vítimas de violência, os homossexuais etc., bem como pelo aprofundamento dos estudos voltados para as questões de gênero; por outro lado temos a necessidade de reafirmar esta política, ou melhor, este direito instituído. Se encontramos avanços na implementação das Deams, encontramos também retrocessos, num processo que pouco a pouco pode minar as conquistas de outrora.

4 CONCLUSÃO

A partir deste estudo apresentamos uma das faces da luta de mulheres no município de Niterói que gerou a criação da Deam no município. Tal estudo possibilita que se retrate um importante panorama contextual, e permite um certo desvendamento dos confrontos internos do movimento de mulheres da época, a diversidade dos projetos políticos, os diversos comprometimentos dos diferentes atores, os impasses, as ambigüidades, as rupturas, os avanços e recuos vividos por elas neste processo.

Fez-se necessário compreender o que significaram as Deams no momento de sua criação. As Deams foram vistas como política integrante da Política Pública de Segurança da Mulher, e se materializaram como expressão da tomada de consciência de gênero. Como tal, uma experiência que se transformou num espaço produtor de uma problemática transformada em reivindicação pública, desde a sua gênese até os tempos atuais.

Queremos concluir lembrando, uma vez que falamos de dentro da Academia, que se exigem, cada vez mais, estudos que permitam desvendar as contradições, impasses e conquistas que permeiam os diversos contextos sociais. É nessa perspectiva que se vislumbra a possibilidade de uma atuação qualitativamente diferenciada, propiciando uma conexão entre a realidade sócio-institucional e o campo da competência política e teórico-metodológica. Enfim, um comprometimento ético-profissional mais amplo.

Sabemos que o movimento de mulheres no Brasil avançou muito a partir da década de 1980, especialmente quando criados os conselhos de defesa dos direitos das mulheres e as delegacias especiais de atendimento à mulher. Desde esse momento, começaram a acontecer (em termos) as políticas públicas. Percebeu-se então o surgimento de algumas instituições públicas, municipais, estaduais onde a entrada passou a ser assegurada, onde as mulheres que são vítimas passaram a receber apoio e acompanhamento social, psicológico, jurídico, de educação e saúde, para prevenir os agravos à sua saúde decorrentes da violência sofrida.

Em Niterói, até hoje não há um Centro de Atendimento à Mulher, apesar de ações direcionadas para esse fim, a exemplo do projeto de lei da vereadora Satie, que na época não foi sancionado. Por isso ressaltamos a ocorrência desta iniciativa na cidade de São Gonçalo. Nesse sentido, algumas questões são apontadas como prioritárias a serem enfrentadas, tais como: necessidade de criação de um Centro de Atendimento à Mulher em Niterói; capacitação de recursos humanos das Deams; criação de um sistema de

articulação entre Delegacias da Mulher, delegacias não-especializadas, IML e Sistema de Saúde; adequação da infra-estrutura física; reequipamento tecnológico.

Porém, não podemos perder de vista que os movimentos de mulheres responsáveis por tantas transformações que se consagraram na Constituição Federal de 1988, quando foi repudiada toda discriminação racial, étnica e de gênero, fez com que essas conquistas legais se traduzissem em instituições que fossem portas de entrada e apoio às vítimas de violência doméstica e ou sexual. Foi então que se ampliou a luta em defesa das Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres Brasil afora, e as primeiras Deams do Rio de Janeiro foram criadas.

O resgate da memória das protagonistas pode ajudar na contextualização desse movimento e a entendê-lo como parte da trajetória das lutas femininas e feministas na região, propiciando a verificação de como esse movimento se processou, como conseguiu aglutinar diversos atores, como atraiu diversas gerações de mulheres, como restabeleceu antigos elos e lutas de antigas militantes, associando-o aos movimentos de mulheres da região metropolitana, um espaço cultural de muitos intercâmbios,

Nessa época, a luta em pauta em todo país e também presente no cenário niteroiense contra a violência doméstica tornou-se um elemento de coesão (mas também objeto de disputas) das mulheres da região, materializando-se na criação da Deam/Niterói.

Acredito que conseguimos em parte desvendar as fases políticas, as disputas travadas para poder, enfim, trazer à tona as ambigüidades processadas que, em parte, permaneciam ocultas no movimento feminista niteroiense. Sem perder de vista as sinalizações das idéias em circulação que estão desnaturalizando a violência doméstica e os encaminhamentos dos processos de tomada de consciência de gênero.

Concluindo, acredito que apesar dos avanços que houve até hoje não conseguimos criar políticas públicas articuladas que garantissem a emancipação e a autonomia da mulher, e o redimensionamento da sua história de vida ao sofrer violência. Apesar de ser inegável que todo esse processo deu mais visibilidade social a esse problema, urge a necessidade de prevenção e atendimento às vítimas para erradicação da violência doméstica ou de gênero, no sentido de se construir políticas públicas efetivas, com definições orçamentárias, articulando diversos programas sociais, de saúde, que enfim assegurem proteção e que façam com que essa mulher não reproduza discurso que venha a corroborar uma visão machista de sociedade. Estas considerações contribuem para o entendimento dos novos arranjos sociais, da família, e de como a questão da

violência de gênero tem perpassado e sido reproduzida geração a geração. Assim, em relação à construção de política pública, percebemos movimentos de continuidades e descontinuidades. Espero que a política de prevenção e erradicação da violência ganhe espaço, principalmente neste governo que poderá dar mais condições objetivas e positivas para construir uma política pública que realmente assegure a equidade de gênero neste país.

Assim, não se pode dizer que a Deam foi um fracasso, porque não cabe a ela resolver tudo. Também não adianta alimentar uma expectativa muito alta quanto ao papel da Deam, se não teve suporte necessário, se ela não foi equipada devidamente, se os policiais não receberam capacitação continuada, se talvez os boletins de ocorrência ou registro não traduzem a dinâmica da relação violenta nem trazem elementos de análise para identificar a complexidade das histórias. Não dá para afirmar que a Deam é responsável por isso. Um dos fatores que hoje se pode esperar de uma delegacia de mulheres será instruir melhor o futuro processo judicial, para que as medidas jurídicas sejam tomadas. Não basta existirem Deams, têm que existir centros de atendimento, casa-abrigo, política de financiamento, geração de emprego e renda, tem que haver investimento na área de habitação para priorizar acesso ao financiamento para a vítima que só tem aquele domicílio; temos que ter leis mais ágeis.

Diante de tais questões outro ponto que merece atenção é em relação à falta, em algumas Deams, do preenchimento de espaços para profissionais do Serviço Social e da Psicologia, pois se percebe em algumas delas a falta de um atendimento mais especializado e continuado às vítimas, deixando o Boletim de Ocorrência muito a desejar em matéria de registro e narração de todos os tipos de agressões e ameaças relatadas e vividas pela mulher; como também dados históricos e procedimentos realizados ou a realizar sobre as mais complexas e diversas situações de violência em que se encontram inúmeras mulheres nas suas trajetórias de vida, bem como as circunstâncias em que ocorreram as violências e registros das seqüências e freqüência em que foram cometidos os atos violentos e os danos causados por eles. Enfim, sendo tratado o fenômeno da violência totalmente descontextualizado da realidade de quem a vivencia. Acredito que uma prática mais eficaz, além de tornar mais ágil e efetivo o atendimento dado pelas Deams, pode fornecer dados concretos, esclarecedores e eficientes ao Juizado Especial Criminal para que esta instância tome medidas mais adequadas, céleres e eficazes na resolução dos problemas que por lá tramitam.

O que podemos apontar como conclusão é o fato de que os caminhos não estão dados, e que é longa nossa trajetória. Essas mulheres iniciaram uma luta e continuam essas lutas hoje, de diversas maneiras e a partir de diversos olhares. Existe, nessa área, um grande trabalho a ser feito e acreditamos que a categoria profissional tem um papel fundamental a realizar ao se posicionar como um formulador, um gestor, e principalmente um propositor de políticas. Basta ver o número de assistentes sociais envolvidas nesse processo, o que aponta para o importante trabalho político que a categoria pode desempenhar.

Assim, creio que as reflexões sinalizadas neste estudo venham a contribuir no sentido de se repensar e apontar mecanismos para melhor atendimento da Deams até mesmo no sentido de se concluir possíveis transformações ou não que poderão ocorrer com elas. Esta questão, atualmente, já se tornou uma discussão polêmica no meio de muitas estudiosas, segundo Almeida (2003), que avaliam a eficácia ou não de tais Deams no atual momento histórico brasileiro.

Urge que algumas reflexões sejam colocadas em pauta para tal empreendimento. Por exemplo, levar em conta que as Deams não podem caminhar sozinhas (pois se constata que no decorrer do tempo elas foram abandonadas à própria sorte), mas sim conectadas e em parcerias com redes organizacionais, dando-lhes suportes necessários às múltiplas demandas colocadas pelas mulheres que vivenciam a violência nas relações de gênero.

Espero que as Deams consigam superar os impasses atuais para que possam, no futuro, expandir e reproduzir a experiência nas demais delegacias, de modo que todas prestem serviços específicos às diversas violências que muitas mulheres vivem no dia-a-dia, sem perder de vista a interlocução entre o estudo da violência nas relações de gênero e a questão da formação da subjetividade masculina.

5 BIBLIOGRAFIA

ABRUCIO, F. L. e COSTA, V. M. F. Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro. Série Pesquisas, n.12. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stifting, 1998.

ALMEIDA, S. S. Risco de vida e impuniade: indicadores para uma política de judicialização da violência doméstica. In: ALMEIDA, S. S. et al. Violência doméstica: bases para formulação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.

ALMEIDA, S. S. Femicídio: algemas (in)visíveis do público-privado. Rio de Janeiro: Revinter, 1998. p.41-154

BARROS, N. V; BARROS, D.V. Discriminação e Violência Social contra os Moradores das Periferias. In: BARROS, N.V. E SOCHACZEWSKI, J. (orgs.) Violência: Múltiplas Abordagens. Niterói: UFF, 1999

BENJAMIM, W. Obras Escolhidas. In: BENJAMIM, W. Magia e técnica, arte e política. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURDIEU, P. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, M.J.M. et al. Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p. 36-38

BOURDIEU, P. "A ilusão biográfica": usos & abusos da história oral (orgs.: FERREIRA, M. de M. & AMADO, J.). Rio de Janeiro: FGV, 1996b.

BOURDIEU, P. Compreender. In: BOURDIEU, P. (org.) A miséria do mundo. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997a.

BOURDIEU, P. Sobre a Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997b.

CALDWELL, K. L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: UFSC, v.8, n.2, ano 8, 2 semestre, 2000.

CAMPOS, Carmen H. de. Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 11(1): 155-170, jan-jun/2003.

CANÔAS, C. S. O olhar feminino sobre 2010. São Paulo: Textonovo, 1997.

CARVALHO, J. M. de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLS, M. Movimentos sociais contra a nova ordem social e o fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: CASTELLS, M. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COHN, A. Gastos sociais e políticas sociais nos anos 90: a persistência do padrão histórico de proteção social brasileiro. 24° Encontro da Ampocs. Petrópolis, 2000.

COSTA, S.G. Gênero e História. In: ABREU, M., SOIHET, R. (Orgs.) Ensino da História: conceitos, temáticas, metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. pp187-208.

COSTA, S.G. Memória do Serviço Social: lugar na História e na Historiografia. *Cadernos de Serviço Social-Revista de Escola de Serviço Social de Niterói*, n.1. Niterói: UFF, 1995.

COSTA, S.G. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis: CFH/CCE/EFSC, N.22 (JUL/DEZ-2002).

COSTA, S.G. Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional. Rio de Janeiro: Cortez, 1995b. p.152.

DIAS, M.O.L.S. Teoria e métodos dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, A. de O. & BRUSCHINI, C. (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.39-59.

DINIZ, E. Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: Dados-Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol.38, n.3,1995.

ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ESMERALDO, G.G.S.L. e SAID, M. Conselho Cearense de Direitos da Mulher/CCDM: espaço de interlocução entre as demandas dos movimentos de mulheres e o Estado. S/D.
FERREIRA, E.F.X. As entrevistas, mulheres, militância e memória. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
FERREIRA, M. de M. História Oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, M. de M. (coord.) Entre-Vistas: Abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. (coords.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
FIGUEIREDO, M.& F; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. Belo Horizonte, 1986.
FREITAS, Rita de C. S. Mães de Acari: preparando a tinta e revirando a praça; um estudo sobre mães que lutam. Tese de Doutorado em Serviço Social, UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.
FREITAS, Rita de C. S. Serviço Social e Gênero: Um diálogo possível. *Revista da Escola de Serviço Social* de Niterói. N. 2. Niterói: UFF, 1996.
GHELLER, E. M. (org.). Josefa: a resistência de uma camponesa brasileira. São Paulo: Paulinas, 1996.
GÓIS, J.B.H. Rede de solidariedade na década de 1990. In: SILVA, F.C.T. Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
GÓIS, J.B.H. A constituição das Ongs/Aids brasileiras: história, idéias e auto-representações (1985-1998). *Revista Ser Social* n. 7, Jan/Jun 2000.
GÓIS, J.B.H. Vestígios das forças das palavras: escritos sobre a Aids. Tese de Doutorado apresentada na PUC-SP, 1999.
GÓIS, J.B.H. A constituição das Ongs/Aids brasileiras: história, idéias e auto-representações (1985-1998). *Revista Ser Social* n. 7, Jan/Jun 2000.
GÓIS, J.B.H. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. V. 11, n.1, Florianópolis jan/jun. 2003.
GÓIS, J.B.H. A Dissolução do monolítico: perspectivas e mudanças na escrita da história do serviço social da Escola de Serviço Social de Niterói, n.1. Niterói: UFF, 1995.
GOMES, L. M. Proteção Social no Rio de Janeiro: 1945 - 1964. O significado histórico da Escola de Serviço Social da UFF. Niterói: EDUFF, 1997.
HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade, Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
HERMANN, J. e BASTERD, L. L. O Judiciário e a violência contra a mulher: a ordem legal e a (des)ordem familiar. *Cadernos CEPIA*, n.2. Rio de Janeiro, setembro de 1995.
KYMLICK, A.W. *El retorno del ciudadano. Una revisión de la producción reciente en teoria de la ciudadania*. Agosto n.7/Inverno de 1997.
LANDIM, L. Experiência militante: histórias das assim chamadas Ongs. In: LANDIM, L. (org) *Ações em sociedade.* Rio de Janeiro: ISER, 1998.
LEVI, G. Sobre a micro-história. In: BURK, P. *A escrita da história*: *novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
LORIGA, S. A biografia como problema In: REVEL, J. (org.) *Jogos de escalas:* experiências de microanálise. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
LOURO, G.L. Nas Redes do Conceito de Gênero. In: LOPES, M.T. et. al. Gênero e Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.10-14

MACEDO, E.D.V. Ordem na casa e vamos à luta: movimento de mulheres: Rio de Janeiro. 1945-1964. Lídia da Cunha: uma militância. Tese de Doutorado em História, UFF, Niterói/RJ, 2001.
MARTINS, I. de L. & KNAUSS, P. (orgs.). Cidade múltipla: temas de história de Niterói. Niterói: Niterói Livros, 1997.
MIZUBUTI, Satie. O movimento associativo de bairro em Niterói [Tese] / Satie Mizubuti. São Paulo: s.n., , 1986. 291f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 1986.
MONTECINOS, V. Feministas e Tecnocratas na democratização da América Latina. *Revista Estudos Feministas*, n 11, vol. 2, Florianópolis, 2003.
PEREIRA, L. L. Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial. *Revista Anal.&Conj*. Belo Horizonte, v. 6, n.3, set/dez,1994.
PEREIRA, Wilsa R. Tão longe, tão perto (trabalho: afetividade e poder). Cuiabá: UFMT, 1999. p.34-72
PEREIRA, P. Por uma nova concepção de seguridade social. *Revista Ser Social*, n.7, 2001.
PERROT, M. et al. (orgs.) História das mulheres. cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. Trad. De R. Soihet, Suely G. Costa e Rosana Soares. *Revista Gênero – NUTEG-2.SEM.2001, v.2, N.1.*
PERROT, M. Mulheres públicas. São Paulo: Unesp-Fundação, 1998. p.120-125
PERROT, M. *Sair*. In: PERROT, M. e DUBY, G.(orgs) História das Mulheres no Ocidente. Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991.
PRINS, G. *História Oral*. In: BURKE, P. (org.). A Escrita da História – novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
PORTELLI, A. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, M de M. et al (orgs). História oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – FGV, 2000.
REVEL, J. *Microanálise e construção do social* In: RAVEL, J. (org). Jogos de Escalas - experiência da microanálise. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
ROSANVALLON, P. *A crise do Estado Providência*, Lisboa: Editorial Inquérito, sd. (1997)
SADER, E. Quando novos personagens entraram em cena**.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
SARDENBERG, C.M.B. e COSTA A.A. *Feminismos, feministas e movimentos sociais*. In: BRANDÃO M.L. R. e BINGEMER M. C. L.(orgs.) Mulher e relações de gênero. São Paulo: Edições Loyola,1994
SCOTT, J. *História das mulheres*, A escrita da história (org.: Peter Burke), São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista, 1992.
SCOTT, J. (1990). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica.* In: Educação & Realidade, Porto Alegre, 16 (2), jul./dez.
SOARES, B. M. Mulheres Invisíveis - Violências Conjugais e Novas Políticas de Seguranças. Rio de Janeiro: Civilização Brasiliense,1999
SOARES, V. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: BORBA A., FARIA N.,
SOIHET, R. Formas de Violência, Relações de Gênero e Feminismo. *Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - NUTEG*. Niterói: EduFF/PROEX/PROPP, v.2, n.2, 1 sem. 2002.
SOIHET, R. Mulheres em Busca de Novos Espaços: Suas Implicações nas Relações de Gênero. *Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*-NUTEG, Niterói, v. 1, n. 1, p.53, 2.sem. 2000

SOIHET, R. Violência Simbólica - Saberes Masculinos e Representações Femininas. *Revista Estudos Feministas.* Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais-IFCS/UFRJ, v..5,n.1, 1997, p. 7-29
TABAK, F. Mulheres Públicas*:* Participação Política e Poder. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.
TELLES, V. S. Pobreza e Cidadania. 1 ed. São Paulo: USP, Editora 34, 2001.
THOMPSON, P. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
TOSCANO, M. e GOLDENBERG. M. A Revolução das Mulheres - Um Balanço do Feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Reean, 1992.
WAIZBORT, L. Elias e Simmel, Dossiê Norbert Elias (org. Leopoldo Waizbort). São Paulo: Edusp, 1999.
VARIKAS, E. "'O pessoal é político': desventuras de uma promessa subversiva". *Tempo*, Rio de Janeiro: *Tempo,*vol. 2, n. 3, junho 1997,p.59-80.
VELHO G. Memória, identidade e projeto. Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
VIANA, A. L. Abordagens metodológicas em políticas públicas.In: *Revista de Administração Pública,* n.24(4), 1995.
YOUNG, I. M. *Polity and group difference: a critique of the ideal of universal citizenship.* Ethics, n.99, 1989.

FONTES SECUNDÁRIAS:

JORNAL O FLUMINENSE, 13/01/92, 04/06/1986, 01/07/86, 18/08/86, 19/08/86, 20/12/86, 16/12/86, 11/01/87, 13/03/87, 21/04/87, 13/01/92.
JORNAL NITERÓI, 14/09/86.
JORNAL O GLOBO NITERÓI, 13/07/86, 14/09/86, 28/12/86, 20/01/91.

BEAUVOIR, Simone.*O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, junho de 2000. p.14.
FRIEDAN, B. 1971.
STUDART, H. Mulher, objeto de cama e mesa. 1974.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo